

Marília, v.11, n.2, jul./dez., 2010

ISSN 1519-0110

Organizações e Democracia



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

ORG & DEMO

Editores

Candido Giraldez Vieitez

Neusa Maria Dal Ri

ORG & DEMO	Marília	v.11	n.2	p. 1-166	jul./dez.	2010
------------	---------	------	-----	----------	-----------	------

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

Diretora: Profa. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita

Vice-Diretor: Dr. Heraldo Lorena Guida

Copyright© 2010 dos autores

© 2010 Editores

Editores

Candido Giraldez Vieitez (Universidade Estadual Paulista)

Neusa Maria Dal Ri (Universidade Estadual Paulista)

Editora da Seção III

Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo (Unesp)

Conselho Editorial Internacional

Armando Nova Gonzalez (Universidad de la Havana, Cuba)

Gabriel Fajn (Universidad de Buenos Aires, Argentina)

José Luis Monzón (Universidad de Valencia, Espanha)

Licínio Carlos Viana Silva Lima (Universidade do Minho, Portugal)

Sílvia Yolanda Llomovatte (Universidad de Buenos Aires, Argentina)

Pedro Moura Ferreira (Universidade de Lisboa, Portugal)

Colaboradores permanentes

Célia Aparecida Ferreira Tolentino (Unesp)

Edemir de Carvalho (Unesp)

Giovanni Alves (Unesp)

Lúcia Helena Lodi (UNITRABALHO);

Marcos Tadeu Del Roio (Unesp)

Maria Izaura Cação (Unesp)

Martha dos Reis (Unesp)

Conselho Editorial Nacional

Carlos Schmidt (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Celso Frederico (Universidade de São Paulo)

Dalila Marina Pedrini (Universidade Regional de Blumenau)

Dalila de Oliveira (Universidade Federal de Minas Gerais)

Gustavo Luis Gutierrez (Universidade Estadual de Campinas)

Ivo Tonet (Universidade Federal de Alagoas)

Jair Militão da Silva (Universidade de São Paulo)

Paul Singer (Universidade de São Paulo)

Renato Dagnino (Universidade Estadual de Campinas)

Valeska Guimarães (Universidade Federal de Santa Catarina)

Walter Tesch (Cicopa Américas).

Todos os direitos reservados. É vedada, nos termos da lei, a reprodução total ou parcial desta revista sem a expressa autorização dos editores.

ORG & DEMO [Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp] -
organizado por Candido Giraldez Vieitez e Neusa Maria
Dal Ri -- Marília : Oficina Universitária, 2000-
Semestral.
2010, v.11, n. 2, jul./dez.

ISSN 1519-0110

Os artigos publicados na *Org & Demo* são indexados por:

The articles published in Org & Demo are indexed by:

CLASE - BASE DE DADOS DE REVISTAS LATINOAMERICANAS EN CIENCIAS SOCIALES Y HUMANIDADES DE LA UNIVERSIDAD NACIONAL AUTÓNOMA DE MÉXICO; EDUBASE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP); DOCPOP - BASE DE DADOS; REDE DOCPOP/SEADE/CELADE/CEPAL; SOCIOLOGICAL ABSTRACTS; SOCIAL SERVICES ABSTRACTS; LINGUISTICS AND LANGUAGE BEHAVIOR ABSTRACTS; BASES INTERNACIONAIS PAIS; CAMBRIDGE SCIENTIFIC ABSTRACTS; SOCIOLOGICAL ABSTRACTS; REDALYC – RED DE REVISTAS CIENTÍFICAS DE AMÉRICA LATINA, EL CARIBE, ESPAÑA Y PORTUGAL; LATINDEX (DIRECTORIO); SOCINDEX WITH FULL TEXT - EBSCO

SUMÁRIO

EDITORIAL 1

TRABALHO ASSOCIADO, COOPERATIVISMO, ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO

Identidades construídas en la lucha femenina por la
recuperación de empresas

Builed identities on the female's fight for the factory's recovery

María de los Ángeles DICAPUA; Melina PERBELLINI 3

Notas críticas sobre o projeto político de Paul Singer: economia
solidária e transição para o socialismo

*The socialism of Paul Singer and the limits of his solidarity economy's
political project*

Bárbara Geraldo de CASTRO 23

DEMOCRACIA, RELAÇÕES DE TRABALHO E GLOBALIZAÇÃO

El empleo rural en el contexto de la reconversión vitivinícola:
una aproximación empírica al departamento de Tupungato,
Mendoza, Argentina

*Rural employment in context of the reversion of wine production:
empirical approach to Tupungato State, Mendoza, Argentina*

Adriana CHAZARRETA 47

A terceirização do calçado em Franca e o desmonte do contrato
formal de trabalho

The outsourcing of shoes in Franca and blasting of formal contract work

Marina Stefani ALMEIDA 75

EDITORIAL

Apresentamos aos leitores o volume 11, número 2, de ORG&DEMO relativo ao ano de 2010.

Este número de ORG&DEMO mais uma vez apresenta-se heterogêneo, tanto em função das problemáticas abordadas, como pelas diferentes opções teórico-metodológicas dos autores. Também são diversas as filiações acadêmicas dos autores, o que mostra a penetração do periódico.

Na Seção I, denominada *Trabalho associado, cooperativismo, economia solidária e autogestão*, apresentamos dois artigos. O primeiro é intitulado *Identities construídas en la lucha femenina por la recuperación de empresas* e foi escrito pelas autoras María de los Ángeles Dicapua, da Universidad Nacional de Rosario, e Melina Perbellini, da Universidad de Buenos Aires, Argentina. Neste trabalho, as autoras realizam uma revisão teórica sobre conceitos relacionados à problemática de identidade e gênero e, a partir de estudo de caso de uma empresa recuperada do Gran Rosario, Argentina, analisam a luta das mulheres pela recuperação de uma fábrica e em defesa da fonte de trabalho de seus cônjuges.

O segundo artigo, denominado *Notas críticas sobre o projeto político de Paul Singer: economia solidária e transição para o socialismo*, de Bárbara Geraldo de Castro, da UNICAMP, apresenta a trajetória militante do autor seguida do debate teórico e político que ele realiza sobre o socialismo fazendo um contraste com o debate marxista sobre a transição. Castro, ainda, de acordo com a sua análise, pontua as limitações que a visão sobre o socialismo do autor traz para a construção de seu conceito de economia solidária.

Na Seção II, intitulada *Democracia, relações de trabalho e globalização*, apresentamos aos leitores mais dois artigos.

O primeiro denomina-se *El empleo rural en el contexto de la reconversión vitivinícola: una aproximación empírica al departamento de Tupungato, Mendoza, Argentina* e foi escrito por Adriana Chazarreta, da Universidad Nacional de General Sarmiento, Argentina. No artigo a autora traz um estudo sobre as características que adquire o emprego rural no departamento mendocino de Tupungato, considerando que é uma das zonas da província de Mendoza na qual ocorreu o maior impacto na reconversão vinícola e com maior aplicação de capital estrangeiro. Em sua análise, a autora destaca características desse tipo de emprego, tais como, baixo nível educacional, precariedade do trabalho, trabalho temporário, entre outras.

O segundo artigo, escrito por Marina Stefani Almeida, da UNICAMP, é intitulado *A terceirização do calçado em Franca e o desmonte do contrato formal de trabalho*. O texto tem como propósito traçar os contornos gerais da terceirização na indústria de calçados da cidade de Franca, São Paulo, e trazer à tona as conseqüências desse processo para o mercado de trabalho do segmento e para o trabalhador.

Em *Democracia, direitos humanos e gênero*, Seção III do periódico, encontramos mais dois artigos. O primeiro denominado *A construção histórico-sociológica dos direitos humanos* é de Elisabeth da Fonseca Guimarães, da Universidade Federal de Uberlândia. O objetivo do artigo é explanar sobre a construção histórico-sociológica dos direitos humanos, como uma postura de valorização da dignidade humana, explícita ou não em resoluções, artigos e Constituições. O texto analisa uma série de documentos, da Antiguidade até os dias atuais, que marcaram posições em relação à integridade humana.

O segundo artigo, de Rafael José Nadim de Lazari, do Centro Universitário Eurípedes de Marília, denomina-se *Apontamentos sobre a liberdade de expressão na Constituição Brasileira e na sociedade brasileira*. No texto o autor analisa o distanciamento entre a realidade social brasileira e a Constituição Federal, no que diz respeito à liberdade de expressão e suas conseqüências no direito à informação, à livre manifestação do pensamento e, sobretudo, à comunicação social.

Em *Organização do trabalho e educação*, Seção IV, apresentamos um artigo intitulado *A crise na sociedade do trabalho e sua importância na contextualização dos conteúdos curriculares do ensino médio* elaborado por Julio Cesar Torres e Silvana Fernandes Lopes, ambos da UNESP, e Alessandra David, do Centro Universitário Moura Lacerda. No artigo os autores têm como objetivo apresentar considerações acerca da suposta crise da sociedade do trabalho e suas conseqüências, tanto para o debate nas ciências sociais, como para a contextualização da categoria trabalho no currículo do ensino médio.

Finalizando este número de ORG&DEMO, apresentamos a Resenha elaborada por Rodrigo Biagini Costa sobre o livro intitulado *Gênero, educação, trabalho e mídia* organizado por Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo.

Neste número deixamos de apresentar a Seção denominada *Vivências*, que passará a ser intermitente e, ao mesmo tempo, aumentamos o número de artigos publicados.

Desejamos uma boa leitura a todos/as leitores/as.

Os Editores

DEMOCRACIA, DIREITOS HUMANOS E GÊNERO

A construção histórico-sociológica dos direitos humanos

The historical-sociological construction of human rights

Elisabeth da Fonseca GUIMARÃES 95

Apontamentos sobre a liberdade de expressão na

Constituição Brasileira e na sociedade brasileira

Notes about the freedom of speech in the Federal Constitution and

in brazillian society

Rafael José Nadim de LAZARI 113

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO

A crise na sociedade do trabalho e sua importância na

contextualização dos conteúdos curriculares do ensino médio

The crisis in the society of the work and its importance on the

contextualization of the secondary school curriculum contents

Julio Cesar TORRES ; Alessandra DAVID; Silvana

Fernandes LOPES 133

RESENHAS/REVIEW

Gênero, educação, trabalho e mídia

Gender, Education, Work and the Media

Tânia Suely Antonelli Marcelino BRABO (Organizadora)

Rodrigo Biagini COSTA 153

Normas para apresentação dos originais 161

**TRABALHO ASSOCIADO,
COOPERATIVISMO, ECONOMIA
SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO**

DICAPUA, M.Á. ; PERBELLINI, M.

IDENTIDADES CONSTRUIDAS EN LA LUCHA FEMENINA POR LA RECUPERACIÓN DE EMPRESAS

BUILDED IDENTITIES ON THE FEMALE'S FIGHT FOR THE FACTORY'S RECOVERY

María de los Ángeles DICAPUA¹

Melina PERBELLINI²

RESUMEN: Este trabajo intenta realizar una revisión teórica sobre ciertos conceptos relacionados a la problemática de identidad y género; y la puesta en reflexión de este recorrido en el plano empírico. A partir de un estudio de caso de una empresa recuperada en el Gran Rosario -Provincia de Santa Fe, Argentina-, nuestro trabajo intentará analizar el rol de las mujeres en lucha por la recuperación de la fuente de trabajo de sus cónyuges.

Nuestro objetivo es analizar la experiencia de estas mujeres a partir de la construcción de modelos de representación y prácticas, donde determinados registros de la vida privada parecen marcar la configuración del espacio público -espacio incierto, precario, inestable-, escenario del proceso de constitución de su identidad de género y de trabajo.

PALABRAS CLAVES: identidad; género; mujeres; empresas recuperadas.

INTRODUCCIÓN

Este trabajo intenta realizar una revisión teórica sobre ciertos conceptos relacionados a la problemática de identidad y género; y la puesta en reflexión de este recorrido en el plano empírico, sobre el trabajo de campo realizado con mujeres en lucha por la recuperación de la fuente de trabajo de sus cónyuges.

¹ Profesora da Facultad de Ciencia Política, Universidad Nacional de Rosario, Santa Fe, Argentina. Directora do Centro de Investigaciones y Estudios del Trabajo (CIET). angelesdicapua@yahoo.com.ar

² Doctoranda del Doctorado en Ciencias Sociales da Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina. Becaria doctoral del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas - CONICET. melinaperbellini@gmail.com

A partir de un estudio de caso de una empresa recuperada en el Gran Rosario, Provincia de Santa Fe, Argentina, nuestro trabajo intentará analizar el rol de las mujeres en el proceso de recuperación de empresa. Para esto, haremos una triangulación de diferentes líneas teóricas: desde conceptos propios de la sociología como identidad y de desde la teoría feminista como el de performatividad.

Nuestro objetivo central es dar cuenta de esta intertextualidad de mundos de vida en el plano empírico, para analizar la experiencia de estas mujeres a partir de la construcción de modelos de representación y prácticas donde determinados registros de la vida privada parecen marcar la configuración del espacio público - espacio incierto, precario, inestable -, escenario del proceso de constitución de su identidad de género y de trabajo.

El estudio de caso que presentamos es una empresa recuperada situada en el Gran Rosario, la cual se constituyó como cooperativa de trabajo en el año 2001. El año 1995 marca el principio del conflicto. En ese año la empresa entra en concurso de acreedores y los empresarios despiden a doscientos de sus quinientos trabajadores. Luego de un periodo de lucha, la empresa reincorpora sólo a 40 de los 200 trabajadores. Los cesanteados empezaron a cobrar un seguro de desempleo, pero cuando los seis meses de ese beneficio llegaron a su término, decidieron en conjunto hacer algo más. En mayo de 1996 instalaron una carpa en reclamo de la fuente de trabajo, ubicada frente a la empresa, que duró setenta y seis días. Luego de este período de lucha, la empresa incorpora a todos los trabajadores nuevamente.

El funcionamiento de la empresa pareció normalizado hasta el año 2000, cuando en febrero de ese mismo año, la empresa declara la quiebra y los trabajadores quedan nuevamente en la calle. En este momento deciden montar una segunda carpa que duró nueve meses. A mediados de 2001, y luego de meses de reclamos por la quiebra de la firma, la Justicia autorizó a los trabajadores a constituirse en cooperativa de trabajo y a reiniciar la producción de la fábrica. En el año 2003 consiguieron que la legislatura santafesina aprobara una ley de expropiación temporal de las instalaciones de la planta.

Lo particular en este caso es que quienes llevaron adelante los diferentes momentos de lucha en el proceso de recuperación, no fueron los mismos trabajadores, sino sus esposas. Nuestro interés es reflexionar sobre las condiciones de las transformaciones en la subjetividad de los trabajadores y, dentro de ese universo, especialmente de las mujeres. Ya

que, como hemos descrito, fueron las esposas de los trabajadores quienes se convirtieron en protagonistas de ese proceso de recuperación y mantenimiento, hasta el día de hoy, de la fuente de trabajo de sus esposos y, al mismo tiempo, lograron su propia incorporación laboral y la consiguiente transformación de las estructuras familiares donde se insertan.

LA INTERSECCIÓN TEÓRICA ENTRE IDENTIDAD, GÉNERO Y NUEVAS FORMAS DE ASOCIATIVIDAD:

En relación con la problemática de la *identidad* - temática tan insondable como inasible - se ha escrito mucho, estructurándose diversas teorías sobre ese eje. Sin embargo, a pesar de esta dificultad, trataremos de recorrer categorías de análisis que nos permitan reflexionar sobre la construcción de un abordaje teórico que resulte operativo para trabajar con esta problemática en la investigación empírica.

En un intento de superar la dualidad tradicional en sociología entre las estructuras sociales y el objetivismo, por un lado, y la acción social y el subjetivismo, por otro, Pierre Bourdieu (1999) nos introduce el concepto de *habitus*. Este concepto será de gran ayuda para la construcción del término identidad, como veremos más adelante. Existe una fuerte similitud entre el concepto de identidad y el de *habitus*, más allá de que como nos plantea María Luisa Graffigna (2004), la noción de *habitus* excede la de identidad: mientras la primera está atravesada por la totalidad de dimensiones que tienen que ver con las disposiciones de las personas, la segunda se circunscribe a los valores, a la comprensión del *sí mismo* y de los otros dentro de un espacio social determinado.

Claude Dubar (2001, p. 8) argumenta diciendo que el término identidad muestra dos sentidos: definición de sí - de lo que somos o queremos ser - hecha por nosotros mismos (individual) y definición de nosotros hecha por los otros, en función de la pertenencia a una categoría principal (colectiva). La identidad nunca es solamente para los otros, sino también para uno mismo. No nos es dada de una vez y para siempre, sino que es construida a lo largo de toda la vida. Dubar (2001) realiza una distinción entre dos grandes formas identitarias: comunitarias y societarias, y elabora una tipología socio-histórica con cuatro formas de identidad que explican los dispositivos de integración, de diferenciación y de inclusión/exclusión social: la forma biográfica o de identidad para otro, la forma relacional hacia otros, la forma relacional para sí y por último, la forma auto-biográfica o de identidad para sí.

En otras palabras, la identidad para sí y la identidad para los otros son inseparables en la medida en que la identidad para sí está siempre constituida por el reconocimiento del otro, aunque sus lazos con ese otro sean problemáticos.

Para Dubar (1998) este espacio común donde se restituye la relación de las dos dimensiones de la identidad (para el sí mismo y para los otros) es el proceso de socialización. La identidad es pues “[...] el resultado a la vez estable y provisorio, individual y colectivo, subjetivo y objetivo, biográfico y estructural, de diversos procesos de socialización que conjuntamente construyen los individuos y definen las instituciones”. (DUBAR, 1998, p.111).

En la última década, la problemática de la identidad, se pluralizó, convirtiéndose en el cuestionamiento por *las identidades*, y atravesando en el debate teórico-académico distintas disciplinas, especialmente la antropología, la teoría política y los estudios culturales, poniendo en crisis las concepciones universalistas y sentando las bases de los llamados análisis deconstructivistas.

En esta línea y retomando la definición expuesta por Dubar (1998), ésta permite introducir la dimensión subjetiva en el análisis del debate sociológico. Es decir, permite reconocer como lugar de estructuración de la identidad lo social a partir de mundos subjetivos como mundos de vida (SCHUTZ, 1993) que al convertirse en mundos expresados pueden apprehenderse y estudiarse empíricamente. (DUBAR, 1998).

Desde el trabajo empírico, es creciente el interés por el relato múltiple de las minorías que conviven en las grandes ciudades, en lucha por el espacio urbano y mediático que las constituye como sujetos reconocibles a partir de sus diferencias.

Lógicas de la diferencia cuya proliferación puede considerarse positiva en términos de una ampliación cualitativa de la democracia, pero que no suponen en sí misma un armónico igualitarismo sino más bien un terreno de alta conflictividad donde se libra una lucha hegemónica. (ARFUCH, 2005, p. 21)

Esta puesta en actualidad del concepto de identidad rechaza los intentos totalizadores de cualquier esencialismo moderno, para desde la multidisciplinariedad de la lingüística, el psicoanálisis y las teorías del discurso buscar un rumbo más flexible de análisis afirmando un doble proceso de determinaciones e indeterminaciones dentro de una trama social dada y negando la concepción de identidad como un conjunto

preexistente de atributos dados. “La identidad sería entonces una construcción nunca acabada, abierta a la temporalidad, la contingencia, una posicionalidad relacional, sólo temporariamente fijada en el juego de las diferencias” (ARFUCH, 2005, p. 24)

Desde esta perspectiva cabe mencionar el aporte de Goffman (1981), quién realiza una diferenciación entre identidad personal e identidad social. Por identidad personal entiende las marcas positivas o soportes de la identidad, y la combinación única de los ítems de la historia vital, adherida al individuo por medio de esos soportes de su identidad. La identidad personal se relaciona con el supuesto de que el individuo puede diferenciarse de todos los demás y que alrededor de este medio de diferenciación se adhieren y entrelazan, los hechos sociales de una única historia continua.

En relación a la identidad social, identifica la identidad social virtual y la identidad social real. La primera, resultado del mecanismo de atribución de identidades por los otros al individuo, se caracteriza por las demandas enunciadas en esencia y al carácter que atribuimos al individuo. La identidad social real apela, en cambio, al proceso de incorporación de la identidad por el mismo individuo (mecanismo de apropiación). Estas identidades no necesariamente coinciden. Por el contrario los individuos se esfuerzan en desarrollar estrategias identitarias que permiten reducir la diferencia entre ellas. Una brecha profunda entre ambas, implicaría la adjudicación de un estigma -atributo altamente desacreditador que surge del desfasaje entre la identidad social virtual y la identidad social real- al sujeto.

Para Goffman (1981) estas estrategias se estructuran a partir de transacciones objetivas y subjetivas. En el primer caso, se trata de una transacción externa entre el individuo y los otros que le son significativos para compatibilizar la identidad real con la virtual. Las transacciones subjetivas implican una negociación interna en el individuo que intenta asimilar la identidad virtual a la identidad real, buscando sortear la tensión entre la necesidad de salvaguardar una parte de las identidades heredadas y el deseo de construir nuevas identidades en el porvenir.

Desde este punto de vista, no podemos pensar en la identidad como un todo acabado, sino más bien como un momento identificatorio, dentro de un trayecto que nunca concluye, pero con una dirección en tanto lucha por el reconocimiento, la visibilidad y la legitimidad. Las preguntas que se abren sobre la identidad singular desde esta perspectiva teórica, están entonces signadas por respuestas tentativas y provisionarias,

que ponen sobre el tapete, a veces conflictivamente, nuevas problemáticas que se abren como un abanico de difícil anclaje para pensar el proceso de construcción de nuevas identidades colectivas, desde las transformaciones que las subjetividades han atravesado en este periodo.

Estos procesos de subjetivación e intersubjetivación se sostienen sobre una malla de sentimientos, ideas, en suma representaciones sociales que se construyen en procesos de larga duración que no sólo se estructuran sobre las esferas económica y social sino también cultural, como un todo complejo. Las condiciones históricas de existencia de esos sujetos son la clave para entender las significaciones que ellos otorgan a los bienes culturales, materiales, sociales y simbólicos.

Es necesario, entonces, entender “[...] las cuestiones materiales, las formas culturales y sus modos de resignificación en una perspectiva de estructura compleja y sedimental, dando cuenta de un transcurso temporal” (BARRANCOS, 1995, p. 329) para comprender cómo y de qué manera estas cuestiones engendran comportamientos para los sujetos en la reconstrucción de aquellas esferas.

A partir de la reconstitución de estas dimensiones intersubjetivas procesuales pueden establecerse las claves significativas para la interpretación de estos procesos sociales, que pone perspectiva la balanza de poder que en cada figuración social se entreteje con el desarrollo de relaciones sociales (ELIAS, 1999).

Esta construcción dialógica del poder (intersección histórica en el largo plazo entre sociogénesis y psicogénesis), teje una urdimbre donde individuo y sociedad dialogan, generando una síntesis concreta: la identidad de los sujetos

[...] así como una conversación ininterrumpida, las preguntas de uno entrañan las respuestas del otro y viceversa. Así el lenguaje de los otros hace nacer también en el sujeto que crece algo que le pertenece enteramente como propio, que es su lengua y que es al mismo tiempo el producto de sus relaciones con los otros. (ELIAS, 1987, p. 71-72).

En relación a la problemática de *género*, la definición de este concepto también ha recibido variados embates epistemológicos, desde sus conceptualizaciones más clásicas hasta su cuestionamiento desde la idea de performatividad (BUTLER, 2007). En el tradicional texto de Joan W. Scott (1999, p. 61), esta autora definía al género como “[...] aquel elemento constitutivo de las relaciones sociales basadas en las diferencias

que distinguen los sexos” y por ello mismo como “[...] la forma primaria de relaciones significantes de poder”.

En cuanto elemento constitutivo de las relaciones sociales, el género, según esta autora, comprende tres aspectos interrelacionados:

- A un conjunto de símbolos culturalmente significativos que se encuentran disponibles y que enuncian representaciones de lo femenino y lo masculino en contextos particulares.
- B el conjunto de normas que se generan a partir de aquel conjunto de símbolos y de sus interpretaciones (doctrinas religiosas, educativas, legales, científicas y políticas).
- C las prácticas cotidianas sostenidas sobre aquellas representaciones y limitadas y habilitadas por el orden normativo que no sólo se juega al interior de la familia por el sistema de parentescos sino, especialmente en las sociedades complejas, en la economía (mercado de trabajo) y en la política.

Bourdieu (1994) muestra como esta división del mundo que se levanta sobre diferencias biológicas y sobre todo aquellas que se refieren a la división del trabajo de procreación y reproducción (es) la más fundada de las ilusiones colectivas. En su libro *La dominación masculina* (2000), el concepto de género, a partir de ser definido como un conjunto de referencias que estructura concreta y simbólicamente la percepción y la organización de la vida social, es el principal instrumento que establece la distribución de poder, en el sentido de un control diferenciado sobre los recursos materiales y simbólicos o de acceso a los mismos. Así, la función legitimadora del género actúa cotidianamente y de diversas maneras dentro y fuera del ámbito de la familia.

Las respuestas a estos interrogantes no parecen ser fáciles de alcanzar, pero en principio desestructuran los planteos más tradicionalistas en relación a la noción de género y critican la reducción del género a los términos de masculinidad y feminidad. Butler afirma que “[...] cualquier teoría feminista que restrinja el significado del género en las presuposiciones de su propia práctica establece normas de género excluyentes en el seno del feminismo, a menudo con consecuencias homofóbicas” (BUTLER, 2007, p. 8).

En Butler (2007), el género aparece como un molde donde ciertas prácticas son encorsetadas. Es decir el género es performativo en dos sentidos:

- a) El género gira en torno a la anticipación de una esencia dotada de género que provoca lo que plantea como exterior a sí misma: “[...] la anticipación de la revelación fidedigna del significado es el medio por el cual esa autoridad se atribuye y se instala: la anticipación conjura su objeto” (BUTLER, 2007, p. 15). Así esperamos, dice Butler, que el género “ funcione como una esencia interior que pueda ponerse al descubierto, una expectativa que termina produciendo el fenómeno mismo que anticipa” y
- b) la performatividad del género no se da por única vez, como un acto fundante, sino que es un proceso basado en “[...] una repetición y un ritual que logra su efecto mediante su naturalización en el contexto de un cuerpo, entendido como una duración temporal sostenida culturalmente” (BUTLER, 2007, p. 15).

Concebir al género como performativo intenta

[...] mostrar que lo que consideramos una esencia interna del género se fabrica mediante un conjunto sostenido de actos, postulados por medio de la estilización del cuerpo basado en el género. De esta manera se muestra como lo que hemos tomado como un rasgo interno de nosotros mismos es algo que anticipamos y producimos mediante ciertos actos corporales, en un extremo, un efecto alucinatorio de gestos naturalizados. (BUTLER, 2007, p. 15-16).

Reforzando esta mirada, Bourdieu subraya la importancia de la experiencia que abarca el mundo social y sus divisiones arbitrarias, como fundante para el proceso de naturalización de la división socialmente construida entre los sexos y como principal herramienta de legitimación de ésta. (BOURDIEU, 2000).

De hecho, siguiendo a Bourdieu (2000), el aprendizaje de la masculinidad y la femineidad se inscriben en los cuerpos. No solamente desde la normalización exterior del disciplinamiento institucional que tan bien descifrara Michel Foucault (en BUTLER, 2007), sino también desde la presión o la opresión del orden ordinario de las cosas, la violencia inerte de Sartre, la violencia simbólica en Bourdieu.

Los ritos institucionalizados incorporados en el cuerpo (formas-de-ser-en-el-mundo), naturaliza como una inscripción indeleble en el cuerpo, las clasificaciones sociales, fundamentalmente la división masculino/femenino

[...] tanto en la acción pedagógica diaria, como en los ritos de institucionalización, esta acción psicosomática ejerce a menudo

mediante la emoción y el sufrimiento, psicológico e incluso físico, en particular, el que se inflige inscribiendo signos distintivos, mutilaciones, escarificaciones o tatuajes, en la superficie misma del cuerpo (BOURDIEU, 1997, p. 187).

Esto parece particularmente relevante si pensamos en los procesos de constitución de los sujetos (de las representaciones, de la división sexual del trabajo, entre los que se entablan relaciones de género, etc.). Así para Foucault (en BUTLER, 2007) los sujetos son producidos por los sistemas jurídicos que luego los representan. Es decir que las estructuras reglamentan a los sujetos, formándolos, definiéndolos y dando las pautas para su reproducción. Sin embargo esta construcción política del sujeto sólo es exitosa en la medida en que esa construcción se proponga objetivos legitimadores y excluyentes que quedan ocultos por los mecanismos de naturalización de los fundamentos de las estructuras jurídicas que los sostienen. Butler (2007, p. 34-35) señala, siguiendo a Foucault, que

Esto se vuelve políticamente problemático si se puede mostrar que ese sistema produce sujetos con género que se sitúan sobre un eje diferencial de dominación o sujetos que se supone, son masculinos... la ley produce y luego oculta la noción de un 'sujeto anterior a la ley' con el fin de invocar esa formación discursiva como una premisa fundacional naturalizada que después legitima la hegemonía reguladora de esa misma ley.

Y justamente es probable que Judith Butler (2007) sea quién haya llevado más críticamente este planteo a través de su concepto de la performatividad del género. Como hemos marcado más arriba, para esta autora la identidad de género no es estática ni inmanente a los sujetos sino que es un efecto de la repetición en la sanción de normas. La norma implica la representación en ella de una realidad previamente aceptada, y se consolida como estructura en la medida que alcanza repetición de sí misma (iterabilidad). Sin embargo, esas estructuras se actualizan en contingencias divergentes que ponen en riesgo la inmutabilidad de su carácter. De modo que las identidades se presentan como frágiles. Para el feminismo como movimiento esa fragilidad le permite pensar estratégicamente la forma de explorarla y aprovecharla.

Desde el plano metodológico, estos enfoques ganaron los terrenos de diversas ciencias (antropología, historia oral, etnología, sociolingüística, sociología, etc.), buscando en la diversidad de voces y relatos la narrativa de los sujetos y los procesos de construcción de sus identidades. Es el desafío que se plantean los teóricos del

multiculturalismo, desde la fundamentación o la mirada crítica, según los casos de las lógicas de las diferencias, y su puesta en práctica en las políticas de la diferencia, donde no siempre esta relación dialógica de la construcción narrativa aparece en equilibrio sino que, por contrario, supone procesos de alta conflictividad y luchas colectivas.

En la línea de este debate, se presentan las últimas producciones de Laclau (LACLAU, 1985, 1996, BUTLER; LACLAU; ZIZEK, 2000) donde la solución que el autor propone parece indicar la persistencia de una dimensión de universalidad, no como un a priori esencialista sino como el producto de una cadena de equivalencias contingentes. En lo que parece ser una articulación más teórica que empírica, Laclau propone pensar en identidades fuertes, que aunque en apariencia se muestren débiles (por la relativización de un universal fundamentalista), encuentran su fortaleza en la articulación de los particulares que se resuelve en este universal contingente encarnado en una hegemonía popular. Esta no resulta de la cristalización de configuraciones identitarias estáticas o totalizadora, sino de la conflictividad inherente a una concepción dinámica de las identidades que se transforman permanentemente en un juego en el cual los particulares intentan investirse, incluso precariamente, del valor de lo universal.

En este punto Laclau (2000) se acerca a la concepción de campo de Pierre Bourdieu (1990). El proceso de construcción de identidades, para Laclau desde esta perspectiva dinámica, implica que ese proceso se desarrolle en un campo de fuerzas, donde un sujeto se relaciona conflictivamente con otros, pugnando por investirse de lo universal (el monopolio de la nominación oficial, en términos de Bourdieu), y donde el ejercicio de la violencia (simbólica para Bourdieu) es uno de los instrumentos utilizados en busca de la hegemonía.

A partir de allí, nuestra preocupación fue ver cómo se modifican las formas identitarias de género heredadas a partir de las nuevas condiciones en las que se desarrolla esa división sexual del trabajo.

En cuanto al lugar de intersección entre estos dos aspectos, creemos que es un lugar no trabajado en profundidad y donde surgen ciertos dilemas metodológicos para su abordaje. Es precisamente aquí donde consideramos que podemos aportar un enfoque novedoso del problema. Debemos destacar que hemos seguido una metodología cualitativa donde hemos puesto particular cuidado en la recolección de datos a través de entrevistas en profundidad al grupo de mujeres, esposas de los trabajadores de una fábrica recuperada.

LOS MÚLTIPLES RELATOS DE SU SUBJETIVIDAD

El colectivo de operarios de la empresa estudiada, en épocas de su funcionamiento normal, se encontraba afiliado al gremio metalúrgico (UOM), gozando de puestos estables, con sueldos elevados con respecto a otras ramas de la producción y en un 80% del personal empleado, con calificación de oficiales de primera según el Convenio Colectivo de Trabajo. Además de esto, la empresa había instaurado un sistema de premios a la productividad que superaba lo dispuesto por el Convenio.

Las mujeres con las que trabajamos a partir de la técnica de Historias de vida, con entrevistas en profundidad, eran las esposas de dos de estos trabajadores, constituyendo familias mononucleares con un promedio de dos hijos por familia, sobre el modelo de proveedor único, es decir que el sueldo del trabajador era el único ingreso familiar. Las mujeres de estas familias no estaban insertas en el mercado de trabajo. Esto permite pensar en contextos familiares relativamente estables, con relaciones primarias delimitadas fundamentalmente por el entorno familiar y barrial.

Puede entenderse, entonces, que esta institucionalización como familia patriarcal, inscriba en estas mujeres *formas-de-ser (amas de casa) - en-el-mundo* (BOURDIEU, 2000), generando la naturalización de una división sexual del trabajo, donde su lugar está referido y cobra sentido a partir de la reproducción familiar.

Desde esta perspectiva, nuestro interés es analizar la participación que las mujeres tuvieron en el proceso de recuperación de esta fábrica, reconstruyendo las prácticas y representaciones de ellas. Durante el conflicto que desencadenó en la recuperación de la planta, como hemos dicho más arriba, las que estarán al frente de esa lucha serán las esposas de los trabajadores de la planta. “Todos sabían que podían llegar a vaciar la empresa. Pero ninguno de los hombres se plantó enfrente para que no lo hicieran. Todos querían la continuidad. Había que hacer algo y nosotras lo hicimos”. (C., 2007) Esta descripción pertenece a C., una mujer de 58 años, esposa de un operario y el *nosotras* corresponde a un grupo de mujeres más jóvenes que ellas, también esposas de operarios de planta.

C. y A. (36 años) junto a otras cuatro mujeres, instalan una carpa, en una plaza, frente a la planta, que se sostendrá setenta y seis días. A los pocos días de su instalación, se incorporan a la carpa unos veinte trabajadores despedidos, y lentamente organismos de derechos humanos, ONGs, agrupaciones estudiantiles universitarias sumaron su apoyo hasta

constituirse en un contingente estable de 150 personas que ocupaban el predio donde se había asentado la carpa.

La empresa se sienta a negociar. El esposo de C., operario con treinta años de servicio y un grupo de trabajadores son los encargados de llevar adelante el acuerdo. “Después de treinta años en la fábrica, mi marido por primera vez, conoció las oficinas de la empresa. Nosotras esperábamos en la carpa, que era nuestro lugar de lucha”. (C., 2007)

Durante estos dos meses y medio, C. y A. no dejarán la carpa. Esta se constituye en su casa. Justamente las tareas asociadas a la reproducción familiar se trasladan a las tareas que permiten organizar la disposición de lugares, las comidas, la provisión de lo necesario para establecerse en el lugar, etc., que deben desarrollarse para el mantenimiento de la carpa. Esto sigue legitimando cotidianamente el *habitus* de género (BOURDIEU, 2000) incorporado por estas mujeres en su socialización familiar.

Estos esquemas de percepción, apreciación y acción (BOURDIEU, 2000) que en la constitución de su identidad de género como conjunto de referencias, se relaciona con el cuidado del hogar simbólicamente en esta circunstancia, se traslada al cuidado de la carpa, hogar transitorio de los trabajadores (sus esposos) durante la lucha por la recuperación.

Tengamos en cuenta, sobre todo en el caso de C. que la mayor parte de su vida había estado dedicada a las tareas referidas a la reproducción familiar. Ninguna de las dos registra militancia en ningún partido ni agrupación política. Su trayectoria pública se circunscribe, en el caso de A, a su participación en la cooperativa escolar de la escuela pública donde concurrían sus hijos.

Luego de estos dos meses y medio, la empresa se compromete a la continuidad de la producción y reincorpora a los despedidos, reconociéndole la antigüedad y las categorías. Sin embargo, durante el año '98 y '99 la producción disminuye y su mayor parte se vende en el mercado informal. Hasta que en Febrero del 2000 se declara la quiebra definitiva y cierra sus puertas.

Comienza la segunda etapa de la lucha (de resistencia, defensiva, la caracterizarán C. y A.) Nuevamente estas mujeres movilizan la instalación de una carpa, que esta vez durará nueve meses. Pero ninguna de las dos desarrollará su lucha desde la carpa. A partir de este momento comienza para ambas un largo peregrinaje que dibuja dos recorridos: uno que tiene como objetivo la visualización pública del conflicto y el

otro que sigue los canales políticos-legales institucionales para obtener soluciones para su problema.

El primer objetivo, que es una estrategia común en otras experiencias de empresas recuperadas, se siguió con el acompañamiento de otros. Recorren universidades, estableciendo contacto con Centros de Estudiantes, obteniendo permisos de las autoridades para recorrer distintos cursos explicando la coyuntura en que se encontraba el conflicto laboral de la empresa. Suben a colectivos urbanos y durante el recorrido de estos, los convierten en púlpitos desde los que cuentan a los urbanitas la causa de su lucha. Reparten volantes en las esquinas de las avenidas más importantes de la ciudad. Visitan los medios de comunicación para responder a entrevistas sobre el tema. Participan de marchas que otros en situaciones semejantes a las de ellas convocan u organizan ellas mismas, marchas por la fuente de trabajo de sus esposos. Ganan protagonismo social. Son reconocidas y buscadas en la escena pública como referentes de este conflicto social.

En relación al segundo circuito que hemos mencionado más arriba, recorren secretarías y ministerios de la nación y la provincia, despachos de senadores y diputados, de jueces y funcionarios. El primer contacto institucional que logra algún resultado es con la Subsecretaria de Pequeñas y Medianas Empresas de la Nación (hoy desaparecida de la estructura administrativa del Estado), donde le marcan los pasos legales a seguir, teniendo en cuenta experiencias anteriores en ese mismo sentido. A partir de aquí A. y C. comienzan un aprendizaje vertiginoso.

Si bien consiguen legalmente por derecho la ocupación de la empresa, conformándose en cooperativa y a través de un contrato de alquiler de la planta con el aval del Estado, se constituyen en el mismo acto en sujeto para la ley capaz de responder a las demandas de todo tipo: legales, económicas, judiciales, etc.

Del grupo de mujeres que originalmente organizan esta lucha en defensa de la fuente de trabajo de sus esposos, sólo C. y A. van a continuar los trámites legales correspondientes hasta obtener el permiso judicial para la apropiación temporaria de la empresa. “Las demás se fueron perdiendo. No sé, no les salía golpear y golpear puertas. Volantear en las esquinas. Nosotras nos olvidamos de nuestras casas, yo de ser abuela y ella dejaba a sus hijos. La calle nos endureció”, (C., 2007)

Un dato importante de marcar es que si bien C. estaba en una etapa de su vida donde su estructura familiar se podía sostener sobre sus hijos ya adultos, en el caso de A. sus hijos tenían seis y ocho años.

“Mi marido ayudaba en la casa pero no era lo mismo. A veces yo llegaba y comía cualquier cosa porque no había nada preparado” (A., 2007), dice A. aludiendo a una división sexual del trabajo que no mostraba grandes cambios con respecto a la que prevalecía cuando ella era ama de casa solamente.

Es interesante subrayar que reiteradamente en las entrevistas C. y A. argumentan que todas las actividades que realizaron en esta lucha, las llevaron adelante presentándose como *esposas de obreros*. Pocas veces dan sus nombres, las cartas dirigidas a mostrar la problemática o a pedir soluciones en el ámbito público durante todo este proceso son firmadas con la misma fórmula: *esposas de obreros*, hipotecando la propia identidad tras la figura de los trabajadores.

Claramente la fuerza de la performatividad de género (BUTLER, 2007) logra la anticipación del paradigma de *esposas*, legitimada por la ley de matrimonio civil y por el dogma católico (rito por el cual se han caso ambas mujeres) por las cuales se les atribuye a la cónyuge el deber de *seguir a su esposo* y mantenerse unido a él y confortarlo *tanto en la prosperidad como en el enfermedad*.

Sin embargo, como decíamos más arriba, esta performatividad no se da por única vez sino que es un proceso de repetición que constituye un ritual. Las condiciones de la lucha por la recuperación irrumpen en la vida cotidiana y marca una ruptura en estas rutinas que se traduce en procesos de cambios profundos en la identidad de género de estas mujeres. Así sólo una vez dirimido el conflicto central y ocupando puestos dentro de la empresa, como veremos más adelante, comienzan a identificarse a sí mismas con sus nombres y apellidos.

Cuando los trabajadores se conforman en cooperativa de trabajo (única fórmula legal compatible con la posibilidad de recuperar la empresa), ellas son elegidas en asamblea estatutaria como presidenta (C.) y secretaria (A.) de la cooperativa de trabajo. Actualmente siguen desempeñando estos puestos dentro de la empresa, atendiendo proveedores, clientes, bancos y desarrollando las relaciones públicas de la empresa que en sus palabras “[...] no está recuperada, porque no logra producir sino solamente realizar mantenimientos y partes sueltas de las carrocerías”. (C. y A., 2007)

Cuando se les pregunta porque fueron ellas y no sus esposos quienes llevan adelante esta lucha, ambas coinciden:

Los hombres estaban quebrados. Ellos eran los que tenían que mantener la casa. Ahí nosotras nos abríamos. Con todo lo que pasó,

sufrieron mucho. Algunos se separaron, otros se emborrachaban. Los nuestros se quebraron. Ahí salimos nosotras. (C. y A., 2007)

Si retomamos el concepto de género de Scott (1999), en relación a los tres aspectos interrelacionados que ella trabaja, deberíamos mencionar que:

- A el conjunto de símbolos culturalmente significativos en el contexto de socialización de estas mujeres se asocia a los roles tradicionales de representaciones de lo femenino y lo masculino desde un modelo patriarcal de familia (esposas, amas de casa, encargadas de la reproducción y cuidado de sus hijos, sostenidas desde una pertenencia de clase trabajadora por sus esposos con sueldo relativamente altos para la condición obrera del momento y estabilidad del contrato laboral de tipo fordista).
- B el conjunto de normas que se generan a partir de aquel conjunto de símbolos y de sus interpretaciones le asignaban a ellas, como mujeres, los valores de la comprensión, la aceptación, la resignación, la subalternidad como constitutivos de sus roles tradicionales de género, y
- C las prácticas cotidianas sostenidas sobre aquellas representaciones y limitadas y habilitadas por el orden normativo, restringía sus prácticas al ámbito de lo privado, como *madres y esposas de*, vedadas de la participación en el mercado de trabajo y carentes de protagonismo en el ámbito público de la política.

El cambio, en sus prácticas cotidianas a partir de su participación en la lucha por la recuperación de la empresa donde trabajaban sus esposos, les permite una ruptura con estos estereotipos de género, un claro protagonismo en la lucha social y política que este conflicto involucraba, y desde la esfera económica, la obtención de un lugar como trabajadoras (presidenta y vice de la cooperativa que constituye la empresa luego de su recuperación).

Sin embargo y a pesar de esta lógica de la multiplicidad que tiene como escenario la lucha en el campo de las empresas recuperadas, desde su constitución y desde su gestión cotidiana, basada en una organización autogestiva del trabajo y de la toma de decisiones, la lógica de la delegación sigue despuntando en ciertas prácticas y representaciones que estas mujeres encarnan, mostrando todo el peso de la performatividad de género en relación a la identidad laboral que les estaba asignada.

Dice A (2007):

Mirá, yo te voy a contar un secreto, mi marido una sola vez me acompañó a una marcha, con el esposo de Carmen y me dijo no te puedo acompañar nunca más. Y nunca más me acompañó a una marcha. Te voy a decir porqué fue. Yo iba con mi hijo más chiquito que tenía cuatro años en ese momento, el esposo de C., C. y mi marido. Cuando vieron que llegamos, nosotras terminamos adelante...

C: Porque para colmo ellos quedaron muy atrás, quedaban, quedaban

A: Quedaban muy atrás pobres. Todo el mundo nos venía a saludar y dijo nunca más. Además imagínate, los bombos, los papelitos, los micrófonos, los periodistas. Y subimos al atril. Me dijo te desconozco.

C: ¡Me cambiaron las mujeres!

A: Nunca más me acompañó.

C: Le cambiaron las mujeres.

A: Nunca más te acompaño, y nunca más me acompañó. (C. y A., 2007)

En nuestro trabajo de campo, buscamos reconstruir la participación de las mujeres, tratando de comprender sus experiencias, en la construcción de sus trayectorias asociativas, laborales y las vinculadas a su vida familiar y a su condición de género. Evidentemente, en el caso estudiado, la identidad de género especialmente de A. y C. ha sufrido modificaciones importantes, como así también la estructura interna de sus familias. Lo cual no parece haberse extendido al resto de las mujeres que empezaron con ellas la recuperación de la empresa.

Si reflexionamos acerca de las significaciones que estas mujeres atribuyen a las prácticas y tareas que desarrollaron luego de la formación de la cooperativa de trabajo, situando la atención en las continuidades o discontinuidades con respecto a sus trayectorias de vida, evidentemente aparecen dos planos superpuestos. En relación a la identidad que los otros, (opinión pública, medios de comunicación actores políticos, etc.) le otorgan (identidad social virtual) aparece como evidente la ruptura con su historia de vida anterior. Son productoras de sentido y prácticas permanentes en relación al proceso de recuperación de empresas. Son el referente en el trato con proveedores, clientes, bancos, pero además son la cara visible de la empresa, las que portan la historia de lucha, las que extienden los lazos de asociatividad que forjaron dentro de la empresa hacia otras empresas en condiciones similares a la de ellas.

Sin embargo y paradójicamente, hasta hace poco tiempo su identidad social estructurada por los mecanismos de apropiación, giraban en torno a desvalorizaciones que se reactualizaban en los sentidos construidos en las luchas por la fuente de trabajo. Recordemos

que se presentaban como *esposas de*, tomaban la lucha para cubrir los espacios del que el otro (sus esposos) se retiraba (*ellos están quebrados*), etc. Esto marcaba continuidades en relación al rol que cumplían antes de que se iniciara la recuperación de la empresa.

Recién en la nueva instancia de la gestión de la empresa, aparecen ciertas rupturas con los roles tradicionales. Justamente, a partir de sus trabajos de gestión en la cooperativa, cobran envergadura en el *espacio público*, entablando negociaciones cotidianas con funcionarios públicos, medios de comunicación, representantes de empresas de servicios, bancos, entre otros actores significativos en el proceso de toma y recuperación de la empresa.

Aparece un quiebre que indicaría un cambio en relación primero, a los símbolos significativos en la representación de lo femenino (ya no son amas de casa que luchan por sus maridos, son trabajadoras dentro de la empresa), segundo en las normas (están nombradas por el estatuto de la cooperativa como presidenta y secretaria, asignándoseles funciones como tales) y, en último término, en las prácticas cotidianas dentro de la familia (han terciarizado parte de las tareas reproductivas), mientras que en el ámbito económico y político han obtenido reconocimiento como representantes de la empresa. Podemos pensar que su identidad de género comienza a sufrir modificaciones.

Esta dimensión abre una línea de trabajo a futuro que implicaría profundizar en las historias de vida de las mujeres que protagonizan estos procesos de recuperación.

DICAPUA, M.Á. ; PERBELLINI, M. Builted identities on the female's fight for the factory's recovery. *ORG & DEMO* (Marília), v. 11, n.2, p. 5-22, Jul./Dez., 2010.

ABSTRACT: This paper is about theoretical revision of some concepts as identity and genre. We reflect on their application in the empirical research in a recovery factory in Rosario (Santa Fe - Argentina) in order to analyze women's roll in the recovery process of their husbands work. Our purpose is to analyze these women's representations and actions patterns. The main hypothesis is that some private actions brand the public scenery -uncertain, changeable, precarious- of genre and labor identities process.

KEY WORDS: identity; gender; women; recovery factories.

REFERENCIAS

- ARFUCH, L. (comp.). *Identidades, sujetos y subjetividades*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.
- BARRANCOS, D. Problemas de la Historia Cultural. Triangulación y multimétodos. Buenos Aires. *Revista Dialógica*. v.1, n.1, 1995.
- BOURDIEU, P. *La noblesse d' Eta*. Paris: de Minuit, 1990.
- BOURDIEU, P. *Razones prácticas*. Barcelona: Anagrama, 1994.
- BOURDIEU, P. *Meditaciones pascalianas*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1999.
- BOURDIEU, P. *La dominación masculina*. Barcelona: Anagrama, 2000.
- BUTLER, J. *El género en disputa*. Barcelona: Paidós, 2007.
- BUTLER, J. y otros. *Contingencia, Hegemonía, universalidad*. Buenos Aires : FCE, 2000.
- DUBAR, C. El trabajo y las identidades profesiones y personales. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*. Buenos Aires, año 7, n. 13., 2001.
- DUBAR, C. *La Socialisation*. París: A.Colin, 1998.
- ELIAS, N. *El proceso de la civilización*. México: FCE, 1987
- ELIAS, N. *Sociología Fundamental*. España: Gedisa, 1999.
- GOFFMAN, E. *La presentación de la persona en la vida cotidiana*. Buenos Aires: Amorrortu, 1981.
- GOFFMAN, E. *Estigma*. Buenos Aires: Amorrortu, 1981.
- GRAFFIGNA, M. Identidad Laboral e identidad social: la construcción del espacio social. *Laboratorio. Revista de Estudios Sobre Cambio Social*. Buenos Aires, año IV, n. 14, 2004.
- LACLAU, E. *Emancipación y diferencia*. Buenos Aires: Ariel, 1996.
- LACLAU, E. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000.
- LACLAU, E. *La razón populista*. Buenos Aires: FCE, 2005.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemonía y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia*. Buenos Aires: FCE, 1985.
- SCHÜTZ, A. *La construcción significativa del mundo social. Introducción a la sociología comprensiva*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993.
- SCOTT, J. El género: una categoría útil para el análisis histórico. En: NAVARRO, M. y otros. *Sexualidad, género y roles sexuales*. Buenos Aires: FCE, 1999.

Submetido em: 23/04/2010

Aprovado em: 18/06/2010

O SOCIALISMO DE PAUL SINGER E OS LIMITES DE SEU PROJETO POLÍTICO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA¹

THE SOCIALISM OF PAUL SINGER AND THE LIMITS OF HIS SOLIDARITY ECONOMY'S POLITICAL PROJECT

Bárbara Geraldo de CASTRO²

RESUMO: Singer define a economia solidária como um projeto político: ela é um modo de produção diferente do capitalista, que leva à sua superação. Neste artigo, pretendo mostrar de que maneira sua biografia contribui para uma definição específica de socialismo e as limitações que ela traz para a construção de seu projeto político. Para tanto, apresento brevemente sua trajetória militante seguida do debate teórico e político que ele realiza sobre o socialismo e a isso contraste o debate marxista sobre a transição. Concluo pontuando as limitações que sua visão sobre o socialismo traz para a construção de seu conceito de economia solidária.

PALAVRAS-CHAVE: economia solidária, Paul Singer, socialismo.

Paul Singer (1996, 1998, 1999) define a economia solidária como outro modo de produção, diferente do capitalista e que leva à sua superação. Mas nem sempre foi assim³. Inicialmente, ele defendia a economia solidária como uma alternativa ao desemprego e parte de um programa maior de mudanças. Aos poucos, essa proposta *reativa* ganhou um caráter *combativo* e universal: Singer passou a tratar a economia solidária como resistência dos trabalhadores ao capitalismo. É nesse sentido que entendo que a economia solidária defendida pelo autor é um projeto político. Para construí-lo, ele partiu de elementos de discussões teóricas (o socialismo utópico e a autogestão) e de

¹ Este texto é resultado da minha dissertação de mestrado financiada pelo CNPq.

² Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, São Paulo, Brasil. bacastro@gmail.com

³ Em Castro (2009), defino um eixo cronológico-temático para encadear melhor os argumentos de Singer sobre a economia solidária, já que seus textos são inúmeros e neles as concepções de economia solidária variam. São cinco os eixos principais: A) luta contra o desemprego; B) continuidade histórica das lutas dos trabalhadores; C) forma de organização e riscos de degeneração dos empreendimentos solidários; D) novo modo de produção; E) autogestão.

experiências empíricas (a Sociedade dos Pioneiros de Rochdale e o Complexo Cooperativo de Mondragón).

Entendo, no entanto, que outros elementos sejam fundamentais para compreendermos a construção de seu projeto político. Além dessas referências teóricas e empíricas, necessárias para marcar o caráter científico do debate que realiza, sua biografia é indispensável para compreendermos sua concepção de socialismo e a maneira como ele pensa a superação do capitalismo. Este texto destaca esses dois elementos e busca mostrar quais são as limitações que eles trazem à construção do argumento do autor.

UMA BREVE BIOGRAFIA

Foi em meio à anexação da Áustria pela Alemanha, em 1932, que nasceu Paul Singer. Filho de família judia contemporânea à ascensão do nazismo, ele sofreu a perseguição dos agentes do regime ainda criança. Em 1940, com oito anos, logo após o início da 2ª Guerra Mundial, sua mãe fugiu com ele rumo ao Brasil.

É por meio da experiência do Holocausto que Singer se aproxima, em São Paulo, do Dror⁴, um grupo político de jovens judeus socialistas sionistas⁵ (PINSKY, 2000). Os militantes desse grupo se consideravam parte de um movimento no qual o pluralismo e a heterogeneidade de idéias tinham espaço e se colocavam tanto contrários aos revisionistas quanto aos comunistas. Aos primeiros, porque eram violentos e exortavam o terrorismo e chauvinismo antiárabe palestino; aos segundos, porque tanto a URSS quanto os partidos comunistas eram contrários ao sionismo e a Israel (PINSKY, 2000).

Ele se associou ao Dror aos 15 anos e atribuiu sua entrada no grupo mais à afinidade com o socialismo do que com o sionismo (PINSKY, 2000). Foi esse grupo que o levou a participar da construção do Kibutz Hachshará

⁴ Em hebraico, pássaros da liberdade. Também é o nome de um movimento juvenil pioneiro sionista e socialista estabelecido na Polônia no final dos anos de 1920 cujas idéias chegaram ao Brasil com os imigrantes, na década de 1930. O grupo se reuniu pela primeira vez em Porto Alegre, em 1945, mas não há data precisa de fundação do grupo de São Paulo. Estima-se que seja por volta de 1947. O Dror teve grande expansão a partir da fundação do Estado de Israel, em 1948. Na sede de São Paulo, por exemplo, o número de membros passou de 100 para 800 naquele ano (PINSKY, 2000). Foi neste período que Paul Singer se associou ao movimento.

⁵ Sionismo é um movimento político que defendia a autodeterminação e a fundação de um Estado próprio para o povo de origem judaica.

Ein Dorot⁶, em Jundiaí (SP), no qual trabalhava nas atividades produtivas, aprendia a viver coletivamente, estudava hebraico, movimento sionista e cultura judaica e se preparava para a vida em um kibutz em Israel (LECHAT, 2004). Em entrevista a Lechat, declarou: “Isto foi o início da economia solidária. Não tinha este nome, mas a idéia era fazer um socialismo. Um socialismo na prática através do que chamaríamos hoje de uma cooperativa integral”. (SINGER apud LECHAT, 2004, p.171).

Para viver no kibutz, abraçou a recusa do grupo à vida universitária e se dedicou ao curso de eletrotécnica. Participou, também, do programa *Ação Educativa*, que tinha o objetivo de ampliar o alcance dos debates internos do grupo, dando aulas sobre a história do movimento operário e materialismo histórico. Foi, ainda, o principal protagonista dos questionamentos ideológicos pelos quais o grupo passou no início da década de 1950, desencadeando um racha em 1952, com sua declaração de saída do grupo, na qual dizia que o sionismo não fazia sentido, pois apenas o socialismo era capaz de garantir o bem-estar de todos os homens, incluindo as minorias (PINSKY, 2000).

Ao sair do Dror, Singer prosseguiu seus estudos em eletrotécnica e conseguiu emprego em uma indústria, na qual trabalhou entre 1952 e 1956. Nesse período, se filiou ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e, aos 21 anos, foi um dos principais líderes de uma das maiores paralisações da história do país. Em 1953, cinco categorias da indústria paulistana (metalúrgicos, têxteis, marceneiros, vidreiros e gráficos) ficaram paralisadas por cerca de um mês, mobilizando cerca de 300 mil trabalhadores (LECHAT, 2004; OLIVEIRA, 2003).

Um ano após a greve, em 1954, portanto, Singer teve seu pedido de naturalização aprovado e pôde se filiar ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) (OLIVEIRA, 2003). O partido, assim como o Dror também se posicionava contra os comunistas e o socialismo da URSS. Seu primeiro contato com a imprensa socialista e com os colegas comunistas começou, no entanto, em 1945, ano em que conheceu o médico Febus Gikovate, o jornalista Fúlvio Abramo, o crítico de cinema Paulo Emílio Salles Gomes, o advogado Antônio Costa Correia e o crítico literário Antonio Candido, com os quais formou um grupo de amizade que diz ter contribuído muito para sua formação política (LECHAT, 2004; SINGER, 1999).

A carreira acadêmica começou um pouco mais tarde, em 1956, quando ele ingressou na USP para fazer o Curso de Ciências Econômicas

⁶ Fonte das gerações, em hebraico.

e Administrativas. É desta mesma universidade que ele se tornou professor, em 1960, integrando o grupo de estudos d'O Capital junto com Artur Gianotti, Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso, Otávio Ianni e Fernando Novais. Foi aposentado pelo Ato Institucional nº 5 em 1968 e ajudou na fundação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) que, em entrevista à Lechat (2004), comparou a uma cooperativa, pois havia uma caixa comum e todos ganhavam a mesma coisa.

Aqui, como quando fala sobre o Dror, Singer reafirma a narrativa de continuidade histórica que ele construiu sobre a economia solidária⁷. O kibutz de Jundiaí e a fundação e o funcionamento do CEBRAP são indicados por ele como momentos de sua história em que ele viveu a economia solidária – mesmo que, à época, não lhes atribuisse este nome. Essas experiências foram fundamentais para a formação política do autor. Sua vivência produziu um conhecimento sobre formas coletivas de gestão que vão aparecer e fundamentar a definição da economia solidária. Mas esta é uma etapa de sua história intelectual-militante que ainda está por vir.

Enquanto isso, Singer participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980 e fez parte de sua primeira direção nacional. Participou também da redação do primeiro programa de governo do PT, quando Lula se candidatou ao governo do Estado de São Paulo, em 1982. Foi secretário de planejamento de Luiza Erundina durante o período em que ela esteve à frente da Prefeitura de São Paulo, entre 1989 a 1992, bem como o principal articulador de seu plano de governo, nas eleições municipais de 1996. Foi neste momento, aliás, que usou pela primeira vez o termo *economia solidária*, apresentando-o como uma maneira de enfrentar os elevados índices de desemprego, transformando os desempregados em microempresários ou autônomos (SINGER, 1996). Essa idéia o levou a se dedicar aos estudos do cooperativismo e práticas autogestionárias e, em 1998, inspirado pela experiência de formação de cooperativas populares pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE)⁸, ajudou na fundação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da USP. Alguns anos depois, em 2003, quando Lula se tornou presidente da República, assumiu a Secretaria

⁷ Em Castro (2009), mostrei que Singer defende que a economia solidária é uma continuidade do movimento cooperativista do século XIX, tendo renascido no século XXI.

⁸ A COPPE construiu a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) em 1995.

Nacional de Economia Solidária (Senaes). O órgão, ligado ao Ministério do Trabalho, foi criado naquele mesmo ano. Singer permanece na secretaria até o momento.

A CONCEPÇÃO DE SOCIALISMO DE SINGER

A postura antiautoritária, a vida em comunidade e a preocupação com a educação como instrumento de politização, como vimos, são elementos que acompanharam Singer no decorrer de sua vida militante e intelectual. Essas mesmas preocupações aparecem de maneira muito clara nos textos em que ele trata de maneira direta sobre aquilo que entende sobre socialismo⁹.

Singer busca se diferenciar de outros socialistas e marca sua posição ao criticar o que avalia como a fragilidade e as consequências do projeto proposto por Marx e Engels. Para Singer (2000a), eles sofriam de um reducionismo teórico, pois a crítica que ambos realizaram do capitalismo como modo de produção, apesar de certa, deixava muito a desejar. Sua discordância principal é com a ausência, nesses autores, de um delineamento da organização econômica, social e política do socialismo, ou seja, a ausência de um desenho da sociedade socialista e de suas instituições.

Além disso, Singer entende que o socialismo proposto por Marx e Engels nasceria da própria evolução contraditória do capitalismo, particularmente de sua fase monopolista, sendo resultado do antagonismo entre a organização da produção na fábrica individual e da anarquia da produção na sociedade. Essa contradição levaria à socialização das forças produtivas e o Estado ocuparia o papel de instrumento de apropriação dos meios de produção das classes trabalhadoras. A consequência desse processo seria o desaparecimento das classes sociais sem que fosse necessária a participação ativa dos trabalhadores no processo.

Para o autor, essa concepção do socialismo é insuficiente e deixa sem resposta as perguntas referentes à organização da sociedade

⁹ Selecionei dois textos, *Uma utopia militante*, de 1998 e *Economia socialista*, de 2000. O primeiro é um trabalho de fôlego historiográfico que buscava contestar as visões dominantes sobre o socialismo e indicar novas propostas e caminhos para o seu alcance efetivo. O segundo é fruto do *Seminário Socialismo e Democracia* que o Instituto Cidadania, a Fundação Perseu Abramo e a Secretaria Nacional de Formação do PT promoveram em São Paulo, de abril a junho de 2000.

socialista e às estratégias e fórmulas para sua transição. Além disso, para Singer, a teoria de Marx e Engels inspirou a URSS em seu governo socialista¹⁰ levando a um crescimento monstruoso do Estado e não à sua abolição (SINGER, 2000a). A mesma postura perante o socialismo, diz Singer, foi adotada pela maioria dos partidos operários após a II Internacional e colocado à prova na Revolução de Outubro. Naquele momento, a grande discussão que se travou nos quadros bolcheviques era entre a autogestão e o planejamento centralizado. No primeiro caso, defendia-se que a expropriação dos meios de produção deveria ser seguida da efetiva direção coletiva dos trabalhadores. No segundo, a expropriação dos meios de produção era condição suficiente para a transição.

Os quadros bolcheviques que defendiam o planejamento centralizado venceram o debate e a principal consequência foi que o socialismo passou a ser caracterizado como:

[...] planejamento geral ou centralizado da produção; substituição do mercado pela alocação administrativa dos meios de produção; organização monopolista de todos os ramos de produção e fixação detalhada de metas para todas as empresas (SINGER, 2000a, p. 22).

O problema para Singer (2000a) é que apesar de concordar que sem a socialização dos meios de produção não há socialismo, ele entende que a participação dos trabalhadores é essencial nesse processo. Ele critica o planejamento centralizado, marca das experiências de socialismo real, porque a posse dos meios de produção e a centralização das tomadas de decisão pelo Estado levam a crer, em um primeiro momento, que os trabalhadores fazem parte desse processo – já que, em tese, cada cidadão seria proprietário dos meios de produção. Mas ele chama a atenção para a ficção jurídica que o fato esconde: “Na prática, o controle jurídico era exercido pela cúpula do partido, que também era a cúpula do Estado. E os trabalhadores continuaram tão subordinados quanto no capitalismo”. (SINGER, 2000b, p. 77).

A crítica ao socialismo soviético, como vimos, acompanhou a trajetória do economista no PSB e no grupo sionista Dror. A discussão

¹⁰ É importante destacar que há um debate sobre a utilização do termo socialista para designar o regime soviético. Bettelheim (1983), em *A luta de classes na União Soviética*, enxerga na URSS das décadas seguintes à Revolução de Outubro uma sociedade dual, com práticas socialistas e não-socialistas. E é essa dualidade, para ele, que retira da URSS o rótulo de ter realizado o socialismo após a revolução.

realizada nestes dois grupos políticos dos quais Singer fez parte foram fundamentais para a sua formação intelectual e para a sua militância política. A postura que ambos os grupos adotaram contra o autoritarismo e as práticas stalinistas e a favor da liberdade de escolha dos indivíduos aparecem na concepção de socialismo proposta por Singer.

É por causa dessa preocupação que, em *Uma utopia militante*, Singer (1998) vai propor uma distinção entre os conceitos de revolução social e revolução política. A primeira refere-se a uma revolução de longo prazo e a uma transformação cultural protagonizada pelos próprios trabalhadores. A segunda limita as mudanças sociais a um único momento histórico: a tomada do poder – o que, em sua concepção é um erro.

Ao distinguir revolução social de revolução política, Singer (1998) se contrapõe à vertente dos revolucionários que se colocam a favor da ditadura do proletariado, e assim o faz porque ele a considera um procedimento autoritário. A distinção, que define o que foi a revolução social capitalista e o que é a revolução social socialista, também lhe serve para tomar como duvidosos os efeitos positivos de uma revolução política socialista. Para ele, enquanto as revoluções políticas burguesas – ou seja, as revoluções políticas capitalistas –, ajudaram a criar instituições jurídicas, políticas e sociais que condiziam, potencializavam e auxiliavam o desenvolvimento do capitalismo, podemos duvidar dos mesmos resultados provocados pelas revoluções políticas proletárias ou socialistas.

O resultado é duvidoso porque, segundo o autor, o processo da revolução social capitalista e socialista se dá sob uma dinâmica diferente: enquanto a revolução social capitalista se dá subordinada ao feudalismo, a revolução social socialista se inicia no século XIX implantando-se no capitalismo ainda em constituição, por meio de

[...] instituições destinadas a enfrentar e/ou compensar as tendências de concentração de renda e da propriedade, de exclusão social e de destruição criadora, inerentes à dinâmica do capital. [...] Os implantes socialistas no capitalismo resultam de algo como um processo de tentativas e erros (SINGER, 1998, p.132).

É a partir dessas definições que podemos compreender por que Singer defende que a cooperativa assume características de uma empresa autogerida, é um implante socialista na sociedade capitalista e

levará à transição para outro modo de produção¹¹. A empresa autogerida, para ele, é a instituição possível no plano econômico atual, que vai contra a corrente das tendências capitalistas. Além disso, somente por meio delas é que podemos superar o fracasso das experiências de socialismo real. O autor defende que essas experiências foram resultado da revolução política socialista e que servem como contraexemplo: o controle dos meios de produção deve ser descentralizado e ficar sob o domínio direto dos trabalhadores, e devemos rejeitar o planejamento geral da economia (SINGER, 2000a).

A partir da recusa do planejamento geral, propõe como seria a organização socialista da produção. Ela deve seguir alguns princípios: todos os dos pioneiros de Rochdale¹²; a possibilidade de federação das empresas autogeridas; a ausência de trabalhador assalariado; criação de cooperativas de consumidores para evitar a competição entre as empresas autogeridas; liberdade de iniciativa de pessoas ou grupos com idéias ou projetos novos; financiamento por bancos públicos dos projetos que tenham relevância social (SINGER, 2000b). Para o autor, o problema do planejamento geral é que, ao impedir a liberdade de iniciativa, ele não permite o desenvolvimento do socialismo entre as bases.

Pelo fato de não haver permissão para que outro modo de produção competisse com o planejamento econômico centralizado, as iniciativas dos trabalhadores acabaram abafadas na URSS e legadas ao estatuto da ilegalidade. O sistema capitalista, ao contrário do que ocorreu no que

¹¹ Cabe ponderar, no entanto, que a economia solidária não é considerada por Singer (1998), em *Uma economia socialista*, como o único caminho para o socialismo. Há uma série de frentes nas quais os movimentos operário e socialista devem avançar (como a expansão da democracia e da participação, implementação de políticas públicas, incentivos públicos a empresas autogestionárias etc.) para que a economia socialista se consolide. Em Castro (2009) mostro, no entanto, que em seus escritos posteriores, Singer define a economia solidária como um modo de produção singular, que supera o capitalismo. Entendo que haja uma diferença fundamental nos textos em que ele escreve para fins acadêmicos e nos que ele escreve para fins militantes (apesar de essas características não se encontrarem divorciadas em sua trajetória, sendo esta, aliás, sua maior qualidade). Nos últimos, a articulação com as propostas dos programas do PT se coloca de maneira direta e clara. Nos primeiros, o impacto das relações de trabalho solidárias aparece como o núcleo central da transformação da sociedade.

¹² Seus princípios eram: 1) gestão democrática – para cada sócio, um voto; 2) abertura a todos que quisessem integrá-la, desde que contribuíssem para a cota de capital mínima; 3) limitação da remuneração do capital a uma porcentagem fixa – para evitar que o excedente fosse apropriado indevidamente; 4) divisão eqüitativa dos excedentes; 5) vendas à vista; 6) produtos de qualidade; 7) promoção de uma educação cooperativista para os sócios; 8) neutralidade política e religiosa. A obediência ao conjunto dessas regras é que teria assegurado a viabilidade econômica e o caráter socialista da Sociedade dos Pioneiros (SINGER, 1998).

Singer chama de socialismo real, englobaria vários modos de produção: produção simples de mercadoria, empresas sem fins lucrativos, produção para subsistência e cooperativas autogeridas. Estas últimas “[...] constituem um embrião ou ‘implante socialista’” (SINGER, 2000a, p. 47).

Aqui, o autor reforça a diferença entre as revoluções sociais e políticas: a revolução política socialista impõe um plano de metas que se sobrepõe às liberdades individuais e isso, para o autor, é inadmissível. Singer defende que o socialismo é um projeto em constante construção para se contrapor à revolução política: o socialismo é uma luta que se realiza no presente e não após a tomada do poder.

Para melhor compreendermos o que Singer defende como projeto de superação do capitalismo por meio da economia solidária, resumo os pontos fundamentais que dão base à sua concepção de socialismo: 1) contrapõe-se a qualquer forma de autoritarismo e, como consequência; 2) contrapõe-se ao planejamento centralizado da economia; 3) defende a autogestão da produção, do trabalho e do consumo como modo de produção socialista; 4) assume que este modo de produção já existe e coexiste sob a estrutura capitalista; 5) defende que é por meio da vivência neste modo de produção que se dará a sua dominância, sem a necessidade de que haja uma revolução política socialista; 6) e dominância aconteceria após o aprendizado cooperativo, no trabalho e nas escolas; 7) o socialismo, ainda que se torne modo de produção dominante, conviverá com outros modos de produção, assim como faz o capitalismo, devendo, portanto, estar em construção contínua.

ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONTINUIDADE HISTÓRICA OU DESCONTEXTUALIZAÇÃO?

Tentando responder às críticas que fez a Marx e Engels, Singer define a economia solidária como um novo modo de produção que tem a cooperativa de produção como o empreendimento solidário ideal e a autogestão como princípio organizador. Além disso, cita as experiências da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale e do Complexo Cooperativo de Mondragón como exemplos do projeto de economia solidária, defendendo que ela é a continuidade das lutas dos trabalhadores do século XIX. Por meio desse argumento, dá corpo às oposições que faz entre revolução política e revolução social ao mesmo tempo em que comprova a viabilidade do seu projeto.

O problema é que, ao elencar tais exemplos, ele não questiona se os princípios dos Pioneiros de Rochdale, nos quais se apóia, não se

restringem a uma prática democrática que não toca, a fundo, a questão da relação de dominação que o capital exerce sobre os trabalhadores. Afinal, ao localizarmos essa experiência historicamente, percebemos que o princípio *um sócio, um voto* remetia às lutas por uma maior participação política na sociedade - o voto, naquela época, era censitário (COLE, 1944). Além disso, a Sociedade dos Pioneiros foi organizada a despeito da organização social do trabalho nas indústrias, e dizia respeito aos artesãos excluídos ou resistentes à entrada nas fábricas. Esses trabalhadores qualificados¹³, buscando dar continuidade à sua diferenciação perante os trabalhadores não-qualificados¹⁴ - negando, inclusive, o trabalho indiferenciado nas fábricas -, montou um clube de trocas que tinha a função de tornar seus produtos vendáveis já que, com a produção em massa e a diminuição do tempo e dos custos da produção, a competição com os produtos industrializados deixava esses produtores cada vez mais excluídos do mercado.

Acredito, inclusive, que esse pode ter sido um dos fatores que levou o movimento sindicalista a se afastar do movimento cooperativista. Ambos nasceram em meio à Revolução Industrial e, com o tempo e o desenvolvimento do socialismo teórico, as demandas de um e de outro movimento se diferenciaram. Eles só uniram forças em um prazo muito curto de tempo. Tempo suficiente para que as experiências cooperativas mostrassem não serem capazes de incluir todos os trabalhadores em seu projeto. As cooperativas do século XIX não eram acessíveis a todos os trabalhadores. Apenas os pequenos produtores ou detentores de algum capital podiam participar como sócios (THOMPSON, 2002; COLE, 1944; COLE; POSTGATE, 1981).

Com essas ponderações, procuro mostrar como é problemática a apropriação que Singer faz dos elementos de uma experiência que tem quase dois séculos de diferença em relação ao seu projeto de economia solidária. A continuidade que o autor atribui às duas experiências acaba por deixar de lado as especificidades históricas de cada período. Dispensa, por exemplo, a análise da disputa do poder e de sua composição no universo capitalista. A relação de dominação de classes que se realiza no

¹³ Os artesãos perderam a propriedade dos instrumentos de produção e dos produtos de seu trabalho, além da habilidade técnica e do conhecimento para produzir um produto e alguns resistiram a esse processo formando associações e/ou cooperativas.

¹⁴ Passado o intervalo geracional entre o início da manufatura e a consolidação da grande indústria, os antes aprendizes de artesãos tornaram-se operários, especializaram-se em uma função e perderam o conhecimento do processo geral de produção.

Estado capitalista não aparece em sua discussão. É assim, por exemplo, que o neoliberalismo, materializado em decisões políticas ou como ideologia incorporada no discurso e na prática dos indivíduos, some de cena na discussão da economia solidária. Esse projeto aparece, em seu discurso, em um cenário de crise econômica no qual a esquerda buscava uma nova alternativa ao capitalismo. Também foi em meio a uma crise econômica e à construção de um projeto alternativo ao capitalismo que o movimento cooperativista inglês surgiu em meados do século XIX. As crises, sem as especificidades históricas que as definem e explicam, formam um modelo que permite o transporte das experiências do passado para o presente sem que haja a necessária contextualização histórica. Esse mesmo expediente de transposição, Singer realiza com a experiência de Mondragón (Espanha), quando a toma como exemplo da vigência da economia solidária em um contexto atual.

Nesse caso, o tratamento dado ao Complexo Cooperativo de Mondragón (CCM) como uma experiência descontextualizada a despeito de suas especificidades históricas e locais. Não permite, portanto, a compreensão dos principais elementos que, em combinação, permitiram a constituição e o desenvolvimento dessa experiência.

Kasmir (1996), por exemplo, mostra como elementos de análise importantes para compreendermos o CCM e sua história, ficam de fora quando não os relacionamos com a luta pela autonomia do povo basco nem com a ligação da primeira cooperativa formada em Mondragón com o Partido Nacionalista Basco, apoiado pela Igreja Católica espanhola e pela ditadura franquista. Esses fatores, diz a autora, são indispensáveis para compreendermos o porquê de o projeto cooperativista não ter sido combatido pelo governo central.

Sem essa contextualização, não fica claro que a primeira cooperativa que dá origem ao complexo fazia parte do projeto do grupo *Ação Católica* de arrefecer a luta de classes em uma região da Espanha que era conhecida pela resistência operária. Também não fica claro que o sucesso da primeira cooperativa e sua transformação em complexo combinados ao recrudescimento da luta pela independência do país Basco tornam essa experiência um componente da construção da identidade basca e um pilar estratégico da autonomia econômica da região até os dias de hoje (KASMIR, 1996).

BREVE DEBATE SOBRE A TRANSIÇÃO

Ao avaliar o movimento cooperativista como um dos dois aspectos compensadores que ele vê no movimento operário após as Revoluções de 1848¹⁵, no *Manifesto de Lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores*, escrito em 1864, Marx alertou para que “[...] o valor dessas grandes experiências sociais não seja superestimado” (MARX, 1988, p.319).

Assim, apesar dos elogios que teceu ao movimento cooperativista, avalia que ele não levará à transformação alguma se continuar sendo fruto de manifestações isoladas. Para ele, a única maneira de o cooperativismo *salvar* os trabalhadores é desenvolvê-lo em dimensões nacionais e fazê-lo ser incorporado e incrementado por meios nacionais. Mas Marx entende que isso só seria possível após a conquista do poder político pela classe operária, sendo esta a sua tarefa principal. Enquanto ela não fosse realizada

Os senhores da terra e os senhores do capital usarão sempre seus privilégios políticos para a defesa e perpetuação de seus monopólios econômicos. Em vez de a promoverem, continuarão a colocar todos os obstáculos possíveis no caminho da emancipação do operariado (MARX, 1988, p. 320).

O elemento da luta política, essencial para Marx pensar a transição, é o elemento que desaparece em Singer. Como vimos, ao definir sua concepção de socialismo, o autor se afasta da revolução política e coloca a revolução social como o processo que, por si só, levará à passagem do modo de produção capitalista para o socialista, ou à dominância do modo de produção socialista sobre o capitalista.

Uma primeira crítica que podemos fazer à visão de Singer sobre o socialismo vem de uma discussão da marxista ortodoxa Maria Turchetto (2005), que vai contestar as similaridades entre a transição do feudalismo para o capitalismo e do capitalismo para o socialismo e mostrar as incongruências teóricas geradas por aqueles que baseiam seu pensamento nesse modelo.

¹⁵ Marx (1988) diz que após a derrota das revoluções de 1848, as organizações e publicações do movimento operário foram esmagadas na Europa e seus elementos mais esclarecidos ou fugiram para a nova República formada na América, ou foram levados a trabalhar nas novas minas de ouro na Austrália e na Califórnia com a promessa de ganhar mais e trabalhar menos. Mas houve dois momentos compensadores para o movimento operário após as revoluções. O primeiro foi a aprovação da jornada de trabalho de 10h, o segundo, o movimento cooperativista.

A autora explica que o modelo de convivência entre diferentes modos de produção que disputam a dominância, como defende Singer, é nomeado na literatura marxista de *formação social*. Esse conceito busca mostrar que não há modo de produção em estado puro e que, nas sociedades historicamente concretas, há “[...] uma combinação, uma articulação de modos de produção diversos organizados em torno de uma determinada forma dominante de relações sociais de produção”. (TURCHETTO, 2005, p.48).

O modo de produção dominante decidiria a posição e a influência dos outros modos de produção, adequando para si suas relações sociais. Dessa forma, o modo de produção dominante conviveria tanto com elementos que constituíam formas produtivas anteriores quanto com elementos que constituiriam futuras formas produtivas. Turchetto (2005) explica que essa análise se aplica para a explicação da transição do feudalismo para o capitalismo porque a convivência entre os dois modos de produção era possível.

Isso porque se tratavam de duas formas de dominação distintas: enquanto o feudalismo se baseava na exploração extraeconômica dos servos pelos proprietários da terra, o capitalismo se baseava na exploração econômica dos trabalhadores. A passagem de uma forma de produção para a outra se deu justamente porque o capitalismo rompeu com a necessidade da exploração extraeconômica típica do feudalismo.

Isso ocorreu na medida em que o desenvolvimento das forças produtivas e de novas formas de organização do trabalho expropriou os trabalhadores do domínio sobre a técnica da produção e eles se tornaram incapazes de realizar sozinhos todas as tarefas necessárias para a produção de um produto. É a partir da subsunção real do trabalho ao capital, portanto, que a passagem do feudalismo para o capitalismo se concretiza.

É justamente a ruptura com a subsunção real que Singer propõe que seja realizada por meio da economia solidária: com a autogestão, os trabalhadores retomariam o conhecimento de todo o processo de trabalho e aboliriam a subsunção real do trabalho ao capital. A subsunção formal aboliria no momento em que a propriedade privada dos meios de produção desaparecesse sob a forma da propriedade coletiva da cooperativa ou da empresa autogerida.

Acontece que a transição do feudalismo para o capitalismo, na condição da passagem da subsunção formal para a subsunção real do

trabalho ao capital, é também o que determina a formação de uma divisão social do trabalho tipicamente capitalista. É a partir do conjunto desses elementos que as relações sociais capitalistas se estabeleceram. Cria-se, assim, uma formação social específica, com instituições próprias e um aparato jurídico-legal construído para que o processo de valorização, central na reprodução do capitalismo, continue em vigor. A valorização, que permite ao capital se auto-reproduzir, é, segundo Turchetto (2005), o diferencial do modo de produção capitalista em relação a outros modos de produção.

É nesse sentido que Turchetto (2005) critica os teóricos da transição que a pensam sem a necessidade do *salto revolucionário*, que ela entende pela tomada do poder estatal por parte do proletariado. Ao ignorar esse passo, tais teóricos defenderiam um processo gradual de mudança, sem marcos de ruptura precisos, e considerariam o socialismo como um modo de produção estável, que só precisaria se aperfeiçoar para se tornar dominante. Para a autora, o socialismo é a sociedade de transição, e o comunismo, a sociedade em que a mudança estaria consolidada.

Turchetto (2005) defende, a partir do entendimento de que o gradualismo não define marcos de ruptura, que os novos modos de produzir que aparecem no capitalismo são, na verdade, novas formas de consumir, distribuir e de promover a circulação de bens, que não afetam a estrutura das relações de produção.

A permanência da relação de produção capitalista leva à continuidade da divisão social do trabalho capitalista que, por sua vez, reproduz as relações sociais próprias da sociedade burguesa. Isso leva a crer que a transição não pode ser configurada como uma fase de coexistência de modos de produção nem como uma fase de adequação das forças produtivas às relações de produção comunistas já instaladas.

A passagem do capitalismo para o comunismo não se resume, portanto, à substituição de uma exploração por outra – a extraeconômica pela econômica –, como ocorreu na passagem do feudalismo para o capitalismo. Trata-se, segundo Turchetto (2005) de abolir toda forma de exploração e de divisão em classes. E o processo de instauração dessa nova forma de sociedade não pode correr “[...] ao lado do modo de produção capitalista, na medida em que coincide com a eliminação deste último” (TURCHETTO, 2005, p.53).

Com isso, o que Turchetto (2005) quer demonstrar é que assim como cada modo de produção tem suas especificidades, também a transição de um modo de produção a outro deve ser pensada como

diferente da anterior. Nesse sentido, a autora destaca que a dominância do modo de produção capitalista não permite que relações de produção diferentes coexistam com ela. Sua dominância – ela admite que o modo de produção capitalista não existe em estado puro –, é derivada dessa sua característica de auto-reprodução e de resistência à influência dos outros modos de produção. Ao contrário do modo de produção feudal, o modo de produção capitalista não permitiria a existência de interstícios nos quais um novo modo de produção possa se desenvolver, coexistir e disputar a dominância (TURCHETTO, 2005).

Podemos discordar da avaliação de Turchetto (2005) de que a tomada do poder do Estado é condição necessária para a passagem de um modo de produção ao outro, assim como do tratamento que ela dá ao socialismo e ao comunismo. Mas sua análise nos traz a possibilidade de questionar a proposta de transição de Singer na medida em que demonstra que a passagem de um modo de produção a outro não obedece a uma estrutura pré-determinada, e que a dinâmica do processo de transição muda conforme mudam as especificidades do modo de produção dominante.

O modo de produção capitalista coexistiu com o feudal e o superou porque existiam elementos políticos, sociais e econômicos que permitiram essa coexistência e essa passagem. Como Turchetto (2005) nos faz entender, o capitalismo se constituiu, em certa medida, com a ajuda do feudalismo e só se tornou viável porque não disputava, com ele, a mesma forma de dominação. Tornou-se viável, nesse sentido, política, econômica e socialmente, porque a base mercantil, na qual ele se apoiava, necessitava de uma formação social que lhe desse espaço para se consolidar. A burguesia nascente, excluída do universo de obrigações feudais, foi ganhando espaço. E, à medida que novas técnicas de produção e novas formas de organizar o trabalho foram aparecendo, na forma da manufatura e da grande indústria, a produção de mercadorias e as novas relações sociais que ela encetou, tornaram o capitalismo o modo de produção dominante.

Posso dizer, a partir disso, que sem a presença dessas mesmas condições não é possível pensar em uma transição que obedeça a mesma lógica da passagem do feudalismo para o capitalismo. Portanto, não é possível afirmar que o capitalismo dá espaço para que outro modo de produção se consolide, coexista e compita com ele. Sua lógica de auto-reprodução, pautada pelo processo de valorização, é o fator que leva o modo de produção capitalista a ocupar todos os espaços e até a incorporar em sua dinâmica formas alternativas de organização da

produção, o que pode ser visto no próprio cooperativismo atual, que se insere no mercado capitalista. O maior exemplo disso é o Complexo Cooperativo de Mondragón, que chegou a constituir empresas multinacionais e reproduz, em outros países, relações de assalariamento típicas do capitalismo, reproduzindo a relação entre proprietários (os cooperados que têm a propriedade coletiva da empresa e de seus lucros) e os trabalhadores assalariados.

Para melhor compreender essa afirmação, é necessário apresentar a discussão que Gaiger (2005) se propôs a fazer sobre a categoria marxista de modo de produção que vai, em certo sentido, se opor à interpretação de Turchetto (2005). Nessa discussão, Gaiger vai dizer que o espaço para a coexistência de outros modos de produção não existe no capitalismo – ao contrário do que afirmou Turchetto, para quem a convivência existe, mas em uma relação que é subordinada. Essa concepção de Gaiger (2005) nos dá elementos para embasarmos uma segunda crítica ao projeto de Singer.

Gaiger (2005) retoma a definição, proposta por Godelier (apud GAIGER, 2005), entre modo de produção e modo material de produção. O modo de produção só existe se um modo material de produção que lhe seja apropriado estiver consolidado. Com isso, ele quer dizer que para que um modo de produção exista é necessário que haja uma composição dos elementos e das formas materiais de trabalho necessários para a reprodução das condições materiais de existência.

Ele explica que modos materiais que produzem bens semelhantes podem se valer de bases técnicas distintas, o que demonstra que “[...] um modo material de produção não existe jamais isolado dos arranjos sociais do processo de trabalho” (GAIGER, 2005, p.2). Ou seja, um modo de produção engendra uma totalidade que agrega as relações sociais ao processo de produção, distribuição circulação e consumo de bens de produção.

O autor defende que o capitalismo transforma continuamente sua base técnica e realiza, com isso, “[...] o que mais importa num modo de produção: instaura o processo que vem a repor a sua própria realidade, a reproduzi-la historicamente” (GAIGER, 2005, p.2). Nesse sentido, ele entende que não podemos chamar de modo de produção as formas econômicas que não possuam uma estrutura político-econômica como a capitalista, que é capaz de reconstruir, com autonomia, suas relações de exploração e dominação a partir de novas formas de organização do trabalho e da produção.

Foi isso o que aconteceu, por exemplo, com o fordismo e a acumulação flexível no capitalismo: formaram estratégias distintas de repor o processo de valorização do capital. No caso da acumulação flexível, ela é composta de formas variadas de organização do trabalho. Em cada uma dessas formas, as relações de produção ganham uma aparência diversa e essa aparência pode nos levar a concluir que se trata de modos de produção diferentes. Mas a despeito da aparência, essas formas distintas de organizar o trabalho participam de uma mesma estratégia de acumulação capitalista. O que existe dentro do capitalismo não são, a partir dessa perspectiva, outros modos de produção, mas sim formas sociais de produção atípicas. Nesse sentido, apesar de a economia solidária se basear em relações sociais de produção distintas da economia capitalista, suas inovações se concentram nas relações e práticas internas dos empreendimentos solidários.

Um exemplo que Gaiger (2005) utiliza são as cooperativas dos assentamentos rurais, que funcionam com uma lógica própria, baseada na propriedade coletiva da terra, mas cuja base técnica não se altera, é a mesma do capitalismo. Além do que, é com os agentes desse modo de produção que eles negociam sua produção. O mesmo vale para as cooperativas de produção que estão vinculadas a cadeias produtivas ou atuam como terceirizadas. Essa falta de autonomia leva Gaiger (2005) a concluir que a emancipação do trabalho proposto pela economia solidária é incompleta. É nesse sentido, diz ele, que não podemos pensá-la como um novo modo de produção, pois ela não se coloca como alternativa ao capitalismo.

A isso, acrescento: mais do que não se colocar como alternativa ao capitalismo, ela atua como uma das formas de organização de trabalho diferenciadas que contribuem para sua reprodução. Em tempos de acumulação flexível do trabalho, cooperativas ou empreendimentos econômicos solidários podem ser funcionais ao atuar como terceiras ou se inserirem em uma cadeia produtiva. Participam ativamente da reprodução do capital. Ou ainda, como avalia Gaiger (2005), sofrem uma subsunção inversa do trabalho ao capital, porque a única maneira dessas formas sociais atípicas sobreviverem é adotar a base material do capitalismo.

CONCLUSÃO

Apesar de não concordar inteiramente com a tese defendida por Poulantzas (1980) no que se refere à concentração do poder no Estado,

acredito que o autor esteja certo quando defende que ele possui um caráter estratégico para a reprodução do capital e que essa sua característica é derivada do fato de nele estarem em disputa perspectivas de classes diversas, sem que isso, no entanto, altere a dominação da classe capitalista que ele expressa. O Estado reproduz, nesse sentido, as relações de poder presentes na sociedade capitalista.

Como defende Artous (1999) o conceito de cidadania que o Estado capitalista propõe aos indivíduos, por exemplo, nasce em um momento em que se forja uma igualdade entre trabalhadores e capitalistas, enquanto cidadãos, à luz dos direitos políticos e civis por ele formalizados. Essa igualdade formal não corresponde, no entanto, a uma igualdade real entre esses dois grupos, mas, assim como a mercadoria e o conceito de valor escondem a extração de mais-valia do trabalhador pelo capitalista, a cidadania construída pelo Estado capitalista, fetichiza as relações sociais e faz os indivíduos acreditarem que estão submetidos aos mesmos pesos e medidas.

É nesse sentido que acredito que a socialização dos meios de produção, a educação autogestionária e o autogoverno generalizado, como propostos por Singer via propriedade coletiva dos associados de uma cooperativa, não sejam suficientes para pensarmos, à luz das reflexões apresentadas, na passagem para uma sociedade não-capitalista. Entendo que os mecanismos de auto-reprodução do capital estejam garantidos por sua materialidade no plano jurídico-formal do Estado. É por isso que a mudança na forma de acumulação do capital, iniciada na década de 1970, foi acompanhada de uma mudança nas políticas implementadas pelos Estados nacionais e de uma série de modificações em suas legislações.

O Brasil dos anos de 1980 e 1990 é um exemplo de como a acumulação flexível é acompanhada da retórica neoliberal e de uma série de reformas econômicas e legais que permitem a reestruturação produtiva ganhar corpo e se espalhar pelas empresas, fábricas e todos os setores econômicos do país.

Sem a compreensão da lógica pela qual atua a auto-reprodução do capital, que é amparada por um Estado atravessado pelos interesses da classe capitalista, que assegura suas demandas em termos de políticas governamentais e em um corpo jurídico-formal, não podemos pensar em uma transformação social possível.

Singer, ao deixar de lado essa discussão, acaba por atribuir apenas aos indivíduos e à sua ação política, a capacidade de transformação.

Mas, como alerta Gaiger (2005), é preciso identificar as *coerções intransponíveis, que descartam certas possibilidades* em cada momento histórico. Não que a transformação não seja possível, mas para que ela se torne concreta é preciso que levemos a sério os mecanismos de coerção aos quais estamos submetidos e construamos propostas que visem enfrentá-los e modificá-los. Nos marcos do capitalismo, acredito que sem a transformação do Estado, de seus aparelhos e de sua materialização jurídico-legal, não é possível pensar em uma sociedade que não priorize a valorização do capital.

A economia solidária, no presente histórico, é coagida a se submeter à ordem do capital à custa de não se tornar viável economicamente. É nesse sentido que defendo que a economia solidária como proposta por Singer, apesar de ser importante para minorar as mazelas do desemprego, não tem se constituído de fato em uma alternativa ao capitalismo. Por mais que as cooperativas e os empreendimentos econômicos solidários exercitem, internamente, valores democráticos, igualitários e eqüitativos, para sobreviver eles se submetem à cadeia produtiva capitalista, seja na venda de seus produtos ou serviços, seja porque se subordinam às empresas capitalistas por meio das terceirizadas.

Nessa equação, elas servem mais como mecanismos de geração de trabalho e renda - que têm atuado também como barateadores dos custos de produção de empresas ou indústrias capitalistas, tornando-se auxiliares do processo de valorização do capital -, do que como embriões de um novo modo de produção, alternativo ao capitalismo.

CASTRO, B. G. The socialism of Paul Singer and the limits of his solidarity economy's political project. *ORG & DEMO* (Marília), v. 11, n.2, p. 23-44, Jul./Dez., 2010.

ABSTRACT: Singer defines solidarity economy as a political project: it is a different mode of production, distinct from the capitalist one and that aims to lead to its overcoming. This paper intends to show how Singer's biography contributes to a construction of his specific definition of socialism and the limitations it brings to build his political project. I present briefly his militant trajectory followed by the theoretical and political debate about socialism and I contrast it with the Marxist debate on the transition. I draw the conclusions by pointing out the shortcomings that his vision of socialism brings to its concept of solidarity economy.

KEYWORDS: solidarity economy, Paul Singer, socialism.

REFERÊNCIAS

- ARTOUS, A. *Marx, L'État et la Politique*. Paris: Éditions Syllepse, 1999.
- BETTELHEIM, C. *A luta de classes na União Soviética*. Segundo período: 1923-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. v.2.
- CASTRO, B. *A economia solidária de Paul Singer: a construção de um projeto político*. 2009. Dissertação. (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- COLE, G.D.H. *A century of co-operation*. London: George Allen & Unwin Ltd, 1944.
- COLE, G.D.H.; POSTGATE, R. *The common people (1746-1946)*. 4. ed. London and New York: Methuen, 1981.
- GAIGER, L. I. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. *Leituras Cotidianas*, n. 127, p. 1-13, jan., 2005. Disponível em: <http://br.geocities.com/mcrost07/20050117a_a_economia_solidaria_diante_do_mododeproducao_capitalista.htm#_ednref3>, Acesso em: 12 fev. 2009.
- KASMIR, S. *The myth of Mondragón: cooperatives, politics, and working-class life in a Basque Town*. Albany: State University of New York Press, 1996.
- LECHAT, N. *Trajetórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil*. 2004. Tese. (Doutorado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MARX, K. Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1988, p. 313-321.

OLIVEIRA, P. S. Uma trajetória em companhia de Paul Singer. In: SOUZA, A. R.; CUNHA, G. C.; DAKUZAKU, R.Y. (orgs.). *Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 11-24.

PINSKY, C. B. *Os pássaros da liberdade: jovens, judeus e revolucionários no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

POULANTZAS, N. *O estado, o poder e o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

SINGER, P. Economia solidária contra o desemprego. In: Folha de S. Paulo. São Paulo, 11 de jul. de 1996. Opinião, Tendências e Debates, p. 3.

_____, Uma utopia militante: repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____, Os meus mestres. In: AGUIAR, F. (org.). *Antonio Candido: pensamento e militância*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999, p. 170-175.

_____, Economia socialista. In: SINGER, P.; MACHADO, J. *Economia socialista: socialismo em discussão*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000a, p. 11-50.

_____, Planejamento e Mercado. In: SINGER, P.; MACHADO, J. *Economia socialista: socialismo em discussão*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000b, p. 77-80.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TURCHETTO, M. As características específicas da transição ao comunismo. In: NAVES, M. B. (org.). *Análise marxista e sociedade de transição*. Campinas: UNICAMP, 2005, p. 7-56. (Coleção Idéias 5)

Submetido em: 29/04/2010

Aprovado em: 18/06/2010

DEMOCRACIA, RELAÇÕES DE TRABALHO E GLOBALIZAÇÃO

CHAZARRETA, A.

EL EMPLEO RURAL EN EL CONTEXTO DE LA RECONVERSIÓN VITIVINÍCOLA. UNA APROXIMACIÓN EMPÍRICA AL DEPARTAMENTO DE TUPUNGATO, MENDOZA, ARGENTINA

RURAL EMPLOYMENT IN CONTEXT OF THE RECONVERSION OF WINE PRODUCTION. EMPIRICAL APPROACH TO TUPUNGATO STATE, MENDOZA, ARGENTINA

Adriana Silvina CHAZARRETA¹

RESUMEN: Durante los ´90 se produce la reestructuración de la vitivinicultura argentina, la cual se reflejó en la reducción de hectáreas cultivadas con vid para vinos comunes y el aumento para vinos finos, el ingreso de capitales externos y el aumento de integración vertical. En relación al empleo, se produjeron cambios cualitativos (nuevas exigencias de calificación y multifuncionalidad) y cambios cuantitativos (disminución de la mano de obra total requerida, ya que la incorporación de moderna tecnología implicó la automatización de las tareas). El objetivo del artículo es estudiar las características que adquiere el empleo rural en el departamento mendocino de Tupungato, considerando que es una de las zonas de la provincia de Mendoza donde más impactó esta reconversión vitivinícola, así como uno de los lugares más atrayente para el capital extranjero. En esta instancia se trabaja especialmente con metodología cuantitativa, basada en el procesamiento y análisis de datos estadísticos de fuentes oficiales. Se destacan como principales aspectos del empleo rural agropecuario: bajos niveles de educación formal, altos niveles de precariedad, altos porcentajes de percepción de la ocupación principal como temporal o por tarea y alta proporción de sobreocupación.

PALABRAS CLAVES: reconversión vitivinícola, empleo rural agropecuario, Tupungato, inversiones extranjeras

¹ Doctoranda en Ciencias Sociales, Universidad Nacional de General Sarmiento, Instituto de Desarrollo Económico y Social (UNGS-IDES), Argentina. Becaria de posgrado de Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) con asiento en el Instituto de Ciencias de la Universidad Nacional de General Sarmiento (UNGS). adrianachazarreta@yahoo.com.ar

INTRODUCCIÓN

Durante los ´90, en la vitivinicultura argentina, se produce un importante cambio cualitativo en el perfil productivo. Esta reconversión vitivinícola se destacó por orientar la producción a la calidad en vez de en la cantidad como primaba en la vitivinicultura *tradicional* de la etapa anterior. Se da en el marco de una profunda transformación de la política económica nacional y provincial, y de un contexto internacional que la favorece.

Este contexto internacional se destaca desde la década de los setenta, pero con mayor profundización en los ´80 y ´90 por el proceso de globalización de la economía en general. Particularmente en la agricultura se produce un “[...] nuevo orden agroalimentario mundial”, caracterizado por los complejos agroalimentarios y las nuevas funciones de la agricultura (FABIO, 2007, p. 4).

Así en el caso de la vitivinicultura la desregulación del sector y la apertura de la economía argentina promovieron la libre entrada de capitales extranjeros y la radicación de importantes firmas trasnacionales (BOCCO, 2007, p. 114) que junto con otras empresas de capitales nacionales y locales, líderes del sector, se convirtieron en los agentes más dinámicos de este proceso de reconversión. Proceso que se caracterizó principalmente por la diversificación de productos y la canalización de la producción según las pautas del mercado internacional; la transformación y erradicación de viñedos; la reducción de hectáreas cultivadas con vid para vinos comunes y el aumento para vinos finos; la introducción de moderna tecnología de riego y cultivo; y la crisis de los sectores productores más pequeños.

El objetivo de este artículo es presentar algunas de las características que adquiere el empleo rural en el departamento mendocino de Tupungato, considerando que es una de las zonas de la provincia de Mendoza donde más impactó esta reconversión vitivinícola, así como uno de los lugares más atrayente para el capital extranjero. Este estudio tiene un carácter preliminar y se enmarca dentro de una investigación más general que se pregunta por el impacto a nivel social y territorial de la reconversión vitivinícola. Con ese fin, el trabajo se estructura en dos grandes apartados: el primero, hace referencia a la caracterización del departamento Tupungato y el impacto general de la reestructuración vitivinícola y el segundo, presenta las particularidades de la inserción laboral de la población residente en ese departamento a partir del procesamiento especial de los datos estadísticos provenientes de la

Encuesta de Condiciones de Vida de los Hogares Rurales y Urbanos de la Provincia de Mendoza de 2006 realizada por la Dirección de Estadísticas e Investigaciones Económicas (DEIE).

1. TUPUNGATO: ASPECTOS GENERALES Y REESTRUCTURACIÓN VITIVINÍCOLA

En este apartado se presenta en principio, una caracterización y descripción del departamento de Tupungato y sus principales actividades económicas, con el objetivo de poder situar contextualmente los procesos de reconversión vitivinícola que se analizan en una segunda etapa.

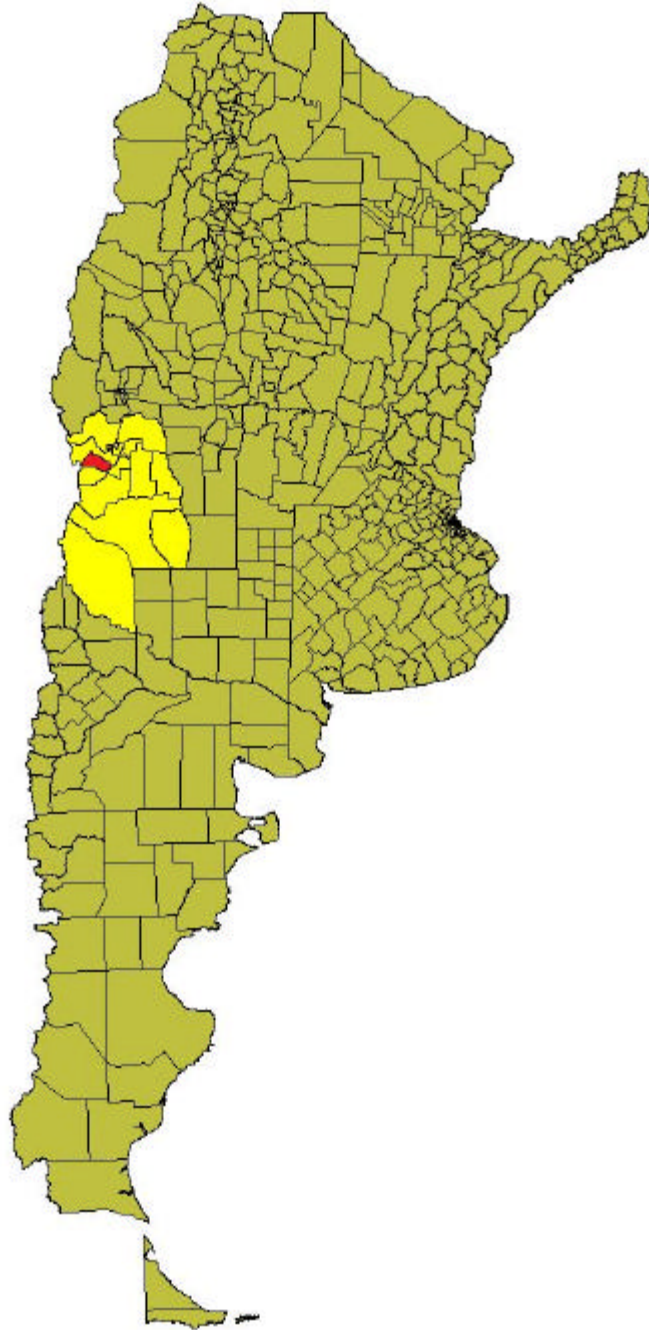
1.1. ASPECTOS POBLACIONES Y ESPACIALES

El departamento de Tupungato se encuentra situado en el centro-oeste de la provincia de Mendoza, limitando al oeste y al norte con el departamento de Luján de Cuyo, al este con Rivadavia y al sur con Tunuyán. Conformando junto con Tunuyán y San Carlos el denominado Valle de Uco, a una distancia de 72 Km. de Mendoza-Capital. La superficie total de Tupungato es de 2.485 Km² (el 1,7 % del territorio provincial) y está dividida en 12 distritos: Ciudad de Tupungato, La Arboleda, Zapata, El Zampal, Villa Bastías, San José, Gualtallary, El Peral, La Carrera, Santa Clara, Zampallito y Anchoris.

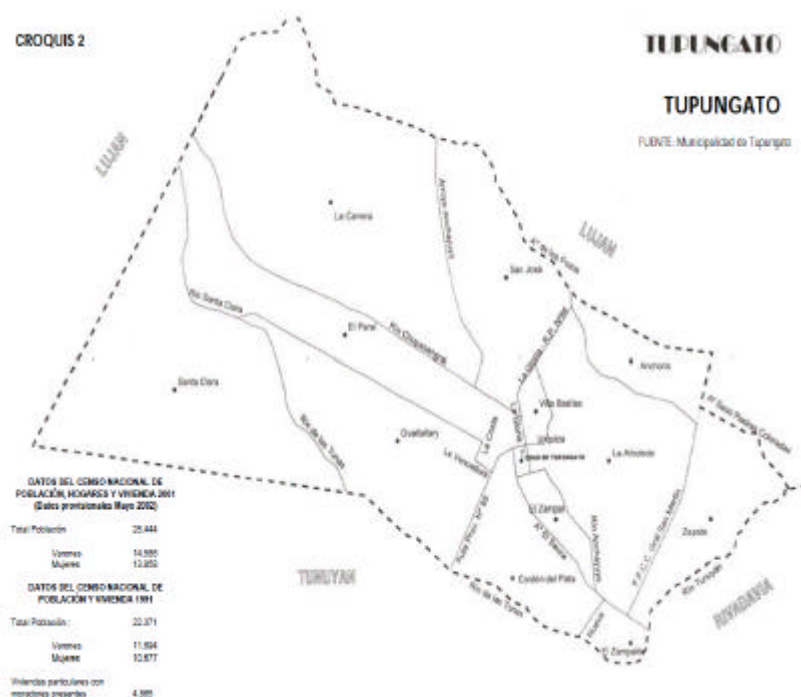
En lo que respecta al relieve, el oeste del departamento se encuentra rodeado por la Cordillera Principal y la Frontal y al este por las Cerrilladas Pedemontanas y la Depresión de los Huarpes. La Cordillera Principal está ocupada en su sector más importante por el Cerro Volcán Tupungato con una altura de 6.800 metros; hacia el este cuenta con importantes ventisqueros, el mayor de los cuales da nacimiento al Río Tupungato. La Cordillera Central está representada por el Cordón del Plata cuyas alturas superan los 5.500 metros, mientras que los cerrillos del pedemonte se elevan en la planicie a una altura que oscila entre los 1.200 y 2.400 metros sobre el nivel del mar.

En la Depresión de los Huarpes, hay dos áreas diferenciadas por sus características agroecológicas que son la base para una organización del territorio con paisajes agrarios que ponen de manifiesto marcados contrastes: la zona del pedemonte, área dedicada fundamentalmente a la horticultura extensiva; y la planicie, donde predomina la actividad hortícola especializada, coexistiendo con la fruticultura y la vitivinicultura.

Mapa 1. Ubicación de Mendoza y Tupungato en la República Argentina



Fuente: elaboración propia en base a cartografía digital



Fuente: Sitio oficial del Municipio de Tupungato, http://www.tupungato.gov.ar/index.php?id_menu=80 en base a la Dirección de Estadísticas e Investigaciones Económicas

Los mayores factores de riesgo que afectan la productividad de los cultivos son en invierno las heladas y en verano las lluvias prolongadas durante la cosecha. Otro factor que se destaca y que es una preocupación constante de los productores de la zona es el granizo; para evitar esta contingencia climática es que en la última década se ha instalado, cada vez más, malla antigranizo, aunque por los costos que esto implica son los grandes productores los que pueden acceder a la misma. Según el Censo Nacional Agropecuario de 2002 (CNA 2002), en el departamento existen 480,6 has. cultivadas bajo malla antigranizo, en su mayoría en el cultivo de vid.

De acuerdo al Censo Nacional de Población, Viviendas y Hogares de 2001 (CNPVyH 2001), el departamento posee una población total de 28.539 habitantes (representando el 1,88% del total provincial). Según las proyecciones realizadas por la DEIE, la población al 30 de junio de

2007 sería de 32.050 habitantes. La tasa de crecimiento media anual fue de 23,32‰, muy por encima de los niveles provinciales de 10,64‰, por lo cual es uno de los departamentos de la provincia que más ha crecido en los últimos años, sólo superado por Maipú.

Respecto a la población migrante residente en el departamento, según el CNPvyH 2001, el 12,2% son migrantes internos interprovinciales, tendencia que se ha acentuado bastante durante los últimos años con la llegada de población de grandes centros urbanos como Buenos Aires. Además, el 5,9% son personas que nacieron en un país limítrofe, transformándose en el departamento mendocino con mayor cantidad de migrantes limítrofes; en su mayoría son de origen boliviano, aunque también se destacan los chilenos. Por último, sólo el 0,7% es población inmigrante proveniente de países no limítrofes, principalmente España e Italia.

Sobre indicadores sociales del departamento, los Censos de Población de 1991 y 2001 registran que el porcentaje de hogares con Necesidades Básicas Insatisfechas (NBI)² disminuyó sólo de 25,7% a 23,4%; siendo este guarismo marcadamente superior al total provincial para 2001 (13,1%). Según la Encuesta de Condiciones de Vida de Hogares Rurales y No Rurales, el porcentaje de personas bajo la línea de pobreza en 2006 era de 47,1% y bajo la línea de indigencia de 9,5%. Marcadamente más altos que los registrados por la Encuesta Permanente de Hogares para el aglomerado urbano de Gran Mendoza, segundo semestre de 2006, que fueron de 20,3% de pobreza y 5,6% de indigencia. Un poco más cercano, pero aún mayor, a lo registrado en el total de aglomerados urbanos relevados en el país por esa misma encuesta que es de 27% y 8,7% respectivamente.

1.2. LAS PRINCIPALES ACTIVIDADES ECONÓMICAS

La estructura económica del lugar está relacionada con la especialización económica asentada en recursos naturales. Del análisis

² Los hogares con Necesidades Básicas Insatisfechas (NBI) son los que presentan al menos uno de los siguientes indicadores de privación: 1) hacinamiento: hogares que tuvieran más de tres personas por cuarto; 2) vivienda: hogares en una vivienda de tipo inconveniente (pieza de inquilinato, vivienda precaria u otro tipo, lo que excluye casa, departamento y rancho); 3) condiciones sanitarias: hogares que no tuvieran ningún tipo de retrete; 4) asistencia escolar: hogares que tuvieran algún niño en edad escolar (6 a 12 años) que no asistiera a la escuela; 5) capacidad de subsistencia: hogares que tuvieran cuatro o más personas por miembro ocupado y, además, cuyo jefe no haya completado tercer grado de escolaridad primaria.

del Producto Bruto Geográfico (PBG) se deduce que Tupungato participa con \$622 millones aportando un 2,4% al PBG de la Provincia. Como se aprecia en el **cuadro 1** el mayor ingreso lo aporta el Sector de Minas y Canteras³ y el Sector Agropecuario (en su conjunto ambos aportan el 73,9% de la economía departamental), seguido en orden de participación por el de comercio, restaurantes y hoteles.

Cuadro 1: Producto Bruto Geográfico (en miles de pesos corrientes) según sector. Provincia de Mendoza, Valle de Uco y Tupungato. 2006

Sector	Total Provincial	Valle de Uco	%	Tupungato	%
Agropecuario	2.071.496,1	327.876,3	17,45	126.503,4	20,33
Minas y canteras	5.752.980,1	993.583,7	52,87	333.473,8	53,58
Industria manufacturera	3.929.797,0	7.751,2	0,41	450,6	0,07
Electricidad, gas y agua	417.963,6	11.469,1	0,61	3.151,7	0,51
Construcción	1.291.642,7	95.645,3	5,09	29.118,1	4,68
Comercio, restaurantes y hoteles	5.694.439,8	120.722,1	6,42	48.402,7	7,78
Transporte, almacenamiento y comunicaciones	1.285.446,1	61.724,5	3,28	17.624,2	2,83
Establecimientos financieros, seguros, bienes inmuebles y servicios a las empresas	2.586.043,4	92.552,0	4,93	21.533,1	3,46
Servicios Sociales, comunales y personales	2.948.580,6	167.897,1	8,93	42.072,7	6,76
Total	25.978.389,4	1.879.221,3	100	622.342,3	100

Fuente: Elaboración propia en base a datos publicados en Estadísticas socio-económicas Tupungato 2008. DEIE.

2.2.1. ESTRUCTURA PRODUCTIVA, CONDICIONES NATURALES Y DIVERSIFICACIÓN AGRÍCOLA

El departamento tiene una especialización agrícola, los sistemas productivos de mayor desarrollo en la localidad son estacionales, con un importante desarrollo de la horticultura, fruticultura y, en los últimos

³ Dentro de la producción minera departamental se destaca el petróleo, el mismo tiene una especial relevancia para Mendoza por las regalías que genera. La provincia genera el 14,1% del petróleo del país y Tupungato se encuentra entre las principales áreas productoras. El departamento es además el principal productor de talco a nivel nacional.

años, un gran impulso de la vitivinicultura. Existen además empresas conserveras, galpones de empaque y bodegas que guardan directa relación con los sistemas antes mencionados.

Uno de los factores que permitieron esta especialización y diversificación agrícola, ha sido la disponibilidad de agua, la misma se obtiene a partir de una red de drenaje con características particulares, entre las que cabe señalar la jerarquización de cauces según escurrimiento, régimen de caudales y formas de alimentación. La necesidad de disponer permanentemente de recursos hídricos para la producción, fue uno de los motivos por los cuales el área tradicional de cultivos se desarrolló aprovechando las aguas proporcionadas por los arroyos que recorren la zona de noroeste a sureste, y sobre todo, por el río Las Tunas, que limita al departamento por el sur.

Según los datos del CNA (2002), la superficie implantada a nivel departamental es de 16.717,6 has., algo más del 6% de la superficie implantada en la provincia, de las cuales 10.263,6 has. corresponden a frutales incluida la vid (61%) y 4.751,9 has. a hortalizas (28%), como datos más relevantes (ver Cuadro 2).

Cuadro 2: Superficie implantada según tipo de cultivo (en hectáreas). Total provincial, Valle de Uco y Tupungato. 2002.

Tipo de cultivo	Total Provincial	%	Valle de Uco	%	Tupungato	%
Frutales*	203169,20	75,03	28646,3	58,48	10263,6	61,39
Hortalizas	27238,10	10,06	5826,4	11,89	4751,9	28,42
Forrajeras	18355,40	6,78	1625,5	3,32	366	2,19
Bosques y montes implantados	8923,70	3,30	2949,8	6,02	154,8	0,93
Resto**	13099,30	4,84	9936,8	20,29	1181,3	7,07
Total sup. implantada	270785,70	100	48984,8	100	16717,6	100

* incluye vid

** incluye cereales para grano, oleaginosas, industriales, producción comercial de semillas, legumbres, aromáticas, medicinales y condimentarias, flores de corte y viveros

Fuente: Elaboración propia en base a Censo Nacional Agropecuario 2002. DEIE.

El principal producto agrícola departamental es la vid, la superficie cultivada de este tipo de cultivo para el 2002 era de 5.440,40 has. y representaba el 35,5% del total cultivado departamental; se destaca que para 1988, este cultivo representaba el 22% del total de cultivos, por lo cual se puede inferir un aumento importante del mismo.

Otro cultivo significativo, pero de mucha menor importancia relativa, es el durazno para la industria, el mismo representa el 6,1% de la superficie implantada en el departamento y lo transforma en el tercer productor a nivel provincial, luego de San Rafael y Tunuyán.

Cuadro 3: Superficie implantada según tipo de cultivos frutales (en hectáreas). Total provincial, Valle de Uco y Tupungato. 2002.

Tipo de cultivo frutales	Total Provincial	%	Valle de Uco	%	Tupungato	%
Vid	133861,4	65,89	14228,8	49,67	5940,4	57,87
Ciruelo	17088,4	8,41	837,2	2,92	329,9	3,22
Durazno	17008,1	8,37	3244,8	11,33	1393,3	13,57
Peral	6222,4	3,06	2311,4	8,07	265	2,58
Manzano	5991,6	2,95	5637,4	19,68	858,9	8,37
Resto	22997,3	11,32	2385,5	8,33	1474,9	14,38
Total sup. implantada	203169,2	100	28647,5	100,00	10264,8	100

Fuente: Elaboración propia en base a datos del Censo Nacional agropecuario 2002, DEIE.

Respecto a la producción hortícola, se destacan los cultivos de papa y ajo, y en menor medida zanahoria, cebolla y tomate. Tupungato aporta el 14,5% de la producción provincial transformándose en una de las zonas hortícolas más importantes de la provincia junto a Maipú y San Carlos.

Respecto a la superficie de las explotaciones agropecuarias (EAP), 40 % de las mismas tiene menos de 10 has.; al mismo tiempo, la cantidad de explotaciones con más de 100 has. constituye casi el 10%. En relación a su significancia en el total de hectáreas agropecuarias departamentales con límites definidos, el primer caso representa el 0,9% y el segundo el 92%. Estos guarismos indicadores de concentración registran diferencias respecto al total provincial, donde los porcentajes de cantidad de explotaciones con menos de 10 has. es de 61% (1% del total de has.) y de más de 100 has es de 7% (95% del total de has).

El régimen de tenencia dominante es la propiedad de la tierra (94%). La mayor parte de los propietarios están ligados a la actividad agrícola desde hace varias generaciones; aunque en los últimos años, se han radicado numerosas inversiones extranjeras principalmente francesas, chilenas, estadounidenses, españolas y holandesas, que se dedican fundamentalmente a la actividad vitivinícola.

2. 3. TRANSFORMACIONES RECIENTES EN LA VITIVINICULTURA

A partir de la década del '90 se han manifestado importantes transformaciones en la vitivinicultura argentina y especialmente la localizada en Mendoza, produciéndose una significativa reconversión productiva hacia la elaboración de vinos de calidad. En este proceso juega un rol importante la llegada de capitales extranjeros buscando tierras de alto valor enológico y a bajo costo.

Así el caso de lo sucedido con la reconversión vitivinícola se relaciona con las reestructuraciones (especialmente en cuanto a integración a los mercados mundiales y de cambio tecnológico) del capitalismo contemporáneo. Esta reestructuración remite a la denominada "globalización" referida a los procesos de internalización del capital y de integración de las diversas partes de la economía mundial en aras de la constitución de un "mercado mundial", donde asumen especial importancia las empresas trasnacionales (TEUBAL, 2001, p. 46).

Para Miguel Teubal (2001, p. 46) los fenómenos que se manifestaron y se agudizaron desde los '70 en el medio rural latinoamericano se asocian con el marco de este proceso capitalista crecientemente globalizado y por tanto, con la intensificación del dominio del capital y de los procesos tecnológicos asociados a ello sobre el agro. Algunos de esos fenómenos son la difusión creciente del trabajo asalariado, la precarización del empleo rural, la multiocupación, la expulsión de medianos y pequeños productores del sector, las continuas migraciones campo-ciudad o a través de las fronteras, la creciente orientación de la producción agropecuaria hacia los mercados, la articulación de los productores agrarios a complejos agroindustriales en los que predominan las decisiones de núcleos de poder vinculados a grandes empresas trasnacionales, etc.

Los tres departamentos que conforman Valle de Uco, fueron un espacio privilegiado para las nuevas orientaciones productivas, especialmente luego de la devaluación del peso argentino. A nivel provincial, según los datos del Instituto Nacional de Vitivinicultura

(INV), la superficie cultivada con viñedos descendió desde 1979, de 230.924 has., a 141.081 en el 2001, una caída del 39%; para crecer entre 2001 y 2007 un 12,5%. En el Valle de Uco pasó que en 1979 la superficie implantada con viñedos era de 18.414 hectáreas y en 2001 13.024, es decir que descendió (29%) menos que el total provincial. Además se destaca, especialmente, por el crecimiento en la etapa de 2001-2007 el cual fue del 57% -muy por arriba del crecimiento del total provincial en el mismo período- gracias a fuertes inversiones nacionales y extranjeras que comenzaron a llegar en el '98.

Se debe tener en cuenta que esta zona se destaca por las condiciones agroecológicas óptimas para obtener vinos de alta calidad. Además, la calidad del agua de riego de la zona y su pureza se destaca por sobre otros oasis productivos. Al mismo tiempo, en Tupungato se pueden cultivar con excelente calidad variedades que prácticamente son imposibles en otras partes de Mendoza como Pinot Noir y Merlot, y obtener vinos muy distintos a los de otras zonas con las mismas variedades.

Otro factor que ha favorecido la instalación de grandes capitales en zonas de altura y con superficies onduladas, es la posibilidad de contar con la tecnología del riego por goteo y aspersión. Es por esto que mientras en otros lugares de Mendoza se estaba reconvirtiendo, en Tupungato se implantaron vides en zonas vírgenes o en otras donde había frutales como la manzana. Este proceso ha generado la aparición de nuevas zonas de cultivos y el aumento extraordinario del valor de la tierra, que hoy alcanza niveles impensados hace unos años.

También se han dado importantes cambios en las dimensiones de las propiedades dedicadas a este cultivo. En 1990 las vides en Tupungato se repartían en 315 propiedades de las cuales sólo 6 superaban las 50 hectáreas, al mismo tiempo, habían 271 paños vitícolas que tenían entre 1 y 15 has. (86% del total de viñedos). Hacia el año 2007, las propiedades llegaban a 504, aquellas con más de 50 has. pasaron a 35 y las fincas más chicas de menos de 15 hectáreas se redujeron proporcionalmente pasando a ser 369, el 73%.

A los emprendimientos de empresarios como Patricio Palmero, Ricardo Reina y Emilio Giaquinta se agregaron los de propietarios de grandes extensiones como Santa Carolina con más de 1.200 hectáreas; Kendall Jackson con 452; Busquets 350; Finca Flichman 274 y Chandon 230. Además Salentein tiene 180 hectáreas; Sogrape 170; Bonetto-Frateli y Concha y Toro 150; La Rural 100. A ello se agregan las propiedades

de Nieto y Senetiner, Pescarmona, Groissman y Navarro Correas, entre otros (CENTRO DE BODEGUEROS DE MENDOZA, 2000, p. 33). Esto refleja también la alta integración vertical en la producción, especialmente en lo relativo a vinos finos, de alta calidad.

Si bien no se disponen de datos oficiales sobre inversiones en infraestructura que han realizado las bodegas a nivel provincial y menos a nivel de los oasis productivos, sí se puede constatar que la cantidad de bodegas y emprendimientos en la zona han ido en aumento. En el año 2006 ya había 51 bodegas elaboradoras, de capitales nacionales e internacionales en todo Valle de Uco; de las cuales 21 se encontraban en Tupungato. Aumentó considerable en pocos años, si se toma en cuenta que en 2001 en los tres departamentos que componen el Valle existían 35 bodegas y en el departamento en estudio 12 (INV).

Según la información proporcionada por el Municipio, en relación al turismo enológico se están dando los primeros pasos y existen intenciones de ampliarlo en el marco de la nueva denominación *Tupungato capital de la nuez⁴ y vinos de altura*, así mismo se han reforzado las acciones de promoción a través de distintos tipos de campañas publicitarias en distintos medios provinciales, nacionales e internacionales. De esta forma la producción vitivinícola encontró una nueva veta y las bodegas se consolidan como atractivos turísticos. Cada vez son más las bodegas que cuentan con servicios destinados al turista tales como recorrido por las instalaciones explicando los procesos de elaboración, degustaciones, *wine shop*, dictado de cursos y actividades en viñedos como cosecha y poda, restaurantes y hospedajes en los mismos establecimientos, entre otros. Vale destacar, que las bodegas (sobretudo aquellas donde prevalecen los capitales extranjeros) el servicio de restaurant y alojamiento que brindan apuntan, especialmente, a un turista de altos ingresos (mayormente de origen internacional), por los cuales los servicios se destacan por su exclusividad, alta calidad y alto precio.

Ante el auge de inversiones en zonas donde hasta poco tiempo sólo había campo virgen, las empresas muchas veces tuvieron que enfrentarse a la falta de agua, gas, teléfono, Internet y redes camineras. Sin embargo, el Estado (Provincial y Municipal) ha tenido un rol importante en el proceso de creación de infraestructura ante esta carencia, la cual se ha considerado importante subsanar no sólo para el desarrollo de la nueva vitivinicultura sino también para el impulso turístico de la zona.

⁴ Hay que destacar que en los últimos años el cultivo de nogales ha ido en aumento, por lo cual se reconoce en Mendoza a Tupungato como la capital de la nuez.

En cuanto a las condiciones de trabajo, se debe considerar que las características que adquiere la producción vitivinícola están en consonancia con el fenómeno global de producción flexible. Se segmenta el mercado de productos con la intención de satisfacer una demanda de productos nuevos y diferenciados; lo que incidirá en el desarrollo de las “[...] nuevas condiciones de competitividad -basadas en el logro de menores costos, mayor calidad y diversidad de productos y adopción de nuevas formas de gestión social y empresarial-”. (BOCCO, 2007, p. 2).

3. INSERCIÓN LABORAL DE LOS RESIDENTES DE TUPUNGATO

El objetivo del presente apartado es presentar las características de la inserción de la población de Tupungato en el mercado de trabajo. Se identifican los perfiles diferenciales de la participación, especialmente referidos a la rama de actividad que corresponda a la ocupación principal de los ocupados en Tupungato, según sea: sector agropecuario; industria y construcción⁵; comercio, restaurant y hoteles; transporte, finanzas y servicios empresariales⁶; administración pública, servicios sociales, de salud y comunitarios o servicio doméstico.

Con el fin de realizar un análisis comparativo de la situación de los individuos que conforman los hogares rurales se hará uso de información obtenida a partir de la “Encuesta de Condiciones de Vida en los Hogares Rurales y Urbanos” y la mayoría de los procesamientos han sido realizados específicamente como insumo para la elaboración de este artículo. Conviene recordar que se trata de información obtenida a partir de una muestra que, si bien se adapta a la problemática que se encuentra bajo análisis, no ha sido especialmente diseñada para ella.

3.1. CONDICIÓN DE ACTIVIDAD

El porcentaje de la población activa en el aglomerado urbano de Gran Mendoza es superior al que corresponde a Tupungato, el cual por ende posee mayor porcentaje de población inactiva.

⁵ Incluye además de Industria Manufacturera y Construcción, Explotación de minas y canteras y Electricidad, gas y agua.

⁶ Incluye servicio de transporte, de almacenamiento y de comunicaciones; Intermediación financiera y otros servicios financieros; servicios inmobiliarios, empresariales y de alquiler y servicio de organizaciones y órganos extraterritoriales.

Cuadro 4: Porcentaje de población por zona de residencia Tupungato y Gran Mendoza según condición de actividad. 2006.

Condición de actividad	Tupungato	Gran Mendoza
	%	
Total	100,0	100,0
Tasa de actividad (PEA)	41,0	44,6
Desocupados	1,5	3,5
Tasa de inactividad (NPEA)	59,0	55,4

Fuente: Encuesta Condiciones de Vida en Hogares Rurales y Urbanos (E.C.V.H.R.Y.) DEIE, Octubre- Encuesta Permanente de Hogares (E.P.H.). INDEC, Cuarto trimestre, 2006.

La tasa de desocupación en Tupungato es de 3,7 %, por debajo del 6,7 % para Gran Mendoza. Este guarismo muestra que el concepto de ocupado, el cual incluye a toda persona que ha realizado una actividad laboral al menos durante una hora en la semana de referencia, aplicado en un ámbito rural tiene una relevancia diferente al que posee en otros contextos. La medición del concepto de empleo basado en el “tiempo trabajado”, puede ocultar en el sector agropecuario la fuerte subocupación existente, que muchas veces se demuestra por los bajos ingresos o por baja productividad. Igualmente se relaciona con que una de las características de los habitantes rurales es que siempre realizan alguna tarea o actividad.

Cuadro 5: Porcentaje de población económicamente activa por zona de residencia Tupungato y Gran Mendoza según condición de actividad. 2006.

Condición de actividad	Tupungato	Gran Mendoza
	%	
Ocupado	96,3	93,3
Desocupado	3,7	6,7

Fuente: E.C.V.H.R. y U. (DEIE), octubre- E. P. H. (INDEC), segundo trimestre 2006.

3.2. CARACTERÍSTICAS DE LOS TRABAJOS SEGÚN LA RAMA DE ACTIVIDAD

A continuación se presentará un análisis de variables segmentadas a partir de las ramas de actividad donde se insertan los ocupados residentes en Tupungato, según las actividades de los establecimientos donde desarrollan sus trabajos.

La distribución de los ocupados en Tupungato según esta clasificación muestra porcentajes donde el casi 47% posee como ocupación principal una actividad agropecuaria (principalmente fruticultura y horticultura); el 21% de los ocupados desarrollan su actividad dentro de la rama administración pública, servicios sociales, de salud y comunitarios; alrededor del 12% se inserta en comercio, restaurant y hoteles y 11% en la rama industria y construcción.

Cuadro 6: Porcentaje de ocupados según rama de actividad. Tupungato. Octubre 2006.

Rama de Actividad	Frecuencia	Porcentaje	Porcentaje válido
Agropecuario	3237	46,41	46,77
Industria y construcción	768	11,01	11,10
Comercio, restaurant y hoteles	807	11,57	11,66
Transporte, finanzas y servicios empresariales	372	5,33	5,37
Administración pbca., servs. sociales, de salud y comunitarios	1470	21,08	21,24
Servicio doméstico	267	3,83	3,86
Total	6921	99,23	100,00
Perdidos por el sistema	54	0,77	
Total	6975	100	

Fuente: Elaboración propia en base a E.C.V.H.R. y U. (DEIE)-octubre.

3.2.1. Sexo

Pues es posible constatar la concentración del empleo de los varones o de las mujeres en ciertos sectores considerados como más aptos para la participación de cada uno de ellos en el mundo del trabajo, es decir, que esa diferente inserción se relaciona en cierta medida, con los preconceptos sobre aptitudes y competencias de los sexos.

Así, en relación a las ramas de actividad se produce una segmentación tanto en los varones como en las mujeres. Si se analiza la composición por sexos se observa que en ramas como la agropecuaria;

transporte, finanzas y servicios empresariales e industria y construcción más del 80% de los ocupados es varón. En cambio, más del 50% de las personas que trabaja en comercio, restaurant y hoteles y en administración pública, servicios sociales, de salud y comunitarios es mujer. Este último sector es importante porque incluye la enseñanza que representa una de las categorías de empleo más importantes para las mujeres con estudios y que se relaciona con una tarea fundamental que se le asigna a la mujer como es la del cuidado.

Además, el 100% de quienes se insertan en servicio doméstico son mujeres, rama tradicionalmente de inserción de las mujeres.

Cuadro 7: Porcentaje de ocupados por rama de actividad según sexo. Tupungato. Octubre 2006

Sexo	Rama de actividad						Total
	Agropecuaria	Industria y construcción	Comercio, restaurant y hoteles	Transporte, finanzas y servicios empresariales	Adm. pbca, servs ss, salud y comunit.	Servicio doméstico	
	%						
Varón	87,21	83,98	44,24	85,48	44,49	0	69,31
Mujer	12,79	16,02	55,76	14,52	55,51	100,00	30,69
Total	100	100	100	100	100	100	100

Fuente: Elaboración propia en base a E.C.V.H.R. y U. (DEIE)-octubre.

3.2.3. Nivel de instrucción y calificación ocupacional

En cuanto a la alfabetización de los trabajadores tupungatinos se registra un 4,6% de individuos que no sabe leer ni escribir. Esta población analfabeta tiene mayor incidencia en el sector agropecuario ya que significa cerca del 9% de todos los trabajadores insertos en esa rama. En cambio, en el empleo no agropecuario la población con esa condición sólo se registra en los sectores de comercio, restaurant y hoteles y administración pública, servicios sociales, de salud y comunitarios y es de 2,2% y 1,2% respectivamente.

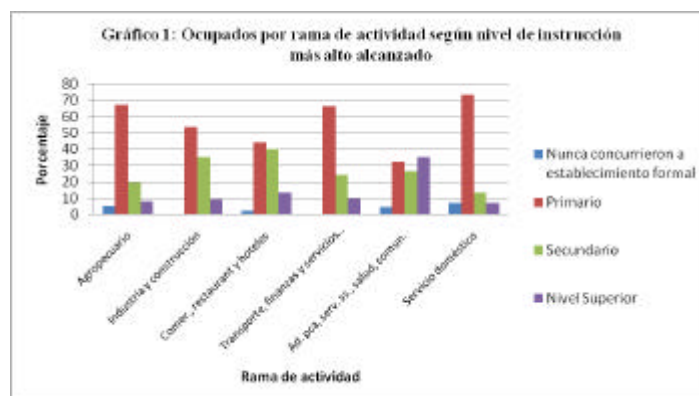
Cuadro 8: Porcentaje de ocupados por rama de actividad según condición de alfabetismo. Tupungato. Octubre 2006

Sabe leer y escribir	Rama de actividad						Total
	Agropecuaria	Industria y construcción	Comercio, restaurant y hoteles	Transporte, finanzas y servicios empresariales	Adm. pbca, servs ss, salud y comunit.	Servicio doméstico	
	%						
Sí	91,29	100,00	97,77	100,00	98,78	100,00	95,41
No	8,71	0	2,23	0	1,22	0	4,59
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fuente: Elaboración propia en base a E.C.V.H.R. y U. (DEIE), octubre.

En cuanto a los que han asistido o asisten a algún establecimiento escolar, se verifica que los que han alcanzado un nivel más alto de instrucción tienen mayor inserción en las ramas no agropecuarias.

En los trabajos agropecuarios siete de cada diez trabajadores han alcanzado como máximo nivel de instrucción la primaria. La población inserta laboralmente en ramas como la industria, el comercio, los servicios, etc. posee porcentajes mayores de educación secundaria y superior (incluye superior no universitario y universitario). En estas ramas no agropecuarias, se destaca el 35% de ocupados que alcanzó el nivel superior en el sector de administración pública, servicios sociales, de salud y comunitarios y el 40% que logró acceder en algún período de sus vidas al nivel secundario insertos en comercio, restaurant y hoteles. En frente, el 70% de las mujeres dedicadas al servicio doméstico sólo llegó al primario. Esta diferenciación en cuanto a educación formal repercutirá en que los individuos con mayores niveles educacionales posiblemente accedan a empleos rurales no agropecuarios con mejor remuneración; en cambio los individuos con bajo nivel de escolaridad accederán a empleos no agropecuarios de refugio.



Fuente: Elaboración propia en base a E.C.V.H.R. y U. (DEIE)-octubre.

En cuanto a calificación ocupacional, más del 50% de los ocupados de Tupungato tiene calificación operativa, seguido por el 32% que no posee calificación. En la rama agropecuaria, más del 90% por las tareas que realiza necesita calificación operativa o ningún tipo de calificación, registrando 70 y 22% respectivamente.

Cuadro 9: Porcentaje de ocupados por rama de actividad según calificación ocupacional. Tupungato. Octubre 2006

Calificación ocupacional	Rama de actividad						Total
	Agrope-cuaria	Industria y construcción	Comercio, restaurant y hoteles	Transp., finanzas y servs empresariales	Adm. pbca, servs ss, salud y comunit.	Servicio doméstico	
	%						
Profesional	4,45	0	2,23	4,84	6,12	0	3,90
Técnica	3,89	9,38	11,15	9,68	37,35	0	12,61
Operativa	69,69	53,52	26,39	52,42	26,73	6,74	50,37
No calificad	21,96	37,11	60,22	19,35	28,57	93,26	32,12
Ns/Nr				13,71	1,22		
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fuente: Elaboración propia en base a E.C.V.H.R. y U. (DEIE)-octubre.

3.2.4. INTENSIDAD DE LA OCUPACIÓN

A continuación se presenta la intensidad de la ocupación que se ha clasificado en las siguientes categorías: subocupados demandante implica el desarrollo de jornadas de trabajo de menos de seis horas diarias en promedio (menos de 35 horas semanales) y el deseo de trabajar más horas; subocupados no demandantes que se diferencian de los anteriores en que no desean trabajar más cantidad de horas; ocupados que son quienes trabajan entre 35 y 45 horas semanales y sobreocupados, que implica el desarrollo de jornadas de trabajo que superan, en promedio, las nueve horas diarias (o las 45 semanales) y es considerada como una forma de subreutilización de la fuerza de trabajo.

Si se observa el cuadro 10, se puede señalar que en el empleo rural no agropecuario en este departamento, se halla mayor porcentaje de subocupados demandantes.

En cambio, el empleo agropecuario obtiene en la categoría de ocupados valores superiores al resto de las ramas, sólo seguida cercanamente por los trabajadores de industria y construcción. Asimismo, se observa que los mayores porcentajes de sobreocupación (alrededor de 46%) se encuentran en transporte, finanzas y servicios empresariales y el sector agropecuario.

Cuadro 10: Porcentaje de ocupados por rama de actividad según intensidad de la ocupación. Tupungato. 2006

Intensidad de la ocupación	Rama de actividad						Total
	Agropecuaria	Industria y construcción	Comercio, restaurant y hoteles	Transp., finanzas y servs empresariales	Adm. pbca, servs ss, salud y comunit.	Servicio doméstico	
	%						
Subocupados demandantes	1,67	6,64	0	4,84	5,92	6,74	3,29
Subocupados no demandantes	12,14	14,06	42,38	24,19	52,86	79,78	27,79
Ocupados	39,85	34,77	17,84	24,19	21,84	13,48	31,04
Sobreocupados	46,34	44,53	39,78	46,77	19,39		37,88
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fuente: Elaboración propia en base a E.C.V.H.R. y U. (DEIE)-octubre.

Respecto al cuadro 11 donde presenta la intensidad de la ocupación según los grupos de edad se puede destacar que en la categoría subocupados no demandantes es donde tienen mayor participación los menores de 19 años que trabajan y en parte su edad es lo que permite comprender que no deseen trabajar más horas. En cambio, los ocupados que tienen entre 20 y 29 años muestran mayores porcentajes como subocupados demandantes.

Cuadro 11: Porcentaje de ocupados por intensidad de la ocupación según grupo de edad. Tupungato. 2006.

Grupo de Edad	Intensidad de la ocupación				Total
	Subocupados demandantes	Subocupados no demandantes	Ocupados	Sobreocupados	
	%				
Hasta 15	0	5,56	0	0,68	1,81
15-19	15,79	16,54	12,43	2,05	9,72
20-24	22,37	15,61	13,41	7,50	12,04
25-29	38,16	4,64	12,57	9,43	10,24
30-39	15,79	14,68	20,11	24,43	20,04
40-49	0	12,83	17,60	32,16	21,16
50-59	0	16,38	14,11	14,89	14,54
60-69	7,89	6,34	8,94	6,82	7,35
70 y más	0	7,42	0,84	2,05	3,10
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fuente: Elaboración propia en base a E.C.V.H.R. y U. (DEIE)-octubre.

Con respecto a la cantidad de ocupaciones que poseen los trabajadores de Tupungato, se observa que el 92% sólo tiene una ocupación. Aunque si se analiza los que tienen dos ocupaciones se encuentran valores superiores en ramas no agropecuarias como administración pública, servicios sociales, de salud y comunitarios y la que corresponde a transporte, finanzas y servicios empresariales, participando con el 12 y 10% respectivamente. Mientras que en el sector agropecuario, los que tiene más dos ocupaciones es sólo el 7%. Esto se puede relacionar con la intensidad de la ocupación, ya que como se expuso anteriormente en el sector agropecuario hay un alto porcentaje de población trabajando más de 35 horas semanales lo que no les deja tiempo para realizar otro trabajo.

Cuadro 12: Porcentaje de ocupados por rama de actividad según cantidad de empleos u ocupaciones. Tupungato. Octubre 2006

Cantidad de empleos u ocupaciones	Rama de actividad						Total
	Agropecuaria	Industria y construcción	Comercio, restaurant y hoteles	Transp., finanzas y servs empresariales	Adm. pbca, servs ss, salud y comunit.	Servicio doméstico	
	%						
1	92,86	95,31	97,77	90,32	86,73	93,26	92,28
2	6,58	4,69	2,23	9,68	12,04	6,74	7,20
Más de 2	0,56	0	0	0	1,22	0	0,52
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fuente: Elaboración propia en base a E.C.V.H.R. y U. (DEIE)-octubre.

3.2.5. CATEGORÍA OCUPACIONAL

La categoría ocupacional es una variable que describe la relación en que se encuentran los trabajadores dentro del proceso productivo. Se concentra específicamente en las relaciones de producción indicando si las mismas son de dependencia o independencia.

En Tupungato seis de cada diez ocupados son obreros o empleados, en el caso de la actividad agropecuaria esta proporción es levemente inferior y en los sectores no agropecuarios es superior, salvo en comercio, restaurant y hoteles.

En el empleo agropecuario es importante la presencia de trabajadores semidependientes como es el caso de los contratistas que

en muchas ocasiones viene asociado al trabajo familiar. Estos trabajadores semidependientes que representan el 9% de los ocupados en el ámbito agropecuario, son también trabajadores directos pero sus ingresos se fijan en función de los resultados obtenidos en la producción, corriendo con los riesgos de la misma. Además en este sector de actividad primaria es importante la presencia del 6% de trabajadores familiares, categoría propia de estos tipos de trabajo. Los individuos que integran esta categoría no reciben remuneración por labores o reciben ingresos muy bajos; y en muchos casos son mujeres o jóvenes que recién ingresan al mercado laboral.

Por tanto, especialmente en el caso del cultivo de la vid, en muchos casos se emplea el trabajo de familias a través de la figura del “contratista de viña”. El contratista es aquel trabajador que tiene la obligación de trabajar una determinada superficie implantada con viñedos de acuerdo a un cronograma de tareas, para ello no tiene horarios de trabajo, la retribución es un sueldo mensual proporcional a las hectáreas trabajadas, dividido en diez mensualidades. Tiene salario familiar, aportes de ley y además percibe un porcentaje de la producción que oscila entre 15 y 18%. El productor está obligado, a su vez, a proporcionarle al contratista una vivienda digna y todos los insumos y herramientas necesarias para cumplir con sus tareas.

Otra categoría ocupacional que se destaca en esta rama de actividad es la del trabajador con mayor inestabilidad que es el que trabaja al tanto o por tarea (16%).

Con respecto a las categorías ocupacionales relevantes en los sectores no agropecuarios, además de los obreros o empleados se destacan los trabajadores por cuenta propia, con particularidades en la participación según las ramas. Por tanto, estas dos categorías engloban más del 92% de la población que posee como ocupación principal actividades no relacionadas directamente con el agro ni con la ganadería, con excepción de comercio, restaurant y hoteles que posee mayor participación de patrones en comparación con el resto de las ramas.

Cuadro 13: Porcentaje de ocupados por rama de actividad según categoría ocupacional. Tupungato. Octubre 2006.

Categoría ocupacional	Rama de actividad						Total
	Agropecuaria	Industria y construcción	Comercio, restaurant y hoteles	Transp., finanzas y servs empresariales	Adm. pbca, servs ss, salud y comunit.	Servicio doméstico	
	%						
Sin información	0,56	2,34	2,23	0	0	0	0,78
Patrón	7,23	0	8,92	4,84	0	0	4,68
Trabajador por cuenta propia	3,89	39,45	50,93	37,90	11,84	0	16,69
Trabajador familiar	6,12	0	2,23	0	3,47	0	3,86
Obrero/ empleado	55,61	53,52	31,23	57,26	83,47	93,26	59,99
Al tanto	16,13	4,69	4,46	0	0	0	8,58
Contratista	8,90	0	0	0	0	0	4,16
Otros	1,58	0	0	0	1,22	6,74	1,26
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fuente: Elaboración propia en base a E.C.V.H.R. y U. (DEIE)-octubre.

3.2.6. PRECARIEDAD LABORAL

Una de las principales manifestaciones de la precariedad es el no registro legal de los trabajadores, lo que conlleva a la ausencia de cobertura social de los mismos (obra social, aportes jubilatorios, etc.). Desde esta perspectiva, la idea de precariedad queda contextualizada en situaciones muy cercanas a las referidas por conceptos tales como informal, subocupación y pobreza.

En este estudio se utilizará como indicador para medir la precariedad laboral la ausencia de aportes jubilatorios. Por tanto, se puede sostener que existe una alta precariedad laboral en los ocupados del departamento de Tupungato, ya que al 50% de los trabajadores (excluyendo a patrones, trabajadores por cuenta propia y trabajadores familiares) no le descuentan ni les realizan aportes previsionales. Este porcentaje, es aún más preocupante en los empleos agropecuarios, porque registra un 60% de ocupados en esta situación crítica. Así algunas modalidades de las grandes empresas es utilizar formas de contratación flexibles o de contratación tercerizada a través de cooperativas, empresas de empleo eventual e intermediarios o *cuadrilleros*.

En las ramas no agropecuarias los menores niveles de precariedad se manifiestan en administración pública, servicios sociales, de salud y comunitarios y en industria y construcción⁷. A su vez, esta situación precaria alcanza a más del 86% de las mujeres que se ocupan como servicio doméstico, sector históricamente caracterizado por su alta precariedad e inestabilidad laboral.

Cuadro 14: Porcentaje de ocupados por rama de actividad según descuento para jubilación. Tupungato. Octubre 2006

Descuento para jubilación	Rama de actividad						Total
	Agropecuaria	Industria y construcción	Comercio, restaurant y hoteles	Transp., finanzas y servs empresa-riales	Adm. pbca, servs ss, salud y comunit.	Servicio doméstico	
%							
Sí	40,25	64,43	37,50	40,85	74,46	13,48	49,15
No	59,75	35,57	56,25	59,15	22,65	86,52	49,79
Ns/Nc	0	0	6,25	0	2,89	0	1,05
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fuente: Elaboración propia en base a E.C.V.H.R. y U. (DEIE)-Octubre.

En lo relativo a la duración del empleo se observa que un 23% de los trabajos en Tupungato son percibidos por quienes los realizan como temporales (sin considerar a los patrones y a los trabajadores por cuenta propia ni al casi 4% de trabajo familiar) sumado al 8% que son trabajos realizados por tarea o servicio. En el empleo rural agropecuario esta condición aumenta a 27% los temporales y a 11% los realizados por tarea o servicio, lo que en parte se puede relacionar con que el mismo ciclo productivo determina la necesidad de trabajadores temporales para realizar tareas como la cosecha, los cuales se hacen prescindibles el resto del año. Así, en el cultivo de la vid se han introducido tecnologías ahorradoras de mano de obra en lo que respecta a la tracción (pequeños tractores y cultivadores) y agroquímicos, pero la cosecha continúa siendo manual. Existe, por tanto, una demanda estacional importante que se satisface sólo en parte con la oferta local, ya que también atrae a trabajadores de otras provincias y hasta de Bolivia.

Vale destacar la importante presencia en la zona de intermediarios ya sean reclutadores, cuadrilleros, cooperativas de trabajo o empresas de servicios eventuales. (FABIO, 2007, p. 9). Esto implica para los empresarios

⁷ Dentro de esta rama los ocupados en construcción participan con el 32,4%.

tener solucionado la falta de mano de obra en algunos momentos críticos, así como despreocuparse de aspectos conflictivos como son el control de la disciplina, de los tiempos, de la organización del trabajo, del traslado y del vínculo legal con los trabajadores. (FABIO, 2007, p.11).

Para los trabajadores estos intermediarios poseen la ventaja de asegurar cierta estabilidad laboral a lo largo del año, aunque seguramente también signifiquen que les retengan parte importante de sus sueldos e impliquen extensos y continuos viajes, así como malas condiciones de trabajo y alimentación (FOBIO, 2007, p. 11).

En el empleo no agropecuario la temporalidad obtiene valores que fluctúan entre 24% y casi 27%, salvo para los insertos en la administración pública, servicios sociales, de salud y comunitarios donde esta situación registra poco más del 11%. Esta situación, aunque es favorable en relación a las otras ramas, es preocupante por la importancia que tiene el empleo público y que históricamente fue un asegurador de la estabilidad laboral.

Cuadro 15: Porcentaje de ocupados por rama de actividad según duración del empleo. Tupungato. Octubre 2006

Duración del empleo	Rama de actividad						Total
	Agropecuaria	Industria y construcción	Comercio, restaurant y hoteles	Transp., finanzas y servs empresariales	Adm. pbca, servs ss, salud y comunit.	Servicio doméstico	
	%						
Permanente	61,10	75,84	56,25	57,75	82,65	66,29	67,49
Temporal	27,51	24,16	25,00	25,35	11,57	26,97	23,08
Por tarea o servicio	11,39	0	12,50	8,45	1,45	6,74	7,67
Duración desconocida	0	0	0	8,45	1,45	0	0,70
Ns/Nr	0	0	6,25	0	2,89	0	1,05
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fuente: Elaboración propia en base a E.C.V.H.R. y U. (DEIE)-octubre.

De esta forma, los datos reflejan un mercado laboral en Tupungato con fuerte presencia de trabajo no permanente, que se asocia con bajos niveles de formalidad y débil cumplimiento de las disposiciones legales que protegen y benefician al trabajador, situación que se agudiza entre los trabajadores agropecuarios. Es importante resaltar que esta precariedad en la actividad agropecuaria es propia y tradicional de esta actividad, aunque en los últimos años se ha agudizado al precarizarse

las condiciones laborales de los trabajadores de otros sectores a los cuales tradicionalmente se les respetaban sus derechos.

REFLEXIONES FINALES

La reestructuración productiva acaecida desde comienzos de los '90 en la vitivinicultura argentina y específicamente mendocina repercutió en Tupungato. Entre los procesos que registra la actividad vitivinicultura con la reconversión se destacan algunos por su presencia en este departamento. Uno de los principales es el ingreso de capitales extranjeros en búsqueda de tierras de alta calidad a bajo precio, lo que incide en la implantación de nuevas vides en tierras vírgenes, introduciendo modernas tecnologías de riego y de cultivo, enfocadas a la producción de uvas finas de alta calidad y al mercado externo por su rentabilidad. Otro proceso importante es la integración vertical entre bodega y viñedos los cuales garantizan la calidad de la uva. También vale destacar, el auge que ha tomado el turismo vitivinícola, especialmente a partir de la devaluación; donde especialmente las grandes bodegas (en muchos casos, mayoritariamente de capitales extranjeras) comenzaron a brindar servicios de alto nivel de alojamiento, restaurant y actividades dentro de las fincas y bodegas.

La atracción de los capitales externos para invertir en Mendoza y, especialmente en Tupungato, se relaciona principalmente con los recursos naturales, las condiciones agroecológicas y el desarrollo histórico de la actividad vitivinícola. Sin embargo, estas empresas portan tradición en la actividad, una marca fuerte y redes de comercialización, por lo cual no necesitan explotar la identidad del territorio mendocino para valorizar sus productos ni les interesa la relación con la comunidad donde se asientan sus empresas; por lo cual, parecen independientes respecto a la pertenencia territorial.

A partir de este escenario económico aparentemente prometedor es que surgió la necesidad de enfocar en la inserción en el mercado de trabajo de la población residente en este departamento. Básicamente buscando indagar si este aumento de inversiones se reflejaba de alguna forma en mejoras en las condiciones de vida y específicamente en las condiciones de trabajo de sus habitantes, a partir del comportamiento de algunos indicadores y de un análisis preliminar.

Así es como a partir de este interés en la vitivinicultura y el proceso de reconversión que ha sufrido en las últimas décadas, parece

relevante reiterar algunos aspectos que surgen de los datos anteriormente expuestos respecto al empleo en la actividad agropecuaria en Tupungato por ser la más importante rama de inserción de los ocupados, considerando que el principal producto agrícola departamental es la vid. Por tanto en los ocupados en la actividad agropecuaria se destaca: bajos niveles de educación formal, altos niveles de precariedad, altos porcentajes de percepción de la ocupación principal como temporal o por tarea y alta proporción de sobreocupación. Así como también, se destaca todavía la presencia de formas de trabajo semidependientes como el *contratismo de viña*, lo que a su vez se encuentra relacionado con la importante incidencia del trabajo familiar.

Vale destacar que esta alta precariedad que existe actualmente en el trabajo rural inserto en el sector agropecuario no es nuevo como fenómeno y en todo caso, se ha agudizado con la reestructuración económica y con la extensión de la precariedad a empleos insertos en ramas en las que antes predominaban relaciones estables y se aseguraban determinadas condiciones laborales y de vida a los trabajadores, como las ramas industriales y de empleo público.

Se espera en futuras investigaciones -incorporando otras estrategias metodológicas aparte de la cuantitativa-, seguir indagando el impacto que ha provocado esta reconversión en el mercado laboral; las estrategias que despliegan los trabajadores antes las nuevas exigencias en un contexto de competitividad; el posicionamiento de los productores que no han podido reconvertirse, y aún siguen produciendo uva común; así como las estrategias de los trabajadores que no logran insertarse al mercado de trabajo por no cumplir con exigencias de cualificación, etc.

CHAZARRETA, A. Rural employment in context of the reversion of wine production. Empirical approach to Tupungato State, Mendoza, Argentina. *ORG & DEMO* (Marília), v. 11, n.2, p. 47-74, Jul./Dez., 2010.

ABSTRACT: The reversion of wine production during decade of 1990 in Argentina was reflected in the reduction of the surface cropped with grape for common wine and the increment of the surface cropped with grape for fine wine; the entry of foreign investment flow and the increment of vertical integration between primary grape producers and wine producers. This reversion impacted in the employment producing qualitative changes (new exigencies of qualifications and "multifunctionality") and quantitative changes (the reduction of demand of total labor force required, due to the incorporation of technology and the automation of work). The objective of this paper is to study the characteristics that rural employment presents

in town of Tupungato, Mendoza state, Argentina. Tupungato is one of the places where the reversion of wine production impacted the most, and also is the one of the most attractive places for foreign investments. The methodology used in this stage is mainly quantitative and it is based on statistical information produced by official sources. Some of the main aspects of rural employment founded in this paper are low levels of formal education, high levels of job insecurity, high levels of instability in the primary occupation, and high proportion of overcrowding.

KEYWORDS: reversion of wine production- agricultural rural employment- Tupungato- foreign investments

REFERENCIAS

BOCCO, A. Reestructuración productiva y flexibilidad laboral en el sector vitícola de la provincia de Mendoza. Ponencia presentada en **Sexto Congreso Nacional de Estudios del Trabajo: los Trabajadores y el trabajo en crisis**, Buenos Aires, 2003.

BOCCO, A. Transformaciones sociales y espaciales en la vitivinicultura mendocina. En: RADONICH, M.; STEIMBREGER, N. (comp.) **Reestructuraciones sociales en cadenas agroalimentarias**. Buenos Aires: La Colmena, 2007. Cap. 5, p. 111-143.

CENTRO DE BODEGUEROS DE MENDOZA. Tupungato la nueva meca de la vitivinicultura. **Revista Bodegas y Terruños**. Mendoza, n. 8, p. 30-36, sep./oct., 2000.

DIRECCIÓN DE ESTADÍSTICAS E INVESTIGACIONES ECONÓMICAS. **Informe Económico 2007**. Disponible en: <http://www.deie.mendoza.gov.ar/publicaciones/detalle_publicaciones.asp?filtro=Publicaciones+Econ%F3micas&id=37>. Acceso en: 3 marzo 2010.

DIRECCIÓN DE ESTADÍSTICAS E INVESTIGACIONES ECONÓMICAS. **Estadísticas Socio-económicas Tupungato**. Disponible en: <http://www.deie.mendoza.gov.ar/publicaciones/detalle_publicaciones.asp?filtro=Publicaciones+Municipales&id=26>. Acceso: 3 marzo 2010.

DIRECCIÓN DE ESTADÍSTICAS E INVESTIGACIONES ECONÓMICAS. **Estudio de Condiciones de Vida en hogares Rurales y No Rurales de la Provincia de Mendoza**. Disponible en: <http://www.deie.mendoza.gov.ar/publicaciones/detalle_publicaciones.asp?filtro=Publicaciones+ Sociales&id=32>. Acceso: 3 marzo 2010.

FABIO, J. **Estrategias laborales en el mercado de trabajo estacional en el Valle de Uco (Mendoza, Argentina)**. Ponencia presentada en el Quinto Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología del Trabajo, Montevideo, 2007.

CHAZARRETA, A.

GOBIERNO DE LA PROVINCIA DE MENDOZA. Coordinación de Prensa
<http://prensa.mendoza.gov.ar/modules.php?name=News&file=article&sid=4435>. Acceso: 10 junio 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE VITIVINICULTURA. Disponible en . Acceso: 3 marzo 2010.

TEUBAL, M. Globalización y nueva ruralidad en América Latina. En: GIARRACA, N. (comp.) **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001.

Submetido: 18/05/2010

Aprovado: 14/10/2010

A TERCEIRIZAÇÃO DO CALÇADO EM FRANCA E O DESMONTE DO CONTRATO FORMAL DE TRABALHO¹

THE OUTSOURCING OF SHOES IN FRANCA AND BLASTING OF FORMAL CONTRACT WORK

Marina Stefani de ALMEIDA²

RESUMO: Este texto tem como propósito traçar os contornos gerais da terceirização na indústria de calçados de Franca, interior de São Paulo, e trazer à tona as conseqüências desse processo para o mercado de trabalho do segmento e para o trabalhador. A terceirização acentuou o caráter já segmentado do mercado de trabalho do setor e fragmentou os trabalhadores do calçado em inúmeras formas atípicas de situações de trabalho, entre essas: o trabalho por conta própria, o trabalho domiciliar, as micro-empresas prestadoras de serviço – chamadas de *bancas* pela população local – e os trabalhadores terceirizados formais e informais. Observou-se que a terceirização em Franca coloca em questão o predomínio do trabalho industrial clássico e promove o desmonte dos direitos trabalhistas através da flexibilização da gestão da mão-de-obra.

PALAVRAS-CHAVE: Franca; indústria de calçados; terceirização; flexibilização; classe trabalhadora.

INTRODUÇÃO

O capitalismo ao longo de sua trajetória foi assolado por crises que transformaram a forma de organização da produção e da vida social. A partir da década de 70, umas dessas crises colocou em xeque todo um modo de organização da sociedade, da produção e da política, caracterizado pelo fordismo, na esfera produtiva, e pelo Estado do bem-estar social nos países desenvolvidos. O capital devia, nesse contexto, responder a tal crise, recompondo suas taxas de lucro. O conjunto de táticas e práticas que o capital, com o auxílio do Estado, utilizou para

¹ Este texto é produto da minha dissertação de mestrado defendida em 2008, junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (USP).

² Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, São Paulo, Brasil. stefanifava@gmail.com

responder a essa crise foi denominado na esfera do trabalho por reestruturação produtiva. As conseqüências desses eventos foram amplas e alteraram não só a esfera produtiva e econômica, mas também tiveram efeitos políticos, como o enfraquecimento das organizações sindicais e do poderio da mobilização dos trabalhadores, assim como, o modo de organização do Estado e de suas funções sociais.

Uma das conseqüências da reestruturação produtiva foi o aumento acentuado da precarização do trabalho, provocada por renovadas formas de exploração da mão-de-obra, tais como a extensão da jornada de trabalho, a desregulamentação do uso da força de trabalho e a flexibilização dos contratos. A terceirização é um dos mecanismos da chamada reestruturação que acirram a precarização do trabalho, pois o trabalhador fica desprotegido pela legislação trabalhista e acaba definindo as suas condições de trabalho numa relação direta com o empregador, sem a mediação do Estado.

Segundo Guimarães, os estudos sobre reestruturação produtiva no Brasil, “[...] despreocuparam-se quanto ao estudo dos destinos dos trabalhadores tornados redundantes nesse processo de reestruturação organizacional” (GUIMARÃES, 2004, p. 242). Esses estudos tinham como referência o chão-de-fábrica, entretanto, esse que fora um lugar de observação privilegiado para captar acontecimentos nos anos de 1970 a 1980, já não permitia uma visibilidade clara dos acontecimentos dos anos 1990. Muitos empregos foram suprimidos no bojo do processo de reestruturação produtiva, os empregos formais, os quais as estatísticas captavam bem, já não representavam a situação da maioria dos trabalhadores. Assim, os estudos no interior das fábricas captavam somente uma parte do mundo do trabalho. Era necessário, então, mudar o enfoque analítico sair das fábricas, atentar-se para a nova informalidade e para os desempregados.

A sociologia abandonou os estudos sobre a dinâmica do mercado de trabalho, na mesma proporção em que se dedicou aos estudos sobre o processo de trabalho. No entanto, esses mesmos estudos sobre o processo de trabalho demonstram a necessidade de se recuperar os nexos entre mudanças na organização e gestão do trabalho e transformações na organização dos mercados externos de trabalho. As novas formas de contrato e uso do trabalho, por meio, principalmente da terceirização e externalização da produção, põe em xeque a centralidade dos mercados internos de trabalho, que constituíam antes um lugar privilegiado para as formas de recrutamento e encarreiramento (GUIMARÃES, 2004, p. 245).

Os estudos que enfocam as cadeias produtivas constituem uma forma privilegiada de articular essas duas realidades. A recomposição do trabalho no interior das empresas situadas na ponta das cadeias se decompõe quando examinamos o sistema de produção em seu conjunto. Quando reconstruímos o sistema de produção, descobrimos uma espécie de continuum entre o que é comumente chamado de *empresas-cabeça* e *empresas-mão*. Conforme percorremos esse continuum, das empresas-cabeça em direção as empresas-mão, encontramos uma progressiva precarização das condições de emprego e trabalho, na qual a variável gênero desempenha importante papel (ABRAMO, 1998, p. 43).

Ao adotarmos essa perspectiva englobamos toda a organização industrial e recuperamos todos os atores da esfera produtiva, não só o operário estável, polivalente e participativo das novas fábricas reestruturadas, mas também o trabalhador precário, terceirizado e intermitente fruto do processo de externalização da produção ocorrido nas empresas-cabeça.

A terceirização é uma multiplicidade de formas de subcontratação que se encontram amplamente difundidas no mundo. Esse processo toma fôlego no Brasil a partir da década de 1990 e passa a ser denominado pelo neologismo *terceirização*, que corresponde à prática das empresas em dedicar-se somente às suas atividades-fim, transferindo para terceiros suas atividades-meio. Definir o que são atividades-fim e atividades-meio é um processo espinhoso e cheio de disputas, inclusive de natureza legal, pois a legislação brasileira hoje, considera legal somente a terceirização das atividades-meio. No entanto, o que podemos observar é uma transferência de diversas atividades antes realizadas na mesma indústria para outras empresas especializadas. Entre essas atividades externalizadas podemos encontrar os serviços de apoio, como a limpeza, a manutenção e a vigilância, mas também atividades tidas como centrais à empresa, como partes do processo produtivo, por exemplo. Esse processo resulta numa reorganização da produção e do trabalho (BALCÃO, 2000, p.3).

Como podemos perceber por meio dos estudos sobre terceirização no Brasil o trabalho estável e qualificado é a realidade para uma porcentagem muito pequena de trabalhadores. O que se propaga com velocidade é o trabalho instável, precário e informal, mesmo quando desenvolvido por mão-de-obra qualificada. Esse fato é indissociável do fenômeno da terceirização que expulsa os trabalhadores das grandes empresas para os fornecedores ou subcontratadas, em geral, empresas menores e sem recursos. Nessas empresas, o investimento na mão-de-

obra é pequeno, não só porque têm menos recursos econômicos, mas também porque se dedicam em geral a partes do processo produtivo de menor valor agregado e exigem uma mão-de-obra pouco qualificada. Nesse contexto, enquanto diminui vertiginosamente o número de trabalhadores empregados nas grandes empresas industriais, onde se concentra a mão-de-obra qualificada, aumenta o emprego precarizado e pouco qualificado ao longo da cadeia produtiva (LEITE, 1997, p. 68).

As conseqüências da terceirização sobre o mercado de trabalho, no Brasil, podem ser vistas no agravamento de suas características estruturais, como segmentação, desorganização, fragmentação e informalização. Já as conseqüências políticas desse processo, no plano dos sindicatos e das ações coletivas é a fragilização das práticas sindicais, reforçando as identidades corporativas em prejuízo das identidades de classe, enfraquecendo os laços de solidariedade entre os trabalhadores, estimulando a pulverização e a concorrência entre eles (DRUCK, 1999, p. 129).

As reflexões apresentadas ao longo do texto estão inseridas numa corrente da sociologia do trabalho que busca articular processo do trabalho e mercado de trabalho. Com isso, pretendemos trazer à cena os novos operários frutos da flexibilização das formas estabelecidas de relação de trabalho. Longe de centrar-se nos setores de ponta da produção industrial, procura demonstrar a forma particular que a reestruturação produtiva é vivida pelos setores tradicionais e como ela se re-apropria das formas arcaicas de se produzir e de se relacionar nesses setores.

Em consonância com essa perspectiva, procuramos demonstrar o modo como a terceirização se manifesta na indústria de calçados de Franca, trazendo à baila a miríade de formas de relações de trabalho que esse processo abriga e como isso contribui para a fragilização e a desestruturação dos trabalhadores, criando um caleidoscópio de formas de inserção produtiva, onde as situações puras e tradicionais de emprego e desemprego explicitam cada vez menos a crescente heterogeneidade dos mercados de trabalho, mesmo nos países desenvolvidos. O mercado de trabalho brasileiro não é só heterogêneo nas formas estabelecidas de relações de trabalho, como também ele se caracteriza por uma mobilidade constante dos agentes entre essas diversas formas, compondo, assim, trajetórias ocupacionais instáveis, conturbadas e recortadas (DEDECCA, 1999, p.17).

Quando a sociedade salarial ainda ganhava terreno no Brasil, longe de abarcar a todos, novas formas de organização do trabalho e da produção interromperam esse processo, e deram ao Brasil uma forma

de organização da produção que não pode ser definitivamente descrita como fordista ou toyotista, mas antes combina de forma esdrúxula diferentes tempos históricos, o que acaba por impossibilitar a sua exata classificação. E em Franca as diversas camadas da história do capitalismo no Brasil estão presentes numa indústria tradicional, mas integrada a grandes redes de comercialização e subcontratação internacionais.

Se no Brasil o mercado de trabalho nunca foi homogêneo, hoje com o recrudescimento da flexibilização e das despadronização das formas de relação de trabalho, essa tendência se acentuou ainda mais. No setor calçadista de Franca, encontramos uma multiplicidade de formas de relações de trabalho, que vão do operariado fabril interno à indústria a uma gama variada de tipos de trabalhadores envolvidos no processo de terceirização do setor, que se intensificou desde a década de 1990. Entre os trabalhadores terceirizados, destacamos os trabalhadores a domicílio, os autônomos, os pseudomicro-empresários ou trabalhadores ocultos por um CNPJ e os trabalhadores das micro-empresas. Em comum, esses trabalhadores têm, na grande maioria, a experiência da instabilidade e da ausência dos direitos trabalhistas associados a uma relação formal de trabalho.

No caso de Franca, vemos no processo de terceirização o grande responsável pela explosão de heterogeneidades nas relações de trabalho estabelecidas no setor calçadista. É preciso ter em conta que as formas de trabalho no segmento calçadista sempre apresentaram certa heterogeneidade, mas nos últimos anos essa característica tem se acentuado.

Desse modo, procuramos explicitar os contornos gerais da terceirização na cidade, chamando a atenção para a forma que localidades específicas absorvem e vivem processos de âmbito global. Essa absorção se dá a partir das experiências anteriores e da configuração social, cultural e econômica local. Para tanto, buscamos recompor a diversidade dos modos de organização da terceirização nesse setor produtivo, trazendo à tona a experiência da insegurança e da instabilidade dos trabalhadores subcontratados, a mercê dos reveses do mercado sem o respaldo de um contrato de trabalho.

A MULTIPLICIDADE E DIVERSIDADE NA TERCEIRIZAÇÃO DO CALÇADO DE FRANCA

Na década de 1970, a indústria de calçados de Franca consolidou-se. O incremento do mercado interno, decorrente do processo de

urbanização e industrialização vivido pelo país, aliado a expansão da produção para exportação, trouxe benefícios para a indústria francana. Essa conjuntura expandiu o volume da produção, aumentou o número de unidades produtivas e criou novos postos de emprego. Nesse período em Franca, avoluma-se o número de pequenas e médias unidades produtivas no município, dedicadas a produção de calçados para o mercado interno, confeccionando calçados de baixa qualidade direcionados para trabalhadores de baixa renda (NAVARRO, 2006, p. 141).

Em função do aumento crescente do volume da produção de calçados, a capacidade de produção das fábricas ficava aquém da demanda. Aumentar a capacidade de produção significava contratar mais funcionários, adquirir máquinas e equipamentos e ampliar as instalações físicas das empresas. O espaço físico, nas fábricas, não comportava o aumento do volume da produção. As empresas que dispunham de capital para adquirir a maquinaria necessária para o conjunto das etapas do processo de produção iniciaram o processo de transferência de algumas das operações demandadas pela produção do calçado para fora de seus limites físicos. A costura manual e o pesponto saíram primeiro (NAVARRO, 2006, p. 167).

Vários modelos de calçados requeriam costura manual, fato que ampliou a oferta de trabalho para as costureiras manuais. No final da década de 1970, as fábricas passaram a recorrer ao trabalho em domicílio para a costura manual. Como esse tipo de trabalho não requer o uso de máquinas e era realizado majoritariamente por mulheres no interior das fábricas, não foi difícil a sua transferência para fora dos limites físicos da empresa. Aos poucos, as seções de costura manual foram desmontadas e as costureiras deixaram as fábricas para realizar o mesmo trabalho em seus domicílios. De imediato, as costureiras a domicílio mantiveram uma relação estreita com a indústria para a qual prestavam serviço, conservando em alguns casos até mesmo o vínculo empregatício. Elas próprias se encarregavam de buscar a sua cota diária de costura e depois retornavam à empresa para entregar o trabalho realizado e para receber o pagamento. Entretanto, paulatinamente, o trabalho realizado em domicílio começou a ser repassado pela costureira para amigas, vizinhas e parentes. A relação entre as trabalhadoras envolvidas na execução da costura manual e a empresa foi se distanciando e passou a contar com um número crescente de intermediários, ao mesmo tempo em que as relações trabalhistas formais foram desaparecendo. No domicílio, o trabalho de costura manual deixou de ser remunerado por hora, como era usual nas fábricas, e

passou a ser pago por peça. Na maioria das vezes, o trabalho realizado em domicílio contava com a participação de outros membros da família da trabalhadora (NAVARRO, 2006, p. 168).

No final da década de 1970, a realização da costura manual e do trecê em domicílio passou a ser generalizada. Nesse mesmo período, o pesponto também passou a ser feito fora das fábricas. O pesponto passou a ser entregue tanto a trabalhadores domiciliares quanto a empresas criadas para prestar esse tipo de serviço para as indústrias. Os trabalhadores que realizavam o pesponto em casa eram normalmente ex-empregados das indústrias calçadistas. As empresas que se encarregavam de realizar o pesponto para as indústrias de calçados tornaram-se conhecidas em Franca como bancas. As bancas são unidades contratadas pelas empresas calçadistas para realizar determinadas operações envolvidas na produção de calçados de couro, principalmente aquelas que demandam mais trabalho vivo, como o pesponto e a costura manual. As chamadas bancas de pesponto, que cresceram numericamente no município desde 1970, constituem um conjunto bastante heterogêneo de unidades produtivas, principalmente em relação às instalações, ao nível técnico, e a mão-de-obra empregada, que pode ser familiar ou contratada. Inicialmente, as grandes empresas calçadistas enviavam os serviços de pesponto para as bancas de maior porte, enquanto as empresas menores enviavam o pesponto às bancas médias e pequenas, ou mesmo para trabalhadores a domicílio (NAVARRO, 2006, p. 171).

As bancas de pesponto assim constituídas acabavam funcionando como se a seção de pesponto da empresa calçadista tivesse sido transferida de local, mantendo, na maior parte dos casos, com os seus empregados, as mesmas relações de trabalho em vigor nas fábricas de calçados. Essas bancas de maior porte contavam, usualmente, com cerca de 20 a 30 máquinas de pesponto e, em geral, recebiam o pesponto dos grandes fabricantes de calçados de Franca. Isso se deve tanto ao fato de disporem de capacidade de produção, de contarem com maior número de trabalhadores e por possuírem máquinas novas, quanto pela possibilidade de exercerem mais controle sobre a qualidade do trabalho. Paralelamente à instalação das bancas de maior porte, começou a crescer o número de pequenas bancas de pesponto, voltadas para o atendimento das médias e pequenas empresas calçadistas. Em sua origem, muitas dessas bancas resultaram da ampliação do trabalho de pesponto realizado pelo trabalhador em seu domicílio (RINALDI, 1987).

Para as grandes indústrias calçadistas, o repasse de parte ou da totalidade do trabalho de pesponto, da costura manual e do tressê para as bancas se constituía num expediente extremamente vantajoso. Possibilitava a manutenção de um fluxo mais regular da produção dentro da fábrica, principalmente ao facilitar a administração dos períodos de crescimento do volume da produção, motivada pelo caráter sazonal da demanda, em especial a do mercado interno.

Com o acirramento da terceirização recaíam sobre os proprietários das bancas os gastos com o aluguel do imóvel e os custos da manutenção e produção em geral, inclusive da maquinaria e de insumos que não eram oferecidos pela indústria. Outro fator que tornava atraente a subcontratação de trabalho pelas indústrias de calçados devia-se à redução dos custos do trabalho direto das empresas contratantes, dos encargos sociais, do retrabalho, despesas com admissão, treinamento e demissão de trabalhadores: esses encargos eram repassados para os proprietários das bancas na mesma proporção do trabalho a ser executado. Por isso mesmo, o envio de parcela do trabalho para ser realizado nas bancas ou em domicílio habilita as empresas contratantes a enfrentar rapidamente as instabilidades do mercado, pois possibilita o incremento ou a redução da capacidade produtiva, dispensando alterações substanciais nas plantas industriais ou no contingente formal da mão-de-obra. As indústrias capitalizam ainda outras vantagens, como a reserva de força de trabalho barata e o fato de as bancas servirem como qualificadoras dessa força de trabalho para as indústrias.

A partir de 1990, a redução do número de postos de trabalho na indústria calçadista seguiu a seguinte tendência: ampliação do volume da produção com a retração do número de trabalhadores empregados diretamente pelas empresas, resultado menos da incorporação de tecnologia à base técnica da produção e mais da adoção de estratégias de reestruturação do processo produtivo. Independente das variações ascendentes e decrescentes do volume da produção ao longo da década de 1986-1996, a indústria calçadista francana extinguiu pelo menos 16,5 mil postos de trabalho nesse período, decorrência não da incorporação de maquinaria mais desenvolvida ao setor e sim da adoção de estratégias de gerenciamento da produção pelas indústrias (NAVARRO, 2006).

A exposição das empresas nacionais à competição internacional, imposta pela abertura econômica do início da década de 1990, impeliu o empresariado do país a buscar formas e processos de se produzir bens e serviços com melhor qualidade, a preços competitivos. Investimentos em tecnologia e modificações na organização das

empresas foram adotados, de maneira simultânea ou isoladamente, em uma busca frenética de modernização, vista sob o prisma do empresariado como um elemento vital e necessário para a retomada do crescimento econômico, estagnado por toda a década de 1980.

No Brasil, a adoção e a difusão do modelo japonês não vai se dar de forma homogênea entre os diversos setores da economia; entre as empresas de um mesmo setor e mesmo no interior da mesma empresa. Em muitos casos a adoção desse novo modelo de gestão da produção significa tão-somente a adoção de algumas de suas técnicas ou sistemas, como no caso da indústria calçadista francana, que privilegiou o processo de externalização da produção, que passa a ser denominado pelo neologismo *terceirização*, cujo padrão adotado no Brasil tem sido referenciado como fraudulento, espúrio ou predatório, por buscar a redução de custos através da exploração de relações precárias de trabalho que se objetivam em diferentes formas: na subcontratação de mão-de-obra; nos contratos temporários de trabalho; na contratação de mão-de-obra por empreiteiras; no trabalho em domicílio; no trabalho por tempo parcial e no trabalho sem registro em carteira, mecanismos esses que buscam neutralizar a regulação estatal e a sindical e que colocam em risco uma série de direitos sociais e trabalhistas, duramente conquistados (NAVARRO, 2006, p. 218).

A indústria de bens de consumo não duráveis – têxtil, vestuário e calçados – a partir da década de 1970 passou a migrar para os países em desenvolvimento. Essa relocalização espacial dessas indústrias se deve aos baixos salários e às poucas conquistas trabalhistas que vigoram nos países de industrialização mais recente. Por isso, esse ramo industrial é denominado de *nômade*, por se deslocar no espaço em busca de mão de obra abundante e barata (REIS, 1992, p.62).

As indústrias francanas, a partir da década de 1990 também migraram internamente em busca de menores custos trabalhistas, muitas deslocaram toda a sua produção para o nordeste, como atesta o estudo de Lima (2002), e outras para pequenas cidades do estado de Minas Gerais. Como Franca localiza-se na fronteira com o estado mineiro, muitas cidades fronteiriças têm abrigado bancas de pesponto, pois, assim, fogem da fiscalização do sindicato da cidade.

A prática da externalização da produção na cidade de Franca é heterogênea e assume uma diversidade de formatos organizacionais e, por isso, necessita de sistematização e análise para melhor entender os seus mecanismos de funcionamento. A externalização da produção é

feita por uma indústria que contrata os serviços de um trabalhador autônomo ou de uma firma especializada na execução dessa etapa da produção do calçado. No primeiro caso, podemos caracterizá-lo como um trabalho domiciliar, sendo que o trabalhador pode ter registro em carteira de trabalho ou não. Já o segundo tipo de externalização da produção, consiste em uma relação entre duas empresas, uma contratante e uma contratada, mesmo que a última ocupe uma posição subalterna na definição do acordo entre elas. Essas empresas prestadoras de serviço são denominadas pela população local de bancas, que por sua vez podem ter CNPJ e estarem conformadas juridicamente, ou ainda podem atuar na clandestinidade. A diversidade das bancas não pára por aí, elas ocupam diferentes edificações, podem estar localizadas nos fundos da casa do proprietário, ou podem estar alojadas em um galpão próprio. O número de funcionários também varia enormemente. Algumas vezes, as bancas utilizam somente mão-de-obra familiar, contratando esporadicamente trabalhadores temporários nos períodos de pico da produção. Já em outras circunstâncias, encontramos bancas que podem ser classificadas de micro-empresas, que possuem instalações e equipamentos apropriados de produção e possuem um elevado número de trabalhadores, normalmente com carteira assinada.

A partir da década de 1990, o Sindicato dos Trabalhadores da categoria passou a pressionar os industriais francanos para que legalizassem as relações de trabalho oriundas da terceirização do setor. Dessa forma, o Sindicato levou ao conhecimento do Ministério Público as irregularidades na forma estabelecida de subcontratação do calçado em Franca. O Ministério Público autuou diversas grandes indústrias da cidade. A terceirização é um tema de disputa judicial, pois a legislação brasileira é inespecífica em relação ao tema. Na maioria das vezes, acata-se um enunciado do Supremo Tribunal Federal que proíbe a terceirização das atividades-fim da empresa. Nessa interpretação, a terceirização de partes do processo produtivo do calçado seria ilegal, no entanto dado ao uso tradicional desse tipo de trabalho na cidade, o Ministério Público optou por legalizar as relações de trabalho nas unidades prestadoras de serviço. A terceirização não foi proibida, mas devia ser reformulada. Dessa forma, foi imposta às indústrias francanas pelo Ministério Público um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), que estabelecia e limitava as formas pelas quais a terceirização poderia se manifestar no setor. Esse termo, em linhas gerais, exigia que as indústrias só mantivessem relações de subcontratação com empresas jurídicas, que registre legalmente seus funcionários, e que lhes pague todos os direitos, assim como, ofereça aos trabalhadores instalações físicas adequadas. Estabelece ainda que

as empresas tomadoras de serviços têm responsabilidade solidária por todas as conseqüências penais causadas pelo descumprimento do acordo. As indústrias que descumprissem o acordo teriam como penalidade o pagamento de uma multa equivalente a cem mil reais, que seria revertida ao Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT). Entretanto, nem todas as indústrias da cidade assinaram esse acordo, somente as denunciadas pelo Sindicato ao Ministério Público (ALMEIDA, 2008, p. 66-72).

O TAC foi elemento propulsor de mudanças na forma de terceirização na cidade. Muitas indústrias pagaram multas à Justiça e foram obrigadas a ressarcir os trabalhadores terceirizados. Por isso, muitas indústrias diminuíram as atividades terceirizadas, ou até encerraram - como é o caso da Agabê - e outras reformularam a forma de tomarem serviços de terceiros. Mas isso não significa que a terceirização informal, a margem de toda regularização, ainda não se faça presente na cidade. É preciso lembrar, que poucas foram as indústrias que assinaram o TAC, entre as que não assinaram encontram-se a muitas pequenas e médias indústrias da cidade, que adotam uma terceirização fora de qualquer enquadramento legal.

O tecido industrial do setor calçadista da cidade é bastante heterogêneo, entre as suas indústrias podemos encontrar grandes instalações, com intensa capacidade produtiva, mão-de-obra especializada e boa infra-estrutura produtiva, mas podemos encontrar também empresas de fundo de quintal quase sempre familiar e de caráter praticamente artesanal. E entre esses dois pólos encontramos uma variedade de pequenas e médias empresas, predominantes na cidade. O tamanho da indústria determina sobremaneira o tipo de terceirização adotada. As grandes empresas optam por uma terceirização que tenha como parâmetro o cumprimento das leis trabalhistas. Já as pequenas e médias indústrias utilizam toda sorte de trabalho informal e precarizado na sua terceirização.

Como conseqüência dessa heterogeneidade de tamanho e de perfil técnico de suas indústrias, as unidades produtivas prestadoras de serviço às indústrias são igualmente heterogêneas e propiciam aos agentes envolvidos no setor variadas formas de inserção e formas de trabalho. Entre os trabalhadores das bancas, encontramos uma clivagem essencial, os que possuem e não possuem registro. Ainda que, ser portador de uma carteira assinada não signifique estar livre das turbulências desse mercado em crise permanente.

Apesar de todos os inconvenientes de uma inserção na esfera laboral nesses moldes, muitos preferem trabalhar nas bancas às indústrias de calçados, pois afirmam que nessas usufruem maior liberdade. Mas por outro lado, apontam alguns inconvenientes, como a irregularidade da remuneração e o não registro em carteira. Outro elemento unânime apontado pelos trabalhadores das bancas é a percepção de que nas bancas é maior a intensidade do trabalho.

A grande maioria quando indagada sobre o futuro, não consegue articular um projeto. A resposta mais comum é “não sei”, “só Deus sabe”. A impressão é que esses trabalhadores não pensam muito sobre o futuro profissional, já que os seus postos de trabalho são bastante atrelados ao presente - neles não se pode sequer prever a remuneração do mês seguinte. Nesse tipo de trabalho, não existe um contrato que cristaliza as normas que regerão as relações de trabalho, que deve ser constantemente negociado conforme o contexto. É difícil articular um projeto nessas circunstâncias.

Ainda que essas micro-empresas (as bancas) sejam frágeis, tendo uma duração de vida curta e estabeleça contratos verbais constantemente assolados pelo imprevisto com as suas contratantes, o trabalho em domicílio ou a criação de uma micro-empresa é valorizado e almejado pelos trabalhadores. Atribuo essa preferência a baixa remuneração do emprego no setor, mesmo quando formal, e também a fragilidade dos seus vínculos, que faz com que os operários sonhem em serem patrões de si mesmo.

Não há dúvidas que o tipo de trabalhador mais vulnerável nesse setor são os inúmeros trabalhadores informais, sejam domiciliares, ou que trabalham em bancas de vizinhos e parentes. São invisíveis perante ao Estado, às estatísticas e ao mundo dos direitos. O acordo verbal e pessoal é que rege a sua relação de trabalho, marcada pela arbitrariedade e instabilidade.

Em Franca, os trabalhadores terceirizados se sentem ameaçados pelo sindicato que exige a legalização de suas atividades – fato que é interpretado pelos trabalhadores e pelos micro-empresários como uma tentativa de acabar com a sua única alternativa de subsistência.

Por outro lado, os banqueiros³ assumem, nesse contexto, a figura do patrão, pagam os funcionários, determinam as regras e gerenciam a produção, mas muitas vezes também atuam diretamente na produção,

³ O proprietário de uma banca é chamado pela população local de banqueiro.

tornando nebulosa a divisão entre capital e trabalho e dificultando o seu reconhecimento como patrão por seus funcionários. Os banqueiros se vêem, na maioria dos casos, como trabalhadores e não como empreendedores ou empresários. Já os funcionários, o vêem como igual, talvez em melhores condições, mas que estão longe de ser aquele patrão frio e distante das indústrias tradicionais. Todos esses elementos têm conseqüências para a identidade dos trabalhadores e dos donos das bancas, assim como, para a atuação política desses agentes. Não podemos esquecer que há também as bancas de uma pessoa só e, nesse caso, fica ainda mais explícita a relação de trabalho camuflada que se estabelece entre contratante e contratado.

Desse modo, não dá para classificar o dono da banca simplesmente como patrão ou empresário. É preciso qualificar melhor essa figura produtiva. Assim como, a sua empresa não pode ser designada de empresa em toda acepção da palavra, ele também não pode ser considerado patrão. O que define uma empresa é a sua independência, autonomia e seu estatuto jurídico. No entanto, a maioria das bancas francanas não tem as características necessárias para receber o qualificativo de empresa. Desse modo, esses banqueiros não podem ser qualificados de empresários e patrões, pois a sua posição na estrutura produtiva guarda ambigüidades - seriam uma espécie de *classe de fronteira*.

Para os trabalhadores desses micro-empresários a situação é ainda mais precária. Não têm nenhum direito garantido e estão totalmente descobertos quanto a qualquer imprevisto do cotidiano, como a doença, a morte e a velhice. Oscilam entre diversas formas precárias de emprego sem compor uma trajetória profissional coerente e estável. Mesmo diante da exploração a que estão sujeitos, esses trabalhadores não conseguem ensaiar uma reação coletiva, pois não reconhecem nos seus empregadores a figura distante e fria do patrão, o que camufla o tradicional conflito entre capital e trabalho. Desse modo, esses trabalhadores não conseguem identificar o *inimigo* e o verdadeiro responsável pelas atuais circunstâncias do seu trabalho. Nessas pequenas unidades de produção, prevalecem relações de trabalho paternalistas e afetivas que ocultam a real dimensão da exploração.

Os trabalhadores domiciliares, na maior parte mulheres, constituem o elemento mais frágil dessa intrincada rede de subcontratação, demonstrando que a variável gênero é determinante para as condições de inserção produtiva nesse segmento.

Uma forma de recompor toda essa diversidade de formas de inserção no setor é percorrer as trajetórias profissionais dos seus trabalhadores, pois nessas trajetórias recortadas, erráticas, aparecem as mais variadas formas de relação de trabalho presentes no setor. Na maioria das vezes, o trabalhador da banca, já foi trabalhador interno da indústria, trabalhador domiciliar, experimentou o desemprego, trabalhou na informalidade, enfim experimentou as mais variadas posições nesse mercado de trabalho sazonal e em crise permanente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Demonstramos que no setor calçadista de Franca, presenciamos uma reestruturação produtiva que tem se dedicado mais à flexibilização das formas de relação de trabalho, do que a investimentos em tecnologia. As indústrias calçadistas francanas são em sua maioria de pequeno porte e não podem arcar com o custo de implementação de tecnologia. É uma indústria que guarda fortes características artesanais. Assim, flexibilização, em Franca, significa terceirização, que tem engendrado uma multiplicidade de tipos de relações de trabalho.

O emprego do tipo industrial fordista não consegue mais descrever a variedade de formas de trabalho no capitalismo mundializado, e o setor calçadista francano é prova evidente dessa constatação. Assistimos a uma explosão de categorias duramente estabelecidas, como o emprego, o desemprego e a inatividade. São várias as inserções produtivas que permanecem nos interstícios dessas classificações, como os trabalhadores domiciliares do setor calçadista de Franca, que podem estar empregados em uma semana e desempregados na próxima, como os banqueiros que ficam no limiar entre as categorias de empregador e de trabalhador. Mesmo o trabalhador formal não usufrui a estabilidade que teve no passado.

Hoje a terceirização na cidade, devido a um moroso embate judicial encabeçado pelo Ministério Público do Trabalho no sentido de uma maior formalização das relações nessa forma produtiva, tem cada vez mais se organizado num formato de relação entre empresas e não mais entre capital e trabalho. Entretanto, ainda são poucos os casos onde existe realmente uma relação entre empresas, embora haja um movimento no sentido da maior regularização dessa prática. Portanto, as unidades produtivas terceirizadas, as bancas, hoje são mais institucionalizadas do que as antigas bancas domiciliares, que quase sempre não tinham registro de empresa. Ao lado dessa maior

institucionalização, encontra-se um significativo crescimento numérico das bancas, aliada à queda do emprego formal no setor, sem queda da produção.

O aumento das bancas e sua maior institucionalização trouxeram à cena novos atores produtivos, como a figura do banqueiro micro-empresário. Todavia, conforme o texto retratou são poucos os casos de bancas que se encaixam na definição jurídica e econômica de empresa, em consequência são poucos os banqueiros que podem ser denominados efetivamente de micro-empresários. Os atores produtivos do segmento terceirizado do calçado de Franca não se deixam classificar facilmente nas categorias empregado e patrão, o que se nota é que entre essas duas formas polares de inserção produtiva, capital e trabalho, existem diversas outras posições que formam uma espécie de continuum entre um pólo e o outro.

Ao compor a trajetória dos trabalhadores terceirizados e dos banqueiros observamos o trânsito constante desses trabalhadores entre as diversas formas de trabalho, e que as categorias empregado e trabalhador podem ser ocupadas, em momentos diversos, por um mesmo ator produtivo. Portanto, a linha divisória entre essas categorias produtivas não é nítida.

Nessa perspectiva, o centro da polêmica sobre a terceirização está no fato de que esse processo desloca a figura do empregador e do empregado, tal como definidos pela legislação. Em meio a essa discussão surge a proposta de mudar o princípio jurídico da tutela dos trabalhadores, assentado no “direito à distribuição da riqueza” em “direito à produção da riqueza”. Transformar os direitos do trabalho em direitos da produção da riqueza é delegar aos trabalhadores a responsabilidade pela produção, seja dentro da fábrica, por meio dos Programas de Qualidade Total e de envolvimento dos trabalhadores, ou através da cobrança de empreendedorismo dirigida aos micros e pequenos empresários. Isso faz com os direitos tornem-se privilégios. “O direito concedido sem o envolvimento e o empreendimento dos trabalhadores é direito que será lido como uma concessão gratuita da sociedade a quem não tem espírito empreendedor” (BALCÃO, 2000, p. 110-111).

Nessas circunstâncias, assistimos no setor calçadista de Franca uma segmentação do mercado de trabalho no Brasil, de um lado um conjunto numeroso e heterogêneo de trabalhadores precarizados fruto da terceirização e desregulamentação do contrato de trabalho e, de outro, os poucos trabalhadores das grandes empresas, que ainda mantêm certos

benefícios, tidos como privilégios. Fora da relação de trabalho regulada, resta os trabalhadores *se virarem*, arriscando-se em toda sorte de trabalho precário.

ALMEIDA, M. S. *The outsourcing of shoes in Franca and blasting of formal contract work.* *ORG & DEMO* (Marília), v. 11, n.2, p. 75-92, Jul./Dez., 2010.

ABSTRACT: The aim of this study to analyze how outsourcing manifests in the Franca's footwear industry, interior of São Paulo, and bring up the consequences of this process for the labor market in this área and for its works. The research shows that outsourcing has increased segmentation of the labor market in this sector, which was presente before, and has fragmented the footwear working class into innumerous atypical forms of work situations, among these the self-employment, domiciliary work, the providers micro-firms - called "bancas" by the local population - and formal and informal outsourced works. The outsourcing in Franca calls into question the predominance of the classic industrial work and promotes the dismantling of the works rights through the flexibilization of the workforce management.

KEY WORDS: Franca; Industry's footwear; Outsourcing; Flexibilization; Working class.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Lais. Um olhar de gênero: visibilizando precarizações ao longo das cadeias produtivas. In: ABRAMO, Laís; ABREU, Alice (org.). **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana.** São Paulo: ALAST, Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

ALMEIDA, Marina Stefani. **A Miríade de atores produtivos na terceirização do calçado de Franca.** 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BALCÃO, Nilde. **Terceirização e desmontagem do contrato de trabalho.** 2000. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BORGES, A.; DRUCK, M. G. Crise global, terceirização e exclusão no mundo do trabalho. **Caderno CRH.** Salvador, n. 19, p. 22-45, 1993.

DEDECCA, Cláudio S. Racionalização e heterogeneidade dos mercados e das relações de trabalho. In: DEDECCA, Cláudio S. **Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado.** Campinas: UNICAMP, 1999, Cap. 1, p. 18-57.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização: (des) fordizando a fábrica, um estudo do complexo petroquímico.** São Paulo: Boitempo, Salvador: EDUFBA, 1999.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. **Caminhos cruzados: estratégias de empresas e trajetória de trabalhadores.** São Paulo: Editora 34, 2004.

LEITE, Márcia Paula. Qualificação, desemprego e empregabilidade. **São Paulo em Perspectiva.** São Paulo, v. 11, n.1, p. 64-69, jan./mar., 1997.

LIMA, Jacob Carlos. **As artimanhas da flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção.** São Paulo: Terceira Margem, 2002.

NAVARRO, Vera Lúcia. **Trabalho e trabalhadores do calçado.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

REIS, Marisa. **Reestruturação internacional e inserção do Brasil na indústria de calçados.** 1992. Dissertação. (Mestrado em Economia). Programa de Pós-graduação em Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

RINALDI, Helena. **O fezonismo em Franca.** Franca: UNESP, 1987

Submetido em: 28/04/2010

Aprovado em: 23/05/2010

ALMEIDA, M.S.

DEMOCRACIA, DIREITOS HUMANOS E GÊNERO

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-SOCIOLÓGICA DOS DIREITOS HUMANOS

THE HISTORICAL-SOCIOLOGICAL CONSTRUCTION OF HUMAN RIGHTS

Elisabeth da Fonseca GUIMARÃES¹

RESUMO: Este artigo explana sobre a construção histórico-sociológica dos direitos humanos como uma postura de valorização da dignidade humana, manifestada de diferentes maneiras, desde a antiguidade até os nossos dias, expressa ou não em resoluções, artigos e Constituições. O texto analisa uma série de documentos e atitudes que marcaram posição em relação a situações específicas e localizadas que ameaçaram e comprometeram a integridade humana. A referência a pensadores das Ciências Sociais visa estreitar o vínculo entre essa área do conhecimento e a historicidade dos direitos humanos.

PALAVRAS-CHAVE: direitos humanos; Declaração Universal dos Direitos humanos; direitos humanos como prática de vida.

INTRODUÇÃO

Para estimular a curiosidade sobre a historicidade do tema, esta discussão se inicia a partir de um questionamento: os direitos humanos sempre existiram ou fazem parte de uma preocupação da sociedade contemporânea? Para começo de conversa, é preciso compreender os direitos humanos como uma invenção humana. A aparente simplicidade da afirmativa, redundante em uma primeira abordagem, tem implicações importantes para o desenvolvimento da análise. Como invenção humana, os direitos humanos são históricos, uma vez que são representativos das exigências do momento em que foram criados, sendo possíveis de ser transformados, construídos e reconstruídos continuamente. Como históricos, estão vinculados às necessidades de uma determinada época e, por isso mesmo, não são dados e nem

¹ Professora Associada 2 do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. Mestre e doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Realiza pós-doutorado, com bolsa do CNPq, no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB). elisabeth@ufu.br

definitivos; ao contrário, expressam-se de modo específico, em conformidade com as expectativas do momento vivido.

A reflexão sobre a construção dos direitos humanos é importante para se compreender, em termos concretos, o que significa esse caráter histórico. Significa que os direitos humanos nem sempre foram os mesmos; que as propostas, desejos e vontades dos diferentes grupos humanos nem sempre se expressaram nas mesmas direções. Nos próximos parágrafos, o objetivo é focalizar os principais documentos que construíram a história dos direitos humanos, procurando estabelecer relação com as Ciências Sociais. Os documentos foram elencados a partir do olhar da autora deste texto; nem toda a referência documental sobre os direitos humanos foi contemplada. Os documentos, destacados em negrito, estão apresentados em ordem cronológica, ainda que a intenção primeira seja estabelecer, sempre que possível, a relação histórico-sociológica entre eles.

ANTIGUIDADE

O *Código de Hamurabi* datado de, aproximadamente, 1700 a. C., é um documento que revela em seu conteúdo características da sociedade da época. A atenção às especificidades que marcam seus artigos é um convite à reflexão sobre o modo como as diferentes sociedades se preocuparam em estabelecer regras de convivência para garantir e preservar direitos essenciais à vida humana. Elaborado por Hamurabi, sexto rei da Babilônia, conta com 282 artigos esculpidos na rocha, que remetem à necessidade de se regulamentar, por escrito, direitos considerados básicos para a convivência humana naquele momento histórico. O texto é severo e rígido nas leis e punições desde o primeiro artigo: “Se alguém acusa um outro, lhe imputa um sortilégio, mas não pode dar prova disso, aquele que acusou deverá ser morto” (ALTAVILA, 1989, p.40). A escravidão é aceita e normatizada em detalhes, em diversas passagens, com penas implacáveis para as infrações cometidas, como descreve o art. 15: “Se alguém furta pela porta da cidade um escravo ou uma escrava da Corte, ou escravo ou escrava de um liberto, deverá ser morto.” (ALTAVILA, 1989, p. 40).

O *Código de Hamurabi* é um dos documentos que inaugura o registro de um conjunto de leis escritas, em uma época em que a conduta humana, os costumes e as práticas culturais, de uma forma geral, eram transmitidos pela tradição oral. Castigos e penalidades, injúrias,

difamações, adultério, estupro, adoção, direitos dos menores, honorários médicos e veterinários, indenizações, divórcio, valor dos salários pagos a determinadas tarefas estão regulamentados em um único bloco de formato cilíndrico, talhado em alto e baixo relevo, de 2,25 m de altura sobre base de 1,90m, num texto de 46 colunas e 3600 linhas (ALTAVILA, 1989, p. 55).

O divino e o sobrenatural, presentes em passagens do documento, são reforçados no prólogo, quando o próprio Hamurabi se qualifica como “[...] excelso príncipe, o adorador dos deuses, para implantar justiça na terra, para destruir os maus e o mal” (ALTAVILA, 1989, p. 38). A justificativa da escolha é baseada em princípios que ele próprio considera humanitários, ou seja, prevenir a opressão do fraco pelo forte, para iluminar o mundo e propiciar o bem estar do povo.

O *Cilindro de Ciro*, de 539 a. C., é considerado para muitos historiadores o primeiro tratado de Direitos do Homem. O texto escrito pelo rei da Pérsia e gravado em um cilindro de barro após a conquista da Babilônia, presume-se que seja representativo da tradição mesopotâmica de valorização do rei justo. O caráter humanitário desse documento está evidenciado no decreto que o rei Ciro II autoriza os exilados a voltarem às suas terras de origem².

Em *Atenas*, nos séculos V e IV a. C., é possível constatar que as primeiras experiências democráticas revelam preocupação com o direito dos cidadãos de se expressarem livremente e de participarem diretamente das decisões da comunidade. Em assembleias populares, que aconteciam em praças públicas dez vezes por ano e, extraordinariamente, em situações graves, os homens adultos tomavam decisões, baixavam decretos, elegiam os responsáveis por executar as deliberações, designavam os membros da câmara de justiça (CHATELET, 1985, p.16). Todos tinham o direito de fazer uso da palavra e as decisões eram tomadas por maioria simples, ou seja, as propostas que recebiam um número maior de votos eram aceitas e passavam a vigorar de imediato. Especificamente naquele momento histórico, a liberdade de se expressar e o respeito à vontade da maioria eram direitos que caracterizavam a condição humana dos cidadãos livres que viviam em Atenas. O modelo de democracia ateniense, tomado aqui como referência para exemplificar as preocupações com a liberdade de se

² Atualmente, o Cilindro de Ciro é objeto de demanda entre o British Museum, em Londres, local onde se encontra exposto, e o Irã, país que considera o documento parte de sua herança cultural.

manifestar e de participar da vida da comunidade, era restrito aos homens adultos livres. Mulheres, estrangeiros e escravos eram excluídos. Tais restrições, comparadas aos ideais democráticos da atualidade, sequer seriam cogitadas³.

O exemplo ateniense evidencia o caráter histórico dos direitos humanos: a sociedade que respeita a vontade geral da maioria dos cidadãos, que têm a liberdade de se manifestar publicamente pela palavra de forma direta em assembléia é, também, aquela que se assenta sobre o trabalho escravo e exclui a participação das mulheres das decisões da comunidade, entre outras questões atualmente inadmissíveis.

Ainda na antiguidade, a historicidade dos direitos humanos instiga a reflexão sobre o papel do estado na vida da comunidade. De uma maneira geral, não havia uma oposição organizada, capaz de controlar esse poder. Alguns estudiosos, inclusive, defendem a tese de que a história dos direitos humanos só teria começado a partir do momento em que o poder do estado sobre a vida das pessoas se submeteu ao rigor das leis. Refletir sobre esse controle nas análises seguintes é uma exigência para a reconstrução histórica dos direitos humanos, uma vez que o Estado existe em função das pessoas, e não o contrário.

IDADE MÉDIA

A Idade Média européia foi um período em que a sociedade estava delimitada por estruturas rígidas, caracterizadas por marcantes vínculos institucionais. Era hierarquizada em estamentos, estratos sociais fechados, sem mobilidade e permanentes. As desigualdades entre as posições sociais eram consideradas naturais, sacralizadas e imutáveis, tornando-se praticamente impossíveis de serem modificadas. Os direitos das pessoas eram direitos estamentais, ou seja, relativos aos estamentos de origem, determinados desde o nascimento⁴. Os principais estamentos eram os *nobres*, proprietários de terra; *o clero*, que gozava

³ Na Grécia, do total de 5 milhões de habitantes, mais de 3 milhões e meio eram escravos. Em Atenas, havia quatro escravos para cada cabeça livre. Em Esparta, cidade que vivia em função da guerra, havia 600.000 escravos para 30.000 nobres aristocratas: uma população tão grande que permitia aos soldados matarem os escravos nas ruas, como forma de treinamento. Outro tipo de eliminação acontecia à noite, quando jovens espartanos caçavam os escravos como se fossem feras.

⁴ Para Max Weber (1999) a concepção de estamento vai além das estratificações rígidas e habituais da Idade Média; constitui uma teia de relacionamentos vinculados ao poder, capaz de influenciar determinados campos de atividades. “O desenvolvimento dos estamentos por nascimento é, em

de grande prestígio social e influência política; *os servos*, composto basicamente de camponeses, ligados à terra dos senhores feudais e obrigados a executar uma série de tarefas para garantir a sobrevivência.

Politicamente, esse é um período em que se evidencia a trajetória em direção à constituição do Estado Moderno, a partir do momento em que a insatisfação com o abuso de poder real passou ser documentada publicamente. Liberdade, segurança pessoal, propriedade privada, participação em decisões políticas e contrariedade com os altos impostos passaram a fazer parte da pauta de reivindicações da nobreza, estamento que inaugurou as manifestações institucionais contra os abusos do poder real. A Carta Magna inglesa é o primeiro documento de caráter constitucional a expressar o descontentamento e a necessidade de garantir esses direitos. Sobre ela, serão dedicados os próximos parágrafos.

A *Carta Magna*, manuscrita, redigida em latim e assinada pelo rei João Sem Terra diante de barões e do alto clero em 1215, foi considerada o primeiro documento oficial com o propósito explícito de garantir as liberdades e direitos dos súditos e impedir os abusos de poder real. Em termos gerais, estabelecia que nenhum homem está acima da lei, nem mesmo o rei, por dádiva divina ou favores da igreja. Os 63 artigos exigiam direitos estamentais e limitação do poder real, a partir de um entendimento com a nobreza, prioritariamente com os barões e, em seguida, com os demais súditos. O princípio básico que inspirou a formatação final do documento foi à sujeição do poder do rei às liberdades individuais de seus súditos.

A leitura criteriosa de cada um dos artigos evidencia, entre outras questões, a preocupação em regulamentar práticas cotidianas localizadas, como é o caso do art. 35, que dispõe sobre as medidas do vinho, da cerveja e dos tecidos. Contudo, passagens mais abrangentes encerram explicitamente ideais de liberdade, estendidos a todos os

regra, uma forma da apropriação (hereditária) de privilégios por uma associação ou por indivíduos qualificados [...] em contraste com as classes, são, em regra, comunidades, ainda que freqüentemente de natureza amorfa.” (WEBER, 1999, p. 185) Comparados com as classes, que predominam a ordem econômica, os estamentos são marcados pela “[...] ordem social, isto é, na esfera de distribuição da honra, exercendo, a partir dali, influência uns sobre os outros”. Em uma análise que ele próprio considera simplificada, explica: “[...] *as classes* diferenciam-se segundo as relações com a produção e aquisição de bens, *os estamentos*, segundo os princípios de seu *consumo* de bens, que se manifestam em *condições de vida* específicas” (WEBER, 1999, p. 185).

homens do reino e seus descendentes, de modo irreversível e eterno. No trecho abaixo, do art. 1 do documento é feito o anúncio desses ideais:

Nós também concedemos a todos os homens livres do nosso reino, por nós e por nossos herdeiros perpetuamente, todas as liberdades abaixo escritas, para que as tenham e as conservem para si e para os seus herdeiros, de nós e dos nossos herdeiros (CARTA MAGNA, 1215).

O grande avanço que a Carta Magna (1215) trouxe está contido na própria idéia de se colocar em documento oficial o direito humano de ser livre, restringido na Idade Média pelos abusos do poder monárquico, diferente da Antiguidade, quando não havia nenhum tipo de regulamentação capaz de frear o poder governamental. O texto escrito, assinado pelo rei, reproduzido e distribuído aos condados ingleses para o conhecimento dos três estamentos feudais - nobreza, clero e súditos - tem lugar de destaque na história dos direitos humanos por sua representatividade, em si mesmo, e pela trajetória em defesa de direitos fundamentais que deveriam ser resguardados e que o Estado não poderia desrespeitar ou ignorar.

É a Carta Magna (1215) o documento feudal que, para muitos historiadores, balizou a monarquia constitucional na Inglaterra e orientou os ideais da Revolução Americana. Foi revista diversas vezes com o objetivo de atingir um número maior de pessoas, o que não alterou sua proposta original de garantir liberdade e direitos aos indivíduos frente aos abusos de autoridade do poder instituído. Carrega as marcas de um tempo em que as liberdades individuais se desenvolviam na Inglaterra em discordância com a opressão real. Escrita como um documento local, o propósito de garantir privilégios e liberdades dos barões ingleses foi estendido a todos do reino, transformando-se um dos símbolos dos direitos do homem⁵. Seu texto resguardou a liberdade como condição inerente a todos os ingleses, abrindo caminho para a elaboração de inúmeros outros documentos que se seguiram com propósitos semelhantes, ou seja, limitar o poder do estado, seja ele monárquico ou não. A Petição de Direitos foi um desses documentos.

⁵ Atualmente, existem 17 cópias originais do texto. Uma cópia manuscrita em latim, de 1297, foi vendida, em 19 de dezembro de 2007, na casa de leilão Sotheby's, em Nova York, por aproximadamente US\$ 21 milhões. O comprador, David Rubenstein, continua a expor seu exemplar ao público do Arquivo Nacional de Washington, lugar onde a carta já se encontrava há mais de vinte anos, e lá continua.

IDADE MODERNA

A *Petição de Direitos*, de 1628, escrita pelos lordes espirituais e temporais e comuns, foi enviada ao rei Carlos I com o propósito de conter os excessos e impor limites àquele reinado. O objetivo principal era defender o patrimônio dos membros do parlamento, ainda que seu texto também versasse sobre transgressões de caráter moral e ético. Pela época em que foi escrita é considerada o primeiro documento da modernidade a expor as expectativas dos direitos contemporâneos: um requerimento objetivo, de poucas palavras, que manifesta a contrariedade dos parlamentares com os desmandos reais. O texto roga respeito e atenção às deliberações já expressas na Carta Magna (1215), principalmente aquelas referentes à cobrança de impostos ilegais e às questões que se traduzem em “[...] ofensa das leis e costumes para a grande queixa e vexame do povo.” (PETIÇÃO DE DIREITOS, 1628).

Como manifestação pública, a *Petição de Direitos* (1628), não teve a mesma notoriedade da Declaração Inglesa de Direitos, originalmente conhecida como *Bill of Rights*, e escrita com objetivos semelhantes, ainda que mais rigorosos, principalmente no que se refere aos limites da autoridade real.

Bill of Rights, traduzido ao pé da letra para o português, pode significar “conta”, “projeto de lei”, “escritura”, “lista” ou mesmo “fatura” de direitos. Na historiografia dos direitos humanos, a expressão dá nome ao documento elaborado pelo parlamento inglês e promulgado em 16 de dezembro de 1689. Para um entendimento breve, em 1688 o trono inglês era ocupado por Jaime II, destituído pela invasão de Guilherme de Orange. *Bill of Rights* foi um documento composto de 16 cláusulas, que determinava o que o novo rei deveria obedecer, como condição para ser empossado. Tornou-se representativo de um movimento conhecido na história da Inglaterra como Revolução Gloriosa.

Endereçado ao rei e escrito por membros do parlamento, o documento requer, em suas 16 cláusulas, uma série de direitos considerados importantes ou essenciais aos lordes e, por conseguinte, aos demais membros do reino. É uma demonstração de descontentamento com as proporções assumidas pelo poder real; uma petição de direitos e uma advertência para que não “[...] se reproduzam os atentados contra ‘a religião, direitos e liberdades’, no país”. (ALTAVILA, 1989, p. 289). Ainda que na introdução os lordes espirituais mereçam destaque e em sua última cláusula sejam condenados os

atentados religiosos, o *Bills of Right* (1689) foi construído independente da “[...] idéia de realeza do direito divino” (ARAÚJO FILHO, 1998, p. 37), anunciando a secularização como um caminho sem volta.

O texto da 1ª cláusula generaliza a necessidade de impor limites ao poder do rei, ao determinar “[...] que é ilegal a faculdade que se atribui à autoridade real para suspender as leis ou seu cumprimento” (ALTAVILA, 1989, p. 288). Elaborado com o propósito de garantir e estender o poder dos lordes, por consequência, inclui os súditos em suas demandas presentes, ao garantir-lhes o “[...] direito de apresentar petições ao Rei, sendo ilegais as prisões e as vexações de qualquer espécie que sofram por esta causa” (ALTAVILA, 1989, p. 288). E que virão, ao se caracterizar como “[...] um conjunto de direitos e liberdades incontestáveis, como também, que para o futuro não se firmem precedentes nem se deduza consequência alguma em prejuízo do povo” (ALTAVILA, 1989, p. 288).

Bills of Right (1689) não foi cunhado pela vontade popular. Foi uma advertência dos lordes ao rei, para que não mais tentasse dominar o parlamento, repetindo as violações cometidas pelo rei Jaime II. Ainda assim, o povo, os súditos e o país, de uma forma geral, são resguardados dos abusos da coroa e os direitos à liberdade de expressão e à propriedade privada estendidos a todos.

A representatividade do *Bills of Right* (1689) na historiografia dos direitos humanos não se restringe às demandas dos lordes ingleses, inconformados em serem submetidos aos abusos de poder do rei. É considerado o ponto de partida do liberalismo do século XVIII. Se a elaboração de suas cláusulas sofreu influência direta da Carta Magna (1215), essas mesmas influências irão cruzar fronteiras e inspirar os movimentos que culminariam com a independência dos Estados Unidos, em 1776. “Considerada a segunda carta magna para os americanos do século XVIII” (ARAÚJO FILHO, 1998, p. 37), o *Bills of Right* (1689) aflora o desejo de liberdade, latente naqueles colonizados, e desperta a discussão para situações, até então, tidas como impossíveis de serem questionadas publicamente. O documento seguinte, ainda que não tenha tido a mesma repercussão da Declaração de Independência Americana, teve natureza jurídica, tornando-se um marco que possibilitou que os direitos humanos americanos tivessem caráter de lei (ARAÚJO FILHO, 1998, p. 39).

A *Declaração de Direitos da Virgínia*, escrita em 12 de Junho de 1776, é considerada a primeira declaração de direitos humanos da época moderna, um documento que assumiu um significado especial, em

relação aqueles que o precederam. Enquanto os documentos anteriores se preocuparam em restringir o poder do rei e proteger os indivíduos contra as arbitrariedades, seu texto, logo no art. 1º, vai além, ao esclarecer que existem determinados direitos que são “certos, essenciais e naturais” a todos os homens. Sobre esse princípio, de que existem direitos que são inerentes à condição humana e não podem ser destituídos ou violados por nenhum tipo de contrato, é que a Declaração vai estabelecer “[...] o fundamento e a base do governo, feito pelos representantes do bom povo da Virgínia, reunidos em plena e livre convenção” (ALTAVILA, 1989, 288).

A grande inovação da Declaração, que a coloca em posição de vanguarda, é tornar matéria constitucional, entre outras deliberações, direitos concebidos como inquestionáveis. Pela primeira vez, os direitos individuais assumem caráter de lei suprema e compulsória tanto para o governo americano vigente, como para a posteridade: o indivíduo é situado em primeiro plano, em relação ao estado.

Ainda que seus 16 artigos não cite, explicitamente, documentos ingleses como a Carta Magna (1215) e o *Bills of Right* (1689), é possível perceber concordância com essas declarações anteriores, principalmente ao condenar a cobrança de cauções e multas excessivas, prisões vexatórias, atentados religiosos, entre outros. No art. 5º, ao propor que “[...] o poder legislativo e o poder executivo do estado devem ser distintos da autoridade judiciária [...] e lugares vagos deverão ser preenchidos por eleições freqüentes, certas e regulares” (ALTAVILA, 1989, p. 290), é possível apreender, no caráter inovador dessa legislação, a influência iluminista de John Locke (1632-1704)⁶. Essa influência se estende, também, à declaração da Independência dos Estados Unidos, em 04 de Julho de 1776, praticamente um mês depois. Em ambas as declarações, a vida, a liberdade, a felicidade, a segurança e a propriedade

⁶ John Locke (apud LARA, 1986) defende que o poder é inerente ao ser humano em estado de natureza. A liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão são direitos naturais e imprescritíveis. O ser humano transfere seu poder à sociedade política, que o exerce mediante dirigentes escolhidos. Sua teoria é contrária ao “contrato de submissão”, que transmite a uma terceira pessoa, no caso, o governante, os direitos totais, naturais e absolutos dos homens, que teriam o direito de depor o governo que não garantisse esses direitos individuais e inalienáveis. O ser humano se encontra na origem e é a sede do poder delegado aos governantes. Contudo, uma questão ainda reclama clareza para o significado que Locke vai atribuir a esse homem detentor de direitos naturais: será “[...] o monarca e o grupinho que o cerca ou todo homem, em vista da sua própria natureza humana? Uma classe social, ainda que emergente e dinâmica ou todo o povo?” (LARA, 1986, p. 50).

são tratadas como direitos inalienáveis, conforme defendia o teórico do liberalismo político. Filósofo iluminista, sua teoria tem base empirista, ou seja, todo conhecimento provem da experiência e está limitado por ela. Suas idéias estão presentes na elaboração desses documentos e suas obras irão demarcar a moderna visão de liberdade que está se construindo nos séculos XVII e XVIII. Elas oferecem base teórica para os textos que se seguirão. As declarações dos direitos do homem – a norte americana, de 1787, e a francesa, de 1789 – inspiram-se diretamente em seus escritos (CHÂTELET, 1985, p.60). Para esta análise, é importante saber um pouco mais sobre essa última.

A *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* foi aprovada pelos deputados da Assembléia Nacional Constituinte francesa em 26 de Agosto de 1789. Em dezessete artigos e um preâmbulo, dirigidos ao indivíduo e à nação, reflete as propostas iluministas que rejeitam a monarquia absolutista, reforça a separação dos três poderes, proclama os ideais liberais e de liberdade que desencadearam a Revolução Francesa, simbolizada pela Queda da Bastilha, em 14 de julho de 1789. O homem moderno, resultado de uma construção burguesa, é o foco de seu texto. Ele possui direitos naturais e imprescritíveis que devem ser conservados. “Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão” (DECLARAÇÃO DE DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO, 1789).

Em sua elaboração, a versão original da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) sofre influência direta da declaração da Independência Americana, ocorrida dois anos antes, em 4 de Julho de 1776, a partir do resgate dos direitos naturais do homem que estavam ignorados, desprezados ou esquecidos. O preâmbulo do documento francês, assim como o da Declaração da Independência dos Estados Unidos, concebe a felicidade como um objetivo a ser alcançado por todos. Além disso, carrega consigo toda a influência dos documentos ingleses que a antecederam, principalmente da Carta Magna de 1215, da Petição de 1628 e do *Bill of Right*, de 1689, que já delineavam uma postura liberal expressa nas limitações do poder do rei.

Ainda que na França outras declarações fossem elaboradas em 1793 e 1795, o texto de 1789 vai se tornar o marco definitivo, ao expandir o conceito de direito humano a todos e não apenas a um grupo restrito. De caráter universal, a declaração proclama o direito absoluto à liberdade como natural e de todos os homens: referência para os próximos textos que se seguirão, fonte de inspiração para propostas semelhantes que objetivam garantir os direitos humanos na Europa e na América Latina.

A relação entre a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e a Revolução Francesa, ambas ocorridas em 1789, é de proximidade. Era preciso legitimar o novo governo empossado o mais rápido possível. Anunciar uma declaração de direitos que descartasse qualquer ligação dos governantes com o poder divino; que priorizasse a “a igualdade dos cidadãos”; “a livre comunicação das idéias e das opiniões”; o respeito às “opiniões religiosas”; a separação dos três poderes; o controle das contas e da administração públicas, entre outros, contribuíam para essa legitimação. Sem dúvida, aquele foi o ano em que os direitos dos homens passaram a justificar as transformações políticas, antes atribuídas aos desígnios de Deus. Marcou o fim do Antigo Regime, “o ano I da liberdade” (CHÂTELET, 1985, p. 86), que proclamou aos quatro cantos do mundo os direitos fundamentais do homem moderno, melhor dizendo, do homem burguês, mas que teve a pretensão de envolver todos os outros, indistintamente.

Para muitos estudiosos, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, escrita com a finalidade de servir de preâmbulo à nova carta magna francesa, contudo, deixou entrever em seu texto conteúdo moralizante e bíblico, decorrente da história de vida dos parlamentares que a elaboraram, escolarizados em instituições religiosas. Evidentemente, o objetivo era um texto secular, apoiado no princípio de uma nação soberana, livre das providências divinas. Ainda que não tenha sido a única e muitas outras surgissem, a declaração francesa é, talvez, o maior símbolo de liberdade da modernidade, exercendo enorme atração sobre o imaginário popular. Liberdade, igualdade e fraternidade, lema da República Francesa, foi inspirado em seu texto.

A partir do documento de 1789, é possível se identificar quatro características que se tornarão freqüentes em declarações de sociedades que se pretendem democráticas, são elas: a) o *intelectualismo*, presente no campo das idéias, no reconhecimento de direitos imprescritíveis, e na legitimação do poder oriundo da vontade popular; b) o *mundialismo*, que caracteriza os princípios defendidos nos textos revolucionários como universais; c) o *negativismo*, em relação à participação do Estado; d) o *individualismo*, que prioriza o desenvolvimento da personalidade, da liberdade de expressão, de crítica, de juízo pessoal e de pensamento do indivíduo frente ao Estado (SOARES, 2000, p. 40). Essas características também estão presentes nas declarações que se seguirão, inclusive na Declaração Universal de Direitos Humanos, proclamada em 1948. Antes de analisá-la é necessário a remissão ao Manifesto do Partido Comunista,

um documento cuja escrita não teve a intenção de focalizar os direitos humanos como conteúdo específico, mas que até os dias de hoje continua a repercutir como uma proclamação para os trabalhadores de todo o mundo se assumirem como sujeitos históricos.

Manifesto do Partido Comunista, escrito em 1847 por Karl Marx (1818- 1883) e Friedrich Engels (1820-1895) teve o propósito de organizar textualmente as idéias da Liga dos Justos, que viria se chamar Liga dos Comunistas. Foi publicado pela primeira vez em 21 de janeiro de 1848, ano em que uma série de revoluções eclodiu na Europa, entre elas a Revolução de 1848, na França, iniciada em fevereiro daquele mesmo ano, que destronou o rei Luiz Felipe, proclamou a República e instituiu o voto universal. Na palavra de seus autores, no *Prefácio à edição alemã de 1872*, o texto do *Manifesto* “[...] não pode mais sofrer alterações” e a aplicação prática de seus princípios gerais “[...] deve adaptar-se às circunstâncias históricas vigentes de tempo e lugar” (MARX; ENGELS, 1986, p. 10).

O documento se propõe a fazer uma crítica das condições de vida da nascente sociedade industrial do século XIX. Logo nas primeiras linhas e a partir de uma retrospectiva das diferentes formas de opressão social na história da humanidade, dos permanentes conflitos entre opressores e oprimidos, os autores explicam: “a nossa sociedade burguesa” se caracteriza pela “simplificação dos antagonismos sociais [...] se reduzindo paulatinamente a apenas dois grandes campos opostos, a duas classes antagônicas: a burguesia e o proletariado” (MARX; ENGELS, 1986, p. 20). A burguesia, a nova classe opressora da idade moderna, foi também revolucionária: dissolveu as relações feudais e instituiu o trabalho assalariado.

O *Manifesto* denuncia as condições subumanas em que os proletários são submetidos, “[...] escravos exclusivos da classe burguesa” (MARX; ENGELS, 1986, p. 25). Homens, mulheres e crianças são convertidas em instrumentos de trabalho, sem distinção de sexo e idade. A classe trabalhadora é convocada a se organizar para reverter à situação de exploração em que se encontra. A célebre frase *Proletários de todos os países, uni-vos!* sintetiza a proposta de por fim à opressão e à exploração burguesa, a partir de uma organização comum; um movimento político próprio, consciente e autônomo, capaz de assumir o papel revolucionário e emancipador da humanidade.

Karl Marx preocupou-se em libertar o proletariado do domínio burguês, o que aconteceria a partir da autoconsciência dos trabalhadores,

que se opõe ao estado de alienação, impedindo-os de exercer sua liberdade. “A partir do momento em que a classe operária lograsse adquirir sua consciência e superar dialeticamente seu estado de objetiva alienação, toda sociedade seria enfim humanizada” (COMPARATO, 2010, p. 24). A busca da igualdade de direitos entre os homens somente seria possível com o fim da sociedade de classes. A sociedade comunista, por ele situada em uma fase superior, seria a única capaz de promover “[..] o desenvolvimento integral do indivíduo” (MARX, 1973, p. 362).

Ainda que Marx não tenha tomado a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, publicada no século XVIII, como objeto de estudo, ou se debruçado conceitualmente sobre o que seriam os direitos humanos na nascente sociedade capitalista; ainda que muitas de suas idéias conflitem com artigos de declarações passadas e futuras, o pensador é considerado um dos maiores humanistas de todos os tempos. É bem verdade que uma série de questões defendidas nesses documentos se contrapõe às suas idéias como, por exemplo, a institucionalização do estado e o direito à propriedade privada. Entretanto, não há como negar que o conjunto de sua obra se caracteriza pela humanização do homem e da sociedade. A emancipação humana, objetivo explícito em seus escritos, está em consonância com a liberdade de expressão, a igualdade de direitos entre homens e mulheres, as condições justas e favoráveis de trabalho, entre outras, também defendidas nas declarações que se seguiram.

CONTEMPORANEIDADE

Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH), proclamada em 10 de dezembro de 1948, é o último documento descrito na caminhada histórica deste artigo. Devido a seu caráter universalizante, tornou-se referência autorizada para o trato de diferentes situações que tenham o objetivo de assegurar a integridade humana, condição necessária à continuidade da vida em sociedade. Composta de um preâmbulo e 30 artigos, de fácil compreensão, foi construída a partir da necessidade de proclamar ao mundo uma série de direitos considerados básicos para a convivência de todos os seres humanos, independente de idade, sexo, nacionalidade, etnia, cor da pele, opção religiosa ou política.

A aprovação do documento oficial pela Organização das Nações Unidas (ONU) faz parte de um processo que teve início em 1945, com o fim da Segunda Grande Guerra, tomada como símbolo para a falta de limites para as atrocidades humanas. Um mundo dividido em dois

grandes blocos de poder, liderados pelos Estados Unidos e União Soviética, exaurido com os prejuízos morais e materiais, ansiava retomar princípios literalmente destroçados e efetivar medidas capazes de recuperar a humanidade como condição necessária, irreversível e comum a todos, indistintamente. A criação da ONU, em 20 de Junho daquele ano, teve como principal objetivo estabelecer as bases para uma cultura de paz, promover o diálogo e evitar novos conflitos entre países. Em torno desse objetivo, foram articulados todos os demais.

A DUDH, em seu texto final, foi precedida por uma série de documentos históricos, de poder legislativo ou não, que se tornaram responsáveis pela construção de uma nova mentalidade, um novo ethos para sustentação da vida em sociedade. Já no final da Idade Média, o ser humano passaria a ocupar o centro das atenções, antes dedicadas a divindades e ao poder sobrenatural. Ao longo da história, direitos como à dignidade, a liberdade, a igualdade, o respeito e a tolerância tornar-se-iam básicos para elaboração desses documentos. A DUDH, escrita pós-segunda guerra mundial, não evidencia apenas a revolta dos países aliados com as barbaridades cometidas pela Alemanha nazista, principalmente. A escritura desse documento, que teve início em 1945, ao término da guerra, e culminou com a aprovação oficial dos países membros da ONU, três anos depois, é o resultado de uma necessidade de humanização da vida social, cujas dimensões extrapolam as necessidades de reparação das afrontas do passado e das indignações da modernidade.

Juridicamente, a DUDH não tem o valor de lei. É uma resolução adotada pela Assembleia Geral da ONU e acatada como norma internacional. Para Norberto Bobbio, “[...] é algo mais do que um sistema doutrinário, porém, algo menos do que um sistema de normas jurídicas” (BOBBIO, 1992, p. 31). Expressa em seu preâmbulo o “ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações”; princípios humanitários que devem ser respeitados, mas que na prática, não têm poder de coerção. Seus artigos não têm efeitos legais para levar a julgamento países transgressores. No entanto, sua força moral é suficiente para inspirar documentos que a sucederam e se apoiaram em seu texto, tomando-o como referência básica para propostas semelhantes. No mundo inteiro, diferentes países elaboraram suas constituições incorporando, literalmente, alguns de seus artigos. Contudo, as proposições da DUDH não são inéditas. Historicamente,

importantes documentos oficiais com valor legislativo a precederam⁷. A Carta Magna inglesa, escrita na Idade Média, é um deles, considerada por muitos a precursora de um movimento que se tornaria universal, rumo à garantia de direitos considerados fundamentais aos seres humanos, principalmente porque teve caráter de lei e valor constitucional. Ainda que seu objetivo fosse garantir, naquele período histórico, direitos individuais localizados, sem intenção de fazer uma defesa dos direitos humanos de modo ampliado, seu texto reverberou pelos séculos seguintes.

Na Idade Moderna, a Declaração da Virgínia, nos EUA, e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, na França, tornaram-se referenciais para o texto da DUDH. Logo nos primeiros artigos do documento francês é possível identificar expressões coincidentes, comuns à Declaração de 1948. Ambos referem-se a seres humanos livres e iguais em direitos; apregoam a segurança, condenam constrangimentos, arbitrariedades, punições, discriminações. Defendem a presunção à inocência, frente à culpabilidade; o direito à propriedade, à liberdade de expressão, de religião, entre outras.

Na Constituição Brasileira de 1988 também é possível apreender, concretamente, essa influência acumulada de documentos anteriores, principalmente da Declaração de 1948, considerada sua principal fonte de inspiração. “A dignidade da pessoa humana”, um dos princípios fundamentais expressos no art. 1º da Carta brasileira, remonta ao texto da DUDH que, em seu preâmbulo, considera o reconhecimento dessa condição “o fundamento da liberdade, justiça e da paz no mundo.” Contudo, é no art. 5º, com seus 78 incisos, que essa influência se torna mais evidente, uma vez que nele estão expressos a garantia de “direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988, p. 5) aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país de modo inviolável e sem distinção de qualquer natureza. Comparada à DUDH,

⁷ “Kant também defendia uma ‘liga das nações’. Em seu artigo ‘Sobre a paz eterna’, de 1795, ele escreveu que todos os países deviam se unir numa liga, cuja atribuição seria zelar pela coexistência pacífica das diferentes nações. Cerca de 125 anos depois de publicado este artigo, logo depois da Primeira Grande Guerra, esta liga de nações foi efetivamente fundada. Depois da Segunda Grande Guerra ela foi substituída pela ONU. Podemos dizer, portanto, que Kant foi o mentor da idéia da ONU. Kant achava que a ‘razão prática’ dos homens forçaria os Estados a abandonar um estado natural, que provoca guerras atrás de guerras, e a fundar uma ordem legal internacional com o objetivo de evitar guerras. Embora possa ser longo o caminho que leva à criação de uma liga de nações efetivamente atuante, é nosso dever cuidar para que a paz entre os povos seja assegurada. Para Kant, a criação de tal liga era um objetivo distante. Podemos dizer que ele talvez seja o objetivo maior da filosofia [...]” (GAARDER, 1996, p. 364.).

é possível se afirmar que a Constituição Brasileira de 1988, também chamada Constituição Cidadã, avançou em relação a uma série de questões marcadas pela contemporaneidade dos quarenta anos que separou os dois documentos. Historicamente falando, o propósito seria esse mesmo, a DUDH transformada em referência universal para que países de diferentes culturas assumam responsabilidades sobre princípios básicos, expressos em seu texto, capazes de assegurar direitos para uma vida em sociedade mais humana para todos⁸.

À pergunta inicial

O foco nos diferentes documentos que construíram a história dos direitos humanos teve o propósito de responder a pergunta inicial deste artigo: “os direitos humanos sempre existiram ou fazem parte de uma preocupação da sociedade contemporânea?” Os documentos apresentados objetivam explicar, a partir de situações concretas, a trajetória dos Direitos Humanos até os dias atuais e não têm a pretensão de dar conta da totalidade. A DUDH de 1948 formalizou, em dimensão universal, aspirações essenciais e necessárias à dignidade humana, ameaçadas com as duas guerras mundiais. Em tempos anteriores, documentos diferentes tiveram objetivos semelhantes, ainda que versassem sobre questões específicas e locais, algumas delas hoje superadas. A declaração de 1948 ainda é a referência universal quando o assunto é tirania, opressão, desigualdade, abuso de poder, enfim, situações que comprometem a humanização da espécie, de uma forma geral. Contudo, isso não significa a cristalização dos seus trinta artigos, refratários às leituras atualizadas nesses mais de 60 anos de existência. Mais recentemente, outros documentos foram elaborados com propósitos semelhantes, acrescentando novos princípios e reforçando os já declarados. Contudo, esta caminhada histórica pára por aqui, ciente

⁸ O texto da DUDH foi escrito, inicialmente, pelo canadense John Peters Humphrey. Em 1946, ao ser nomeado diretor do Secretariado das Nações Unidas, Humphrey passou a contar com o apoio do Líbano, China, França e EUA, entre outros países, para dar continuidade ao trabalho de escrita do documento. Naquele momento, o principal objetivo da ONU era restabelecer a paz e evitar uma nova guerra mundial. Em seus 30 artigos, o propósito foi definir direitos “inalienáveis” e “indivisíveis”, fundamentais a todos os seres humanos, desde o nascimento. Considerada a carta magna da humanidade, torna os direitos humanos uma necessidade universal. Aprovado em 10 de Dezembro de 1948, em assembléia geral da ONU, o documento recebeu 48 votos a favor, nenhum voto contra e oito abstenções da URSS, Bielorrússia, Tchecoslováquia, Polônia, Arábia Saudita, Ucrânia, África do Sul e Iugoslávia.

de que a análise dos documentos e situações que sucederam à Declaração de 1948 é uma das necessidades que se impõe ao conhecimento do tema e a efetivação dos direitos humanos como prática da sociedade contemporânea.

GUIMARÃES, E. F. The historical-sociological construction of human rights. *ORG & DEMO* (Marília), v. 11, n.2, p. 77-95, Jul./Dez., 2010.

ABSTRACT: This article explains the historical and sociological construction of human rights as an attitude of valuing human dignity, manifested in various ways since ancient times until today, expressed in resolutions or not, articles and constitutions. The analysis of a series of documents and attitudes that marked position in relation to specific situations and localized that threaten and committed human integrity. The reference to thinkers of Social Sciences aims to strengthen the bond between this knowledge and the historicity of human rights.

KEYWORDS: human rights; the Universal Declaration of Human Rights; human rights and practical life.

REFERÊNCIAS

- ALTAVILA, Jayme. *Origem dos direitos dos povos*. São Paulo: Ícone, 1989.
- ARAUJO FILHO, Aldy Mello de. *A Evolução dos Direitos Humanos: Avanços e Perspectivas*. São Luís: EDUFMA; São Luís: AAUFMA, 1998.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BRASIL. Constituição Brasileira 1988. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- BRASIL. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.
- CARTA MAGNA. 1215. *Net*. Disponível em: <http://corvobranco.tripod.com/dwnl/magna_carta.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2010.
- CHÂTELET, F.; DUHAMEL, O.; PISIER-KOUCHNER, E. *História das idéias políticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- CILINDRO DE CIRO. Cilindro de Ciro elaborado em 539 a. C. *Net*. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/cilindro/index.htm>>. Acesso em: 14 dez. 2009.
- COMPARATO, Fábio K. *Fundamento dos direitos humanos*. Instituto de Estudos Avançados da USP. São Paulo. *Net*. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/iea/textos/comparatofundamento.pdf>>. Acesso em: 1 abr. 2010.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO. 1789. *Net*. São Paulo. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/.../declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>>. Acesso em: 1 nov.2009.

GAARDER, Jostein. *O mundo de Sofia: romance da história da filosofia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LARA, Tiago A. *Caminhos da razão no ocidente: a filosofia ocidental do Renascimento aos nossos dias*. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Global, 1986.

MARX, K. *Sociedade e mudanças sociais*. Lisboa: Edições 70, 1973.

PETIÇÃO DE DIREITOS. 1628. *Net*. São Paulo. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/.../peticao-de-direito-1628.html>>. Acesso em 19 out. 2009.

SOARES, Mario Lúcio Quintão. *Direitos fundamentais e direito comunitário: por uma metódica de direitos fundamentais aplicada às normas comunitárias*. Belo Horizonte: Livraria Del Rey, 2000.

WEBER, M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: Editora UnB, 1999.

Submetido em: 13/05/2010

Aprovado em: 20/07/2010

APONTAMENTOS SOBRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA SOCIEDADE BRASILEIRA

NOTES ABOUT THE FREEDOM OF SPEECH IN THE FEDERAL CONSTITUTION AND IN BRAZILLIAN SOCIETY

Rafael José Nadim de LAZARI¹

Resumo: A análise em questão aborda tema polêmico do constitucionalismo brasileiro contemporâneo, por causa de um suposto distanciamento entre a realidade social brasileira e a Constituição Federal, no que diz respeito à liberdade de expressão (e suas consequências no direito à informação, na livre manifestação do pensamento e, sobretudo, na comunicação social). Isto porque, é necessário entender o que é liberdade de expressão, em um mundo onde a possibilidade de capturar essa manifestação adquire importância tal, que exige o estudo de meios de filtragem desta liberdade.

Palavras-chave: liberdade de expressão; direito à informação; manifestação do pensamento; captação da informação.

1 LINHAS PROLEGOMINAIS

É notório que a República Federativa do Brasil ainda *engatinha* quando se fala em máxima amplitude dos direitos e garantias fundamentais². Com efeito, a transição de Estado de Direito para Estado Democrático de Direito ainda que, gramaticalmente, não signifique muita coisa para um leigo além de vaga expressão, ganha fidalgos

¹ Advogado, mestrando do Programa de Pós-graduação em Direito do Centro Universitário Eurípedes de Marília (UNIVEM), São Paulo, Brasil. Pesquisador do Grupo de Iniciação Científica Novos Rumos do Processo de Conhecimento. rafa_scandurra@hotmail.com

² A expressão *engatinha* não deve ser encarada com conteúdo negativista, mas sob enfoque da jovem democracia plena brasileira, iniciada pós 1988.

contornos e significados se considerado o valor que deve ser agregado à democracia pátria³.

Isso porque após quase um quarto de século de velada experiência ditatorial, além de outros tantos anos em décadas anteriores, em que Estado e sociedade não se coadunavam, o país se viu, enfim, perante uma Carta que, ressaltados interesses políticos minoritários, expressava sua identidade miscigenada.

Sem circunlóquios ou devaneios - até para que não se fuja do tema proposto neste texto -, um dos interesses implícitos do constituinte foi colocar o brasileiro (e sua identidade miscigenada) em contato com o mundo, não apenas sob forma de coexistência física, mas num tentame de aproximar culturas que a distância até então insistia em manter separadas. Traduzindo conceitos, visou a Constituição Federal à harmonia entre regionalismos e o proclamado globalismo do pós-guerra, trazendo o mundo para uma vila/aldeia/região e vice-versa.

Assim, como uma via dúplice se, por um lado, restabeleceu-se a liberdade de mídia, fomentou-se a comunicação via satélite, a fibra óptica, o sinal digital e a adesão irrestrita à *internet*, de outro, objetivou-se dar conteúdo e sentido a esta comunicação, permitindo às pessoas pensarem, criarem, opinarem, etc. Em outras palavras, há que se considerar clarividente a afirmação da liberdade de comunicação e de informação como instrumentos da democracia, tanto quanto imperiosa a liberdade de expressão como corolário lógico da liberdade de pensamento e como conteúdo da informação transmitida⁴.

³ Cf. José Joaquim Gomes Canotilho (2002, p. 100): “O Estado constitucional é ‘mais’ do que Estado de direito. O elemento democrático não foi apenas introduzido para ‘travar’ o poder (*to check the power*); foi também reclamado pela necessidade de *legitimação* do mesmo poder (*to legitimize State power*). Se quisermos um Estado constitucional assente em fundamentos não metafísicos, temos de distinguir claramente duas coisas: (1) uma é a da legitimidade do direito, dos direitos fundamentais e do processo de legislação no sistema jurídico; (2) outra é a da *legitimidade de uma ordem de domínio* e da *legitimação do exercício do poder político*. O Estado ‘impolítico’ do Estado de direito não dá resposta a este último problema: donde vem o poder. Só o princípio da *soberania popular* segundo o qual ‘todo poder vem do povo’ assegura e garante o direito à igual participação na formação democrática da vontade popular. Assim, o princípio da soberania popular concretizado segundo procedimentos juridicamente regulados serve de ‘charneira’ entre o ‘Estado de direito’ e o ‘Estado democrático’ possibilitando a compreensão da moderna fórmula *Estado de direito democrático*”.

⁴ A liberdade de pensamento sempre foi inerente ao ser humano, mas não sua livre manifestação, que somente foi viabilizada com a liberdade de expressão, também prevista constitucionalmente. Esta, por sua vez, precisa do direito à informação e do direito à comunicação para se estender por todo o país. Logo, a liberdade de expressão é a ponte que interliga a liberdade de pensamento ao direito à informação e à comunicação.

Posto isto, o nobre leitor certamente já deve ter notado, e por isso convém obtemperar, que alhures foi utilizado o termo *interesse implícito* em plugar o brasileiro ao mundo. Afinal, se este foi o *interesse implícito*, qual foi a medida explícita em prol de tal fito?

Indubitavelmente, isto se deu pela intensa regulação dos direitos pertinentes às manifestações de vontades, nos seus diversos meios, como a liberdade de expressão, o direito à livre manifestação do pensamento, a vedação ao anonimato, o direito à comunicação, a proteção ao sigilo da fonte, a liberdade de criação e informação etc.

No entanto, ultrapassado um primeiro momento de euforia com a reabertura política, viu-se que mesmo estes direitos precisariam de regulação contra exageros e, para tanto, a própria Carta de 1988 previu mecanismos limitadores, como o direito de resposta e os parágrafos terceiro, quarto e quinto, do art. 220, da Constituição Federal, a título ilustrativo. Aliás, tais mecanismos são a demonstração clara e precisa do abandono da ideia de hierarquia entre normas constitucionais, em benefício do princípio interpretativo da unidade⁵, de modo que, por critério de afinamento do tema, restringir-se-á à proficuidade do art. 220 da Lei Maior pátria, em seu parágrafo terceiro, inciso II.

Isto porque, numa variação melhor adaptada de que “a diferença entre o remédio e o veneno é a dosagem”, faz-se mister reconhecer a importância da mídia tanto como formadora como deformadora de opinião, neste último caso sob falso pretexto de sua liberdade absoluta de se expressar. Nenhuma liberdade deve ser absoluta, entretanto. Com isso, agindo em sentido profilático aos excessos na transmissão da mensagem, objetivou este trabalho tratar de mecanismos de filtragem entre aquilo que é bom e aquilo que merece ser descartado, para ao final emitir um juízo valorativo sobre o tema.

2 A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E SEUS EQUIVALENTES NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Para efeitos práticos de facilitação da leitura, convém transcrever – até para que o leitor já vá refletindo – os principais dispositivos constitucionais que serão abordados neste texto, correlatos à liberdade de expressão. São eles:

Art. 5º. [...] IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; V – é assegurado o direito de resposta,

⁵ Cf. José Joaquim Gomes Canotilho (2002, p. 1209-1210).

proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem; [...] IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença; X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional. (BRASIL, 1988).

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição. [...] §2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística. §3º Compete à lei federal: [...] II – estabelecer os meios legais que garantem à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente. §4º A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso. §5º Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio. (BRASIL, 1988)

Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios: I – preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; II – promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; III – a regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei; IV – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família. (BRASIL, 1988)

Analisando os dispositivos supramencionados, fica evidente o intento de liberdade vigiada do legislador, não sob a forma de uma pseudodemocracia, mas pela disposição hermenêutica dos artigos e incisos. Neste prumo, observa-se que, conforme já mencionado no capítulo anterior, apesar de não mais se cogitar uma hierarquia entre normas constitucionais, adotou o constituinte, no art. 5º, uma ordem de preferência no processo de *construção, manifestação, exteriorização e consequência* do ato de expressar-se.

Em primeiro lugar, garante-se a manifestação do pensamento (inciso IV) como ato embrionário dos consectários à sua exteriorização. Em seguida, assegura-se o direito de resposta (primeiro dispositivo controlador), proporcional à gravidade do pensamento imperfeito exteriorizado (inciso V), formando o primeiro bloco sobre o livre direito à manifestação intelectual. Frisa-se, nesta linha de raciocínio, a primeira tratativa do legislador em estabelecer uma consequência à manifestação indevida e/ou equivocada, qual seja, a previsão, como garantia constitucional, de danos material, moral e à imagem. Trata-se de forte influência civilista na Constituição Federal, que objetiva municiá-la como, mais que uma mera carta de intenções, uma impulsionadora de direitos primários.

Enfim, com isso finda o primeiro bloco pertinente à manifestação do pensamento, sendo tal direito causa, cuja consequência de sua exteriorização indevida é a proteção contra o evento danoso.

Já no segundo bloco de dispositivos garante-se a liberdade de expressão (inciso IX), aqui incluídas atividades intelectuais, artísticas, científicas e de comunicação, independentemente de censura ou licença. Tal dispositivo é a consagração do direito à manifestação do pensamento, ao estabelecer meios que lhe dêem efetividade, afinal, o rol exemplificativo de meios de expressão previstos no mencionado inciso trata das *atividades intelectuais*, melhor compreendidas como o direito à elaboração de raciocínios independentes de modelos preexistentes, impostos ou negativamente dogmatizados; das *atividades artísticas*, que representam o incentivo à cena cultural, sem que músicas, livros, obras de arte e espetáculos teatrais, p. ex., sejam objeto de censura prévia (como houve no passado recente do país); das *atividades científicas*, aqui entendidas como o direito à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico; e da *comunicação*, termo abrangente, se considerada a imprensa, a televisão, o rádio, a telefonia, a *internet*, a transferência de dados etc. Pode-se afirmar, inclusive, que o direito à comunicação é o marco maior de fomento à liberdade de expressão, ao permitir que essa manifestação alcance todos os nichos, através da transmissão de ondas e dados e, por isso, dentro da liberdade de expressão, este artigo quer dispensar maior atenção à comunicação.

Ato contínuo, o inciso subsequente, por sua vez, assegura a honra, a vida privada, a imagem e a intimidade das pessoas. Chama a atenção, mais uma vez, a previsão constitucional de danos material e moral em caso de desrespeito ao dispositivo constitucional (sem prejuízo do já

propalado direito de resposta). Verifica-se, pois, que tal qual a manifestação do pensamento pode ensejar direito de resposta, sem prejuízo indenizatório, também a liberdade de expressão deve respeitar o aspecto subjetivo do ser humano, sob pena de autorizar tutela reparatória. Enfim, fica constituído o segundo bloco constitucional de dispositivos correlatos.

Pulando momentaneamente o art. 5º, XIV, da Constituição Federal, traz o art. 221 da Lei Maior outras diretrizes acerca da regulação da liberdade de expressão e do direito à manifestação do pensamento para *rádio* e *televisão*. Desnecessário dizer que o *caput* do dispositivo em lume merece interpretação ampliativa, se analisados seus quatro incisos, haja vista não ser a “preferência por finalidades educativas, culturais e artísticas” (inciso I), o “estímulo à produção regional e independente” (incisos II e III), e o “respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família” (inciso IV) obrigação apenas destas duas espécies de mídia. Admissível o argumento que à época da Carta Constitucional, a *internet* ainda era abstração, mas indesculpável a não inclusão da *imprensa* neste *caput*. Sendo assim, onde se lê rádio e televisão, que se entenda incluídas a imprensa, a *internet*, bem como quaisquer outros meios de propagação de arte, conhecimento e informação.

Acerca do art. 221, ainda, convém observar que, enquanto seu predecessor, o art. 220, é dotado de *regras*, como a vaga menção ao advento de um Código de Defesa do Consumidor (parágrafo quarto), que somente viria em 1990, a exigência da previsão de faixas etárias para manifestações de expressão (parágrafo terceiro, inciso I), e a preocupação com a saúde e o meio ambiente (parágrafo terceiro, inciso II)⁶; este é *principiológico*, ao tratar da programação das emissoras de rádio, televisão, imprensa, *internet* e outros meios de propagação⁷.

⁶ Para Marcos Alberto Sant’Anna Bitelli (2004, p. 190), este art. 220 “[...] inserido no capítulo da comunicação social é uma explicitação de um direito de difundir, *sob algumas reservas*, o exercício das prerrogativas fundamentais previstas no art. 5.º, IX, da mesma Constituição, que assegura individual e coletivamente a liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, sem qualquer censura ou licença”. (grifos nossos).

⁷ Conforme os critérios de José Joaquim Gomes Canotilho (2002, p. 1146-1147) na distinção entre regras e princípios: “Saber como distinguir, no âmbito do superconceito norma, entre regras e princípios, é uma tarefa particularmente complexa. Vários são os critérios sugeridos: a) *Grau de abstracção* [...]. b) *Grau de determinabilidade* [...]. c) *Caráter de fundamentalidade* [...]. d) *Proximidade da ideia de direito* [...]. e) *Natureza normogenética* [...]”.

Com isso, ficam explicados os dispositivos constitucionais correlatos à liberdade de expressão, bem como elaborado um esquema de pares entre eles (art. 5º, IV com art. 5º, V; art. 5º, IX com art. 5º, X; e art. 220 com art. 221, todos da Constituição Federal), à exceção de um, o art. 5º, XIV, que trata do acesso à informação.

Sobre este último, a ausência de subseqüente inciso controlador leva a supor a inexistência de limites à liberdade de informação ou, mais do que isso, sua total autonomia em relação à liberdade de expressão. Nesta linha de raciocínio, convém o entendimento de Luis Gustavo Grandinetti Carvalho (1999, p. 21, grifos nossos):

Evidente que essa separação entre informação e expressão não tem fronteiras tão nítidas; mas elas devem existir, ainda que não tão nítidas. E a importância de tal separação é indispensável para a correta formação da opinião pública, que tem direito de saber se a informação que está recebendo é mesmo uma informação, um fato, um acontecimento, ou se é uma opinião ou a manifestação da expressão criativa do homem. Por isso é preciso bem distinguir informação e expressão, demarcando a primeira com boa dose de neutralidade e imparcialidade.

Em mesma sintonia, as palavras de Célia Rosenthal Zisman (2003, p. 34, grifos nossos):

A liberdade de expressão não coincide com a liberdade de informação. Antes, a liberdade de expressão existe mesmo que não haja o intuito de informar, mas simplesmente com a finalidade de expor determinado ponto de vista, anda que seja político ou religioso, para que passe a fazer parte da órbita social. É possível que a liberdade de expressão se manifeste por veículo de comunicação social, mas nem por isso se confunde com o direito de liberdade de comunicação social ou de informação.

Há, contudo, que se discordar em parte dos posicionamentos mencionados alhures. Em primeiro lugar, não deve prevalecer a ideia de uma informação absoluta, haja vista a já mencionada forte influência civilista na Constituição Federal que prevê, entre outras coisas, o dano material, moral e o direito de resposta, em caso desta informação resultar falha, improfícua ou tendenciosa. Em segundo lugar, é fato o dever de imparcialidade da informação, em oposição à ausência deste compromisso na expressão. O problema - e isso será melhor discutido no capítulo seguinte - é que, pós-democratização, mostra-se impossível

a transmissão quase robótica da informação, sem qualquer juízo de valor (como pretendem os autores *supra* transcritos), e isso não deve ser de todo repudiado, pois é inerente à liberdade de pensar e de manifestar esse pensamento. Assim, quando se fala numa autonomia entre a informação e a expressão, parece fazer alusão a um sistema hermeticamente perfeito, em que tais valores são claramente perceptíveis e diferenciados. Entendemos, contudo, como amplo o conceito de liberdade de expressão, o que o faz estar presente tanto num espetáculo teatral, circense, num comentário de notícia, como na maneira em que é transmitida a informação. Seria algo como agregar valor à informação, para permitir ao receptor da mensagem também agregação de valor, de modo que, fazendo adequada utilização desta técnica, não há porque separar *totalmente* expressão da informação.

Em mesma sintonia, o Supremo Tribunal Federal, ao decidir pela não exigência de diploma e curso superior para o exercício de atividades ligadas ao jornalismo, colocou como pano de fundo a informação e a expressão em posições complementares, algo semelhante ao entendimento adotado logo acima.

EMENTA: JORNALISMO. EXIGÊNCIA DE DIPLOMA DE CURSO SUPERIOR, REGISTRADO PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, PARA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE JORNALISTA. *LIBERDADES DE PROFISSÃO, DE EXPRESSÃO E DE INFORMAÇÃO. CONSTITUIÇÃO DE 1988 (ART. 5º, IX E XIII, E ART. 220, CAPUTE E § 1º). NÃO RECEPÇÃO DO ART. 4º, INCISO V, DO DECRETO-LEI Nº 972, DE 1969. 1. RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS. ART. 102, III, “A”, DA CONSTITUIÇÃO. REQUISITOS PROCESSUAIS INTRÍNSECOS E EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE. [...] 5. JORNALISMO E LIBERDADES DE EXPRESSÃO E DE INFORMAÇÃO. INTEPRETAÇÃO DO ART. 5º, INCISO XIII, EM CONJUNTO COM OS PRECEITOS DO ART. 5º, INCISOS IV, IX, XIV, E DO ART. 220 DA CONSTITUIÇÃO. O jornalismo é uma profissão diferenciada por sua estreita vinculação ao pleno exercício das liberdades de expressão e de informação. O jornalismo é a própria manifestação e difusão do pensamento e da informação de forma contínua, profissional e remunerada. Os jornalistas são aquelas pessoas que se dedicam profissionalmente ao exercício pleno da liberdade de expressão. O jornalismo e a liberdade de expressão, portanto, são atividades que estão imbricadas por sua própria natureza e não podem ser pensadas e tratadas de forma separada. Isso implica, logicamente, que a interpretação do art. 5º, inciso XIII, da Constituição, na hipótese da profissão de jornalista, se faça, impreterivelmente, em conjunto com os preceitos do art. 5º, incisos IV, IX, XIV, e do art. 220 da Constituição, que asseguram as liberdades de expressão, de informação*

e de comunicação em geral. [...] RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS CONHECIDOS E PROVIDOS. (RE 511961, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 17/06/2009, DJe-213 DIVULG 12-11-2009 PUBLIC 13-11-2009 EMENT VOL-02382-04 PP-00692) (grifei).

Com isso, conclui-se a análise da liberdade de expressão e seus equivalentes na Constituição Federal (CF/88), o que torna possível passar a discorrer, nos capítulos seguintes, sobre algumas imperfeições e também readequações que esse fenômeno de manifestação tem gerado na sociedade brasileira.

3 O PAPEL DO ART. 220, §3º, II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: MECANISMO PROTETOR OU SIMPLEMENTE INEFICAZ?

Singular, de início, é a expressão utilizada pelo constituinte no dispositivo em análise: Compete à lei federal, art. 220, parágrafo 3., estabelecer meios “[...] que garantam à pessoa e à família a possibilidade *de se defenderem* de programas ou programações [...], bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente” (BRASIL, 1988).

Diante de tal redação, ainda que se alegue que a Constituição Federal tenha sido elaborada por gente das mais diferentes matizes políticas, ou que importa ao intérprete do direito sistematizar sua compreensão das palavras do constituinte, é fato que se considerou aqui a possibilidade dos órgãos de comunicação funcionarem como desserviço à população na transmissão daquilo que, em tese, denomina-se atividade relacionada à liberdade de expressão. Por essa razão, fez-se necessário, literalmente, fornecer meio de defesa ao receptor da mensagem e, mais do que isso, denotar a necessidade de existência de um direito à filtragem da captação da informação.

No mundo contemporâneo, parece ter havido parcial desvirtuamento acerca do que vem a ser liberdade de expressão propriamente dita, graças à inclusão de elemento pernicioso à expressão, qual seja, a *verdade forjada*⁸. Melhor explicando, é preciso entender que

⁸ Pior que a inverdade é a verdade forjada. Na primeira, as premissas são verdadeiras, mas a conclusão é falsa, logo, basta desconstituir a conclusão. Na segunda, as premissas são falsas, o que faz a conclusão parecer verídica.

a comunicação (um dos elementos da liberdade de expressão previsto no art. 5º, IX, da Constituição Federal) é negócio e, como tal, precisa ser rentável. E para ser rentável precisa ser consumida. Então, não é errado dizer que a comunicação precisa ser consumida. Até então sem problemas, afinal, isso nada mais são que regras mercadológicas. O problema é que, no intento de angariar mais captadores da mensagem, busca-se padronizá-los, para facilitar a oferta de conteúdo. Assim, constrói-se um processo inverso, uma *verdade forjada*, em que o receptor se amolda ao meio, e não o oposto. Tudo disfarçado de liberdade de expressão, aqui um pseudo-argumento utilizado pelo meio de comunicação para se firmar como imperioso formador de vontades, numa versão contemporânea do *grande irmão*⁹.

Em termos práticos, o que se observa é a vinculação do ator ao produto “X”, ou do periódico à esquerda ou direita política, ou da emissora a esta ou aquela religião. É aqui que nasce a necessidade de crítica ao sistema vigente, pois é preciso separar da liberdade de expressão interesses de massificação do pensamento da sociedade.

A título ilustrativo, não é recente a adoção dos meios de comunicação como instrumento de fazer política (como instrumento de propagação do ideário político), e a política, num pluralismo democrático como o Brasil, está contida no universo íntimo do indivíduo e no seu direito de defender suas aspirações por esta ou aquela legenda, este ou aquele candidato. Não só aquela política bienal obtempere-se quando o país escolhe seus governantes, mas também a cotidiana, que cobra o asfaltamento da sua rua, empregos, serviços do governo, que fiscaliza os eleitos etc.

Ademais, se de um lado a comunicação permite a publicidade e a transparência dos atos praticados pelos administradores, do outro vira alvo de estratégia, quando partidos políticos optam por alianças (as famosas coligações) em troca de mais espaço e tempo de campanha na televisão, no rádio e na *internet*. Tudo em prol de maior amplitude na expressão de seus ideários. É outro exemplo de como a expressão precisa da comunicação.

Como se não bastasse, às vezes, a defesa da democracia, da imparcialidade e do pluralismo, faz com que meios de comunicação tentem, ao máximo, tratar candidatos concorrentes com total isonomia. Se para efeitos legais agem conforme os ditames da lei, subliminarmente

⁹ Expressão retirada do livro de George Orwell, *1984* (1979).

não é o que se observa se analisado o meio como é dada a notícia. É preciso aceitar que os meios de comunicação, por intermédio de seus proprietários, funcionários, colaboradores e patrocinadores, também têm opinião política, tal qual seus idealizados¹⁰.

Assim, pode-se falar numa reportagem, p. ex., que após tratar dos dois candidatos ao pleito eleitoral - com o mesmo tempo de televisionamento, inclusive -, passa reportagem subsequente em que são mostradas as taxas de desemprego aviltantes no governo daquele que apoia um dos candidatos. Na prática, ainda que se alegue que isso não guarde relação com a notícia anterior, impossível não dizer que em nada influencia, inconscientemente, o consumidor da notícia e, ao mesmo tempo, potencial eleitor de um dos candidatos.

De pronto, o leitor certamente pode argumentar que isso nada mais é que direito à informação. Mas será que em momento algum se quis expressar conteúdo político na notícia subsequente supramencionada? Ainda mais longe, será que esta mensagem viciada não pode induzir o receptor da informação, o que se traduziria em liberdade de informação imperfeita? Inadmissível dizer, neste diapasão, que não haja correlação entre o direito de informar e ser informado com a liberdade de se expressar.

A proposta a ser feita, portanto, a fim de evitar mensagens subliminares, é a possibilidade de que um meio midiático possa, explicitamente, formalizar apoio a alguma plataforma política, num modelo semelhante ao que ocorre nos Estados Unidos da América, onde o liame que separa democratas e republicanos é bem definido. Isso não significa dizer, todavia, que poderá o meio de comunicação, a partir do momento que declarou apoio ao candidato, desmoralizar o oponente. Significa dizer que a matéria será veiculada normalmente, mas que os leitores/espectadores devem ter o direito de saber a quem aquele meio de comunicação se coaduna. Não se trata, pois, de cercear a liberdade de expressão do meio de comunicação, mas de fomentá-la e privá-la de interesses ocultos. Isto certamente ajudará o futuro eleitor a filtrar aquilo que pode ser tendencioso e o que é, de fato, verdade. Trata-se de exemplo prático do direito à filtragem na captação de informações, sem que se desrespeite a liberdade de expressão.

¹⁰ Por isso o entendimento adotado no item anterior de que liberdade de expressão e informação não são necessariamente desconexas. Mesmo o ato de transmitir uma notícia imparcial pode ser impregnado de manifestação do pensamento por parte de seu interlocutor. Não seria, então, ao invés de se tentar separar estes dois direitos fundamentais, o caso de pensar sua aplicação conjunta?

O problema maior reside, todavia, no modelo previsto no Texto Constitucional, em que se recebe a concessão, permissão e autorização de transmissão de rádio/televisionamento (art. 223, Constituição Federal). Na prática, o que se vê é o aliado político ficar com o direito à transmissão numa determinada região, desde que utilize o bem concedido em favor daquele que o concedeu. Daí, o meio de comunicação ganha *status* de instrumento de promoção política, vinte e quatro horas por dia, deste ou daquele candidato, de maneira não velada, influenciando futuros eleitores.

Sendo assim, para não cair no lugar comum e simplista de defender a mudança deste sistema, até porque interesses políticos maiores impediriam qualquer trâmite de projeto de lei neste sentido, convém, mais uma vez, adotar a proposta formulada alhures de permitir ao receptor da mensagem - e exigir do emissor da informação - o direito de saber a quem se presta o meio de comunicação, para que ele tire suas próprias conclusões. Isso vai além da criação de conselhos regulatórios e órgãos de controle. Não retirando a finalidade destes, cuja existência é de suma importância, mas a realidade é mais complexa que simples punições administrativas/multas ao meio de comunicação que fraudam preceitos constitucionais. Com efeito, a Constituição fala em meio de defesa à *pessoa ou família*, isto é, um instrumento para que o indivíduo se defenda por suas próprias forças, e um meio adequado certamente é o direito do indivíduo de conhecer as aspirações políticas daquele que transmite a informação. Desta forma, lhe será facultado o direito de trocar de canal, de fechar o jornal, de desligar a televisão, de ir para outro *site*, de ler um livro, ou simplesmente, de assimilar a informação. Quanto ao órgão emissor da mensagem, não verá seu direito de informar em nada alterado, potencializando, contudo, sua liberdade de expressão, ao livrá-la do objetivo temerário de construir falsas verdades (verdades forjadas) no informado.

Outro fator que merece ser sobrelevado é o poder da mídia no papel de formadora de opinião quanto à aquisição de um produto ou serviço. Neste sentido, apesar da força e da importância do Código de Defesa do Consumidor, da regulamentação dos direitos individuais homogêneos, difusos e coletivos - o que atribui sentido à parte final do dispositivo constitucional em análise -, da constante intervenção do Estado na venda de bebidas alcoólicas, e das inúmeras restrições impostas à publicidade do tabaco. O que se quer tratar aqui é daquele poder de persuadir o captador da mensagem, potencial consumidor, de que sua televisão, comprada há dois anos, não é boa o suficiente

para assistir à transmissão dos jogos de futebol, ou de que a velocidade da *internet*, vendida há seis meses como último conceito em rapidez, é agora motivo de piada em rodas de amigos, ou que o aparelho de telefonia móvel, outrora servível para ligar e enviar fotos e mensagens, é agora obsoleto se considerada sua impossibilidade de armazenar músicas e enviar *e-mails*.

Neste sentido, conforme outrora frisado, todo negócio precisa ser rentável, e a mídia há tempos descobriu que pode conseguir contratos vultosos com fabricantes e anunciantes, por ter em suas mãos o poder, aqui manifestado sob a forma de *influência*. Trocando em miúdos, significa dizer que a cena da novela que mostra a família tomando um café da manhã com a manteiga X à mesa, e não com a manteiga Y, é mais que uma mera cena, e passa a ser influência para que incontáveis famílias associem seu desjejum àquele produto. Ou então, é o mesmo que acontece quando a revista de celebridades publica a foto da modelo - magra, diga-se de passagem -, usando o vestido da grife A, e a sandália da grife B. Isso cria no inconsciente coletivo, além de um padrão uniforme de beleza, magro - que não é o padrão brasileiro -, a impressão de que tudo que se tem no guardarroupa merece ser descartado.

Isso sem falar na onda televisiva de *reality shows*, cujos participantes são estereótipos das mais variadas classes da sociedade. Trata-se de técnica em que, reconhecendo a complexidade e a variabilidade da espécie humana, e a impossibilidade de agradarem a *gregos e troianos*, fazem os meios de comunicação com que a sociedade se adapte a um padrão por eles estabelecido. Na prática, informação demais representa informação de menos, na medida em que se mantêm as pessoas informadas *de tudo um pouco*, mas em quantidade insuficiente a formular proposições concretas que permitam ao indivíduo concluir “sim, isso é verdade”, ou “não, isso não é verdade”¹¹. Assiste-se, pois, a uma ditadura da informação, na qual, sob o falso pretexto de que a liberdade de expressão deve ser irrestrita, “empurra-se goela abaixo” aquilo que o mercado quer vender.

¹¹ Interessante frisar que só a polidez da liberdade de expressão não se mostra inteiramente capaz de solucionar as mazelas intelectivas da sociedade. Faz-se necessário mais do que isso, obviamente. A defesa da liberdade de expressão é só a busca de mais um meio, com os quais se poderá desenvolver o espírito crítico da democracia. Neste sentido, oportunas as palavras de Jónatas Eduardo Mendes Machado (2002, p. 61, grifos nossos): “A liberdade de expressão, *devidamente reforçada por outras prioridades constitucionais, como a generalização da instrução pública e do direito de sufrágio, é vista como uma das peças principais de um governo republicano*. Não admira, pois, que a liberdade de expressão tenha um lugar de destaque na feitura das primeiras constituições”.

A proposta a fazer contra isso é mais uma vez criativa, porém não complexa: sabe-se que não se pode generalizar os meios de comunicação como instrumentos do capitalismo selvagem, haja vista a existência de canais educativos, de revistas informativas, de periódicos que, pura e simplesmente, transmitem a notícia, e de *sites* interessados apenas em compartilhar culturas. São meios que, apesar de minoritários, existem, e são de singular utilidade.

Outrossim, sabe-se que o baixo padrão aquisitivo de camadas societárias brasileiras funciona como impeditivo a que se tenha acesso à assinatura de jornais, de *internet* e de canais de TV fechados (TV a cabo). Em suma, tais pessoas ficam renegadas a uma gama de opções que se restringe a quatro ou cinco emissoras/transmissoras de televisão e rádio. Desta maneira, partindo da premissa que o conhecimento liberta, o aceno é pela quebra da elitização da TV a cabo e suas vultosas taxas de assinatura, mediante o estímulo da concorrência, a exemplo do que se fez com os serviços de telefonia, permitindo às pessoas conhecerem o mundo que se apresenta à sua tela; pelo fornecimento público e geral de *internet* por municípios, como já há, inclusive, algumas cidades com sinal aberto para todos os habitantes; pela ampliação dos chamados Centros de Inclusão Digital; pela transmissão, via rádio, de programas de conhecimentos básicos e gerais; pela possibilidade de acesso, em lugares públicos, a jornais e *sites* fechados a assinantes, por pessoas de baixa renda etc.

Isso é mais que liberdade de expressão dos órgãos transmissores da mensagem, é obrigatoriedade de expressão, que se traduz em direito à informação do receptor. Cuida-se de mais uma prova de que direito a informação e expressão não podem nem devem ser desmembrados¹².

¹² Sobre a questão de acesso ao conteúdo, convém lembrar que o Brasil tem em vigência a Lei nº 10.359/01, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo que bloqueie temporariamente a recepção de programação inadequada (trata-se do que, convencionalmente, se acostumou a denominar V-Chip), o que vem de encontro ao dispositivo constitucional em análise. Conforme Marcos Alberto Sant'Anna Bitelli (2004, p. 283): "Trata-se da determinação de que os aparelhos receptores de televisão produzidos no Brasil devam conter dispositivos eletrônicos que permitam ao usuário bloquear a recepção de programas transmitidos pelas emissoras, concessionárias e permissionárias de serviços de televisão, inclusive por assinatura e cabo, que se costumou a chamar de V-Chip". Com efeito, cuida-se, indubitavelmente, de importante meio de defesa ao receptor da mensagem, mas ainda parcialmente improficuo. Isto porque, o assunto parece não ter *pegado* no país, de modo que a *supramencionada* lei chega a ganhar o caráter de natimorta ou ineficaz. Em segundo lugar, há que se lembrar que se trata de instrumento destinado a televisores apenas, ficando ainda o sinal de rádio, a imprensa e, principalmente e com maior grau de alcance, a *internet*, desguarnecidos.

3.1 MASSIFICAÇÃO *VERSUS* INDIVIDUALIZAÇÃO

Conforme aduzido nos dois tópicos anteriores, a comunicação, elemento contido no inciso IX, do art. 5º, da Constituição Federal, é nesta obra entendida como a maior representativa da liberdade de expressão, e por isso sobre ela se desenvolvem as argumentações do artigo em epígrafe. Neste contexto, trata o art. 220 do Texto Maior, da “Comunicação Social”, dentro da qual está a liberdade de expressão. Em epítome, este artigo discorre sobre comunicação dentro da comunicação social.

Posta a rememoração, já foi explanado que a mídia busca sua imposição sobre os receptores da mensagem massificando-os, num fenômeno que facilita a exposição do conteúdo e desconsidera peculiaridades *sui generis* de alguns segmentos da sociedade.

Ocorre, contudo, que estes setores antes marginalizados têm agora, sobretudo graças à *internet*, meios de exteriorizar seus modos de vida e pensamentos, isto é, sua liberdade de expressão. Em outras palavras, tem-se o embate entre a massificação proposta pela mídia e a individualização permitida por novos instrumentos tecnológicos.

O desenvolvimento tecnológico permite o aprimoramento do *faça você mesmo*, num movimento entusiástico que leva a crer que o ser humano quer se expressar de outras formas, além daquelas impostas pela grande e tradicional mídia. Impensável, em outros tempos, a existência de estúdios caseiros que permitem a gravação e a edição de áudios e vídeos em qualidade aceitável, bem como de programas que possibilitem o compartilhamento destes; o surgimento de um sem-número de gráficas e editoras que rompem com o paradigma anterior proposto, de vultosas vendagens, em troca de edições limitadas e do atingimento de um determinado contexto, momento ou classe social apenas; a transferência inter-regional de cultura, que possibilita ao artista nortista fazer sucesso no sul do país; o intercâmbio na pesquisa científica; a recente adoção do livro eletrônico, que em tese protegerá o meio ambiente por não utilizar folhas e, num futuro próximo, com seu consequente barateamento, permitirá o compartilhamento de arquivos a todos seus portadores etc.

Neste compasso, apesar deste embate, há que se afirmar que a expectativa é positiva, haja vista não ter a mídia tradicional condições de atingir a todos os setores da sociedade, já que são nuances múltiplas que, por sua vez, desencadeiam uma infinidade de combinações possíveis. Num tentame de agrupá-las, objetiva-se massificar a

sociedade, impondo “este” artista a todo o país, “aquele” produto àquela faixa etária, de modo a facilitar a transmissão de informações. Não raro dizer, por isso, em um passado não muito distante, que a arte se concentrava no eixo Rio-São Paulo, o que é absoluta heresia. A arte sempre esteve presente em todo lugar, bem como o artista. O problema é que a lugares remotos, a arte apenas chegava por ondas de rádio e televisão, mas não saía. Com isso, há que se defender que a liberdade de expressão nunca esteve podada, mas apenas se limitava sua manifestação a uma vila/aldeia/região, o que consubstanciava um desperdício de potenciais talentos.

O problema é que, nesse movimento, nem tudo que se transfere, fala, canta, recita, escreve, tem valor. Denigre, ao invés de engrandecer. Deprecia ao invés de acrescentar. Como solução, cai-se nos arts. 220 e 221 da Constituição Federal, que oferecem salvaguarda ao receptor da mensagem prejudicial. Ponto a favor do ordenamento constitucional pátrio.

Isso leva a concluir que o art. 220, §3º, II, da Constituição Federal, é dispositivo protetor e eficaz, devendo considerar, contudo, as propostas *supramencionadas*, bem como esse fenômeno individualizador, que se mostra como tendência para o futuro.

5 LINHAS DERRADEIRAS: PROPOSTAS EM PROL DE UM ENTENDIMENTO

Em nota conclusiva, convém reafirmar o entendimento pelo qual a liberdade de expressão é ponte que interliga a liberdade de pensar ao direito à informação. Que não se desconecta, portanto, do pensamento – já que a manifestação do pensamento só é possível graças à liberdade de expressão - e, sobretudo, da informação – haja vista a impossibilidade de separar expressão e informação pós-redemocratização em 1988. Isto porque, informação sem liberdade de expressão é notícia que acaba *entrando por um ouvido e saindo pelo outro*. Do contrário, expressão sem informação é vaguidão, que caminha por uma *estrada íngreme em direção a um penhasco*, que aqui metaforiza o supérfluo.

Sendo assim, a bem do não-desvirtuamento da liberdade de expressão na atividade de comunicação, as propostas, outrora melhor percorridas e aqui sinteticamente feitas, são três: 1) Que se exija do transmissor da mensagem a explicitação de sua tendência política, para que o receptor, potencial eleitor, não seja induzido por notícias tendenciosas; 2) Que se ofereça ao receptor da mensagem, potencial

consumidor, maior amplitude no acesso dos meios de comunicação, para que não seja facilmente dogmatizado pelo movimento massificador da mídia; 3) Que se fomente o desenvolvimento de meios de individualização no ato de expressar-se, a fim de que se promova a efetivação do tão sonhado intercâmbio cultural promovido pelo constituinte em 1988. Tais medidas podem não ser o fim dessa caminhada em prol de uma expressão livre, mas certamente são de grande proficuidade neste processo de descontaminação.

Mas ainda falta uma resposta derradeira: como levar a efeito tais propostas? Cindindo-as, no atinente à exigência de tomada de posição ideológica/política pelo órgão de comunicação, outra saída não há que não a legal, por intermédio de projeto de lei elaborado e votado sob iniciativa e pressão popular, a exemplo do que foi feito na LC nº 135/2010 (o chamado Projeto Ficha Limpa), que alterou a LC nº 64/90. Isso impediria que os já propalados interesses políticos escusos suplantassem uma reforma legal no sentido do aqui defendido. No tocante à oferta de maior e mais proveitosa quantidade de informação ao consumidor da notícia, bem como quanto ao estímulo à individualização da expressão, a saída está no incentivo financeiro e tecnológico em prol do livre acesso à *internet* (como o sinal livre em repartições públicas, municípios, p. ex.); no investimento em bibliotecas de municípios e de universidades/faculdades para a aquisição de livros e periódicos que funcionariam como chamariz ao cidadão; na redução da carga tributária para meios de comunicação privados que direcionarem parte de sua programação à cena cultural/informativa regional; na ampliação do estímulo à captação de recursos público-privados para cinema, teatro, música etc., na ampliação do que propõem, em menor escala, as Leis nº 8.685/93 (Lei do Audiovisual) e nº 8.313/91 (Lei Rouanet), dentre outras medidas. Enfim, a implementação da primeira proposta far-se-ia estritamente por meio legal, enquanto no segundo e terceiro casos o beneficiamento seria também por meio de políticas públicas.

Assim, como últimas palavras, ainda que tais propostas possam ser taxadas como abstratas, comuns, não-inéditas, ou simplesmente pueris, há que se enfatizar que são apenas a fórmula lógica do conhecimento. Ou faz-se assim, ou não se faz. Não há espaço para milagres, atalhos ou improvisos.

LAZARI, R. J. N. Notes about the freedom of speech in the Federal Constitution and in brazilian society. *ORG & DEMO* (Marília), v. 11, n.2, p. 113-130, Jul./Dez., 2010.

ABSTRACT: The analysis in question discusses controversial theme of contemporary brazilian constitutionalism, because of a supposed “distance” between the brazilian social reality and the Federal Constitution, with regard of freedom of speech (and its consequences in the right of information, in the free manifestation of thought and, especially, in the social communication). This is because, is necessary understand what is freedom of speech, in a world where the possibility of capture this manifestation acquires importancy such, wich requires the study the means for filtering this liberty.

KEYWORDS: freedom of speech; right of information; manifestation of thought; capture of the information.

REFERÊNCIAS

BITELLI, Marcos Alberto Sant’Anna. **O direito da comunicação e da comunicação social**. São Paulo: RT, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Código de Defesa do Consumidor**. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

CANOTILHO, Joaquim José Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 6. ed. Coimbra: Livraria Almedina, 2002.

CANOTILHO, Joaquim José Gomes; MACHADO, Jónatas E. M. **“Reality shows” e liberdade de programação**. Coimbra: Coimbra Editora, 2003.

CARVALHO, Luis Gustavo Grandinetti Castanho de. **Direito de informação e liberdade de expressão**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

MACHADO, Jónatas E. M. **Liberdade de expressão: dimensões constitucionais da esfera pública no sistema social**. Coimbra: Coimbra Editora, 2002.

ORWELL, George. **1984**. 12. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

ZISMAN, Célia Rosenthal. **A liberdade de expressão na Constituição Federal e suas limitações: os limites dos limites**. São Paulo: Livraria Paulista, 2003.

Submetido em: 05/06/2010

Aprovado em: 18/7/2010

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO

TORRES, J.C.; DAVID, A.; LOPES, S.F.

A CRISE NA SOCIEDADE DO TRABALHO E SUA IMPORTÂNCIA NA CONTEXTUALIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS CURRICULARES DO ENSINO MÉDIO

THE CRISIS IN THE SOCIETY OF THE WORK AND ITS IMPORTANCE ON THE CONTEXTUALIZATION OF THE SECONDARY SCHOOL CURRICULUM CONTENTS

Julio Cesar TORRES¹

Alessandra DAVID²

Silvana Fernandes LOPES³

RESUMO: o artigo tem como objetivo apresentar algumas considerações acerca da suposta crise da sociedade do trabalho e suas conseqüências tanto para o debate nas ciências sociais, como também para a contextualização da categoria trabalho no currículo do ensino médio. Tendo em vista o fato de o trabalho representar para o pensamento social clássico um referencial importante para a explicação dos fenômenos sociais, o paradigma contemporâneo de profundas metamorfoses no mundo do trabalho e o advento da nova questão social (CASTELS, 1995; ROSANVALLON, 1995) trazem a necessidade de repensarmos as matrizes teóricas que fundamentam algumas interpretações da vida social no contexto atual, quando a centralidade do trabalho vem sendo questionada. À luz de alguns referenciais teóricos da sociologia do trabalho, buscamos delinear sob a forma de um ensaio a discussão sobre as dimensões do social e do político na contemporaneidade e a importância desse debate na contextualização dos conteúdos curriculares do ensino médio brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: crise da sociedade do trabalho; educação e trabalho; contextualização dos conteúdos curriculares do ensino médio.

¹ Doutor em Sociologia (Unesp). Docente da Univ Estadual Paulista (Unesp), Departamento de Educação do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Campus de São José do Rio Preto. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Educação da FFC/Unesp, Campus de Marília, São Paulo, Brasil. julio@ibilce.unesp.br

² Doutora em Educação (Unesp). Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro Universitário Moura Lacerda (CUML) em Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. davidallessandra@uol.com.br

³ Doutora em Educação (Unicamp). Docente da Univ Estadual Paulista (Unesp), do Departamento de Educação do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Campus de São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil. e-mail: silvanaflopes@gmail.com

INTRODUÇÃO

Como o Estado capitalista moderno insere-se no contexto da sociedade industrial, torna-se de fundamental importância resgatar o conceito de sociedade do trabalho e os paradigmas que contrapõem, no momento atual, o embasamento teórico-político que até então vinha sustentando o debate acerca desse objeto no âmbito das ciências sociais. As constatações contemporâneas de uma suposta crise da sociedade do trabalho que afetaria as bases de sua sustentação requerem, outrossim, uma análise das metamorfoses que vêm ocorrendo no mundo do trabalho. Essa análise torna-se, observada a sua apropriada transposição didático-pedagógica, de fundamental importância para a contextualização da categoria trabalho nos conteúdos curriculares para o ensino médio.

Na tentativa de facilitar a exposição, tomaremos como premissa a possível existência de uma “crise da sociedade do trabalho” para que, com base nessa afirmação, possamos refletir sobre algumas idéias difundidas no campo da sociologia sobre a centralidade do trabalho na explicação dos fenômenos sociais.

Analisando o contexto social dos países membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o *clube dos ricos*, observou Dahrendorf (1992, p. 153):

Numa sociedade típica da OCDE hoje, 20% das pessoas têm idade abaixo da idade em que podem entrar no mercado de trabalho; outros 20% estão aposentados. Do restante, 10% passam seu tempo em instituições educacionais. (Algumas dessas estimativas são consideradas por baixo.) Dos 50% remanescentes, alguns não estão procurando um emprego remunerado e outros, por uma razão ou outra, são incapazes de fazê-lo; não é implausível a avaliação de que ambos os grupos juntos abrangem cerca de 15%. Outros 10% podem estar desempregados. Isso deixa 25% da população. Esses 25% despendem cerca da metade dos dias do ano no trabalho, e, nesses dias, seus empregos requerem sua presença por cerca da metade de suas horas acordadas. Estamos ainda de fato vivendo numa sociedade do trabalho?

O questionamento sobre a existência da “crise da sociedade do trabalho” ou sobre o “futuro do trabalho” é reflexo do progressivo declínio do lugar que o *trabalho* ocupa na vida das pessoas. Seria exatamente nessa suposta contradição – “uma sociedade do trabalho sem trabalho” – que se encontraria o foco do debate. (ANTUNES, 1997)

Quando tomamos como referência esses pressupostos para a discussão do cotidiano da escola, especialmente no que se refere à contextualização dos conteúdos escolares e à interdisciplinaridade do currículo, observamos que esse amálgama vem ao encontro da ideia de que o *trabalho* e a *cidadania* são as dimensões de vida ou os contextos valorizados explicitamente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96. (BRASIL, 1996)

Os saberes escolares, quando tratados de forma contextualizada, seriam, destarte, o recurso que a escola utilizaria para a evocação de áreas, âmbitos ou dimensões presentes na vida pessoal, social e cultural, mobilizando competências cognitivas anteriormente adquiridas pelo educando. (BRASIL, 1999) Daí a importância mais uma vez destacada de se estabelecer uma relação entre esse debate no interior da sociologia do trabalho com o fazer escolar no ensino médio brasileiro. Para tanto, propomos no âmbito deste trabalho uma breve revisão bibliográfica acerca do debate da crise da sociedade do trabalho e sua relevância na contextualização dos conteúdos curriculares do ensino médio.

A CENTRALIDADE DO TRABALHO NO PENSAMENTO SOCIAL

Resgatando-se algumas contribuições contemporâneas da sociologia do trabalho, observamos que Offe (1995) vem questionando, no âmbito de seus estudos, a atual centralidade da categoria trabalho como matriz teórica de análise na teoria social, contrapondo-se aos pensadores sociais clássicos. Para o referido autor, ocorre uma contradição da visão clássica para com a realidade social verificada na atualidade, principalmente em relação ao trabalho assalariado - este visto separadamente da esfera doméstica e das formas comunitárias tradicionais, isolado da proteção política, porém inserido na organização capitalista do trabalho. Estaria sendo sugerido um novo subjetivismo, no qual uma vez rompidos os antigos vínculos de representação da esfera do trabalho produtivo, a vida social seria constituída por experiências e interpretações elaboradas “fora” do ambiente de trabalho que, por seu modo, seria vista ainda sob a perspectiva do mundo da produção de mercadorias.

Dessas constatações evidenciadas por Offe (1995) decorrem várias dicotomias conceituais: valores materialistas x pós-materialistas, modo de produção x modo de vida, ação objetivamente racional x ação comunicativa, produção x esfera doméstica, sociedade industrial x

sociedade pós-industrial. Para a superação dessas dicotomias é que haveria necessidade de centrar-se na contemporaneidade tanto a pesquisa quanto a teoria social.

Importante ressaltarmos, também, os princípios básicos sobre os quais a noção de sociedade do trabalho estaria fundamentada. Papel fundamental teria exercido a empresa industrial capitalista, a fábrica, na construção teórica clássica:

A idéia de uma sociedade do trabalho está estreitamente ligada à experiência histórica das sociedades ocidentais desenvolvidas – Europa e Estados Unidos – desde o início da revolução industrial. Neste sentido, a noção de sociedade do trabalho em muito se assemelha à noção de sociedade industrial ou mesmo à do capitalismo industrial. Ou seja, elas são sociedades para as quais a fábrica se constitui na unidade básica, mais importante, de produção e o trabalhador manual seu principal agente no processo de transformação da natureza. (SILVA, 1995, p.168)

Braverman (1987), também analisando a questão do trabalho, desenvolveu seus estudos apoiado no conceito marxista de *divisão social do trabalho*. A posição que o trabalhador ocupava nas relações de produção e como o desempenho dessas atividades determinaria historicamente as relações sociais, levaram-no a reinterpretar, no contexto social do século XX, categorias clássicas do marxismo, tais como alienação, classes sociais, acumulação de capital, processo histórico. O autor discute em sua obra que o aspecto central de organização da vida social em países desenvolvidos dependeria de um processo generalizado de divisão social do trabalho sob os alicerces do modo capitalista de produção. Defende Braverman (1987) que esse não seria o único elemento estrutural de organização da sociedade capitalista, contudo o mais poderoso e geral. Para o autor, a divisão do trabalho seria a mola propulsora de todo o modo de produção moderno.

Nessa mesma direção, Burawoy (apud CASTRO; GUIMARÃES, 1991) retomaria teoricamente essa discussão, distinguindo formulações analíticas e conceituais importantes, como a distinção entre relações na produção, aquelas estabelecidas no processo de trabalho e ligadas à divisão técnica do trabalho, e as relações de produção. Propõe o conceito de regime fabril além de uma distinção entre processo de trabalho e aparatos políticos de produção.

Em sua teoria, procura demonstrar que o regime fabril marxista tomado como referência por Braverman não seria o modelo capitalista típico. Para Burawoy (apud CASTRO; GUIMARÃES, 1991, p. 46):

[...] o mundo fabril não se restringe à mera instância da produção de coisas (sua dimensão econômica). Envolve simultaneamente a produção, reprodução e transformação de relações sociais (sua dimensão política) e a produção de uma experiência dessas relações (dimensão ideológica).

Partindo-se das afirmações apresentadas por Castro e Guimarães (1991) sobre os conceitos desenvolvidos por Burawoy, faz-se fundamental problematizarmos a evidência de nexos concebidos entre “as relações sociais na produção” e “as relações sociais fora da produção”, como, por exemplo, as relações familiares, religiosas, étnicas e de gênero.

De acordo com esses autores, a comunidade, a escola, a igreja, a família etc., seriam também espaços sociais para a instituição de diferentes formas de relações sociais que não se fundamentariam apenas na relação trabalho-capital.

É com base nas afirmações enunciadas aqui que podemos indagar o seguinte: poderíamos de fato dizer “adeus ao trabalho” ou à “sociedade do trabalho”?

De acordo com Antunes (1997), outras questões igualmente fundamentais se fazem presentes, tais como:

- a categoria trabalho não seria mais dotada de estatuto de centralidade no universo da práxis humana existente na sociedade contemporânea?
- a classe *que-vive-do-trabalho* estaria desaparecendo?
- a relação do operário tradicional fabril da era do fordismo acarretaria inevitavelmente a perda de referência e de relevância do ser social que trabalha?
- que repercussões essas metamorfoses tiveram e têm junto aos organismos de representação dos trabalhadores, dos quais os sindicatos são expressão?

Antunes (1997) analisa as dimensões e significados das *metamorfoses no mundo do trabalho* e sua repercussão nas *relações de trabalho e de produção* num período de profundas transformações tecnológicas.

O fordismo e o taylorismo estariam sendo substituídos por outros modelos que privilegiam tanto a flexibilização do aparelho produtivo, como a organização do trabalho e dos trabalhadores: estaríamos vivendo agora, portanto, o paradigma do toyotismo.

As metamorfoses do mundo do trabalho seriam constituídas, assim, por um efetivo processo de intelectualidade do trabalho manual e, por outro lado, por uma desqualificação da classe trabalhadora que, já no final do século XX, poderia ser caracterizada como heterogênea, fragmentada e complexa.

Outro fato apontado por Antunes (1997) seria a grave crise no sindicalismo mundial, conseqüência de diversos fatores, tais como a crescente individualização das relações de trabalho, a desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho, o esgotamento dos modelos sindicais vigentes com a crescente burocratização e a institucionalização das entidades sindicais, a hostilidade do capital ao trabalho, entre outros fenômenos sociais.

Contrariando formulações de diversos autores sobre a crise da sociedade do trabalho, Antunes (1997) afirma que no espaço de uma sociedade produtora de mercadorias, o trabalho abstrato ainda cumpre papel decisivo na criação de valores de troca. Contrapõe-se igualmente à tese do fim do trabalho social concreto como vida útil e vital no intercâmbio entre o ser social e a natureza, afirmando que as possibilidades de uma efetiva emancipação humana pelo trabalho ainda colocam a classe que-vive-do-trabalho como segmento social de maior potencialidade anticapitalista.

Já no que se refere ao sindicalismo – fruto da institucionalização do movimento operário, força social que mundialmente influenciou as ações que pudessem intervir na questão social, no caso específico brasileiro o que se constata é o fato de pouquíssimos autores considerarem historicamente o movimento sindical como fator relevante de interferência direta na constituição do sistema de proteção social brasileiro. Esse fenômeno seria agravado com a nova questão social (CASTELS, 1995; ROSANVALLON, 1995) observada na contemporaneidade, fator que colocaria o movimento sindical mundial e brasileiro numa situação muitas vezes defensiva.

Importante ressaltarmos, todavia, que em nossa história mais recente, os movimentos de organização, sindicalização e ação dos trabalhadores nas décadas de 1970 e 1980 significaram, sem dúvida, um relativo avanço na luta pela autonomia e liberdade dos sindicatos

frente ao Estado, muito embora a própria Reforma Sindical encontra-se na agenda política como uma das grandes mudanças a serem enfrentadas pela sociedade brasileira.

Intensifica-se nos últimos anos, porém, frente a todas as transformações estruturais pelas quais as sociedades contemporâneas vêm passando, um processo de desproletarização, desregulamentação, flexibilização, privatização acelerada e desindustrialização. Todos esses fenômenos viriam acuando novamente o sindicalismo. (ANTUNES, 1997)

Nesse sentido, da ótica da centralidade do trabalho e das novas configurações que vão assumindo as relações sociais no mundo contemporâneo, passamos a questionar as dimensões do *social* e do *político* no âmbito desse processo de transformações e amplas metamorfoses na vida social, um processo que aos poucos vem tomando dimensões teóricas mais abrangentes na literatura social, denominado por Santos (1997) de pós-modernidade⁴.

De acordo com Santos (1997, p. 236), o projeto da modernidade – que se apresenta em profunda crise, em razão das promessas não cumpridas de emancipação social que se daria com o estabelecimento da sociedade industrial – assentar-se-ia nos pilares da *regulação* e da *emancipação*:

O pilar da regulação é constituído por três princípios: o princípio do Estado (Hobbes), o princípio do mercado (Locke) e o princípio da comunidade (Rousseau). O pilar da emancipação é constituído pela articulação entre três dimensões da racionalização e secularização da vida coletiva: a racionalidade moral-prática do direito moderno; a racionalidade cognitivo-experimental da ciência e da técnica moderna; e a racionalidade estético-expressiva das artes e da literatura modernas.

Assim, para o referido autor, com o processo de modernização capitalista por meio, sobretudo, da incorporação na esfera produtiva do progresso técnico-científico, os movimentos de emancipação teriam resultado em mais regulação. Portanto, nesse ciclo perverso que se forma por meio do mercado, o desenvolvimento capitalista resultou em mais

⁴ Embora a discussão sobre o advento da pós-modernidade encontre amplos estudos na literatura das ciências sociais, sob os mais diversos espectros teóricos e ideológicos, optamos pela propositura apontada em Santos (1997) por essa contemplar o ideal da *emancipação social*, expressão viva dos novos movimentos sociais emancipatórios que vêm de alguma maneira questionando o padrão vigente de mundialização da economia.

mercado aliado a mais regulação. Desse modo, tornar-se-ia impossível a realização da emancipação no marco da modernidade; esse fato nos levaria à possibilidade e à faculdade de podermos especular sobre as saídas da crise pelo paradigma da pós-modernidade, o que, segundo o autor, reacenderia “a chama da utopia socialista”.

Santos (1997) discorda, ainda, das proposições de Habermas (1982) e Offe (1987) com relação ao suposto “fim da sociedade do trabalho”. A constatação evidenciada por Santos (1997) a respeito da relação promíscua entre produção e reprodução social nas sociedades capitalistas modernas tiraria razão ao argumento neoliberal.

O autor afirma, também, que estariam ocorrendo transformações em nível estrutural; e concorda com Schwengel (1988 apud SANTOS, 1997) quando o mesmo afirma que a sociedade contemporânea oscila entre a utopia do trabalho concreto e o fim da sociedade do trabalho. Dessa maneira, indica um momento de transição paradigmática da sociedade fundada no modo de produção capitalista moderno, desde que sob novas bases para um efetivo processo de emancipação. (SANTOS, 1997)

A CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRABALHO NOS CONTEÚDOS CURRICULARES DO ENSINO MÉDIO

A educação escolar, analisada modelarmente, sempre esteve pautada na idéia de possuir um propósito fundamental como instrumento de reprodução social dos valores da vida produtiva e da própria cultura. No âmbito da teoria da educação, a discussão sobre as competências requeridas ao pleno desenvolvimento humano ganha mais espaço na medida em que se constituem profundas transformações estruturais no mundo do trabalho e suas conseqüentes repercussões no delineamento das diversas esferas da vida social.

A *contextualização* e a *interdisciplinaridade* são os dois conceitos que norteiam a organização curricular proposta na Resolução nº 03/1998/CNE (BRASIL, 1999). Nessa perspectiva, “[...] a possibilidade de contextualização seria um importante princípio a orientar a relação e o tratamento metodológico dos conteúdos.” (KUENZER, 2002, p.73)

Nas diretrizes enunciadas na LDB 9.394/96, por sua vez, o *trabalho* é elevado à categoria de eixo temático importante na organização curricular do ensino médio:

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II – **a preparação básica para o trabalho** e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, **de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;**

III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – **a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.** (BRASIL, 1996, p.11, grifo nosso)

E em seu art. 36, parágrafo 1º, a LDB destaca ainda que:

Art. 36. **O currículo do ensino médio** observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes **diretrizes**:

[...]

§ 1º. Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que **ao final do ensino médio o educando demonstre**:

I – **domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;** (BRASIL, 1996, p.11, grifo nosso)

Outra questão colocada para a organização do currículo do ensino médio é a indissociabilidade entre ciência, trabalho e cultura. Tal propositura teria como objetivo explícito o rompimento da histórica dualidade de sistemas, especialmente para a educação secundária brasileira: a formação profissional destinada às massas populares e o ensino propedêutico para a formação das elites. (KUENZER, 2002)

Nas palavras de Kuenzer (2002, p.50):

O que não poderá ocorrer, em nenhuma hipótese, é desconsiderar as relações entre ciência, cultura e trabalho que caracterizam essa etapa de desenvolvimento, elaborando a escola um projeto que privilegie uma abordagem secundarista de caráter apenas propedêutico, ou uma abordagem pragmatista voltada predominantemente para o domínio restrito de formas de trabalho, uma vez que a ciência invade a produção e o trabalho produz conhecimento, ambos definindo novas formas culturais.

É nesse sentido que o debate sobre as metamorfoses no mundo do trabalho e a nova questão social (CASTELS, 1995; ROSANVALLON, 1995)) implica num esforço reflexivo para uma apropriada contextualização do trabalho na construção do projeto político-pedagógico escolar para o ensino médio.

Há, nessa perspectiva de formação no contexto do ensino médio uma forte vinculação com a inserção no mundo da produção. O parecer contido na Resolução nº 03/1998/CNE (BRASIL, 1999, p.23) afirma categoricamente que:

A nova sociedade, decorrente da revolução tecnológica e seus desdobramentos na produção e na área da informação, apresenta características possíveis de assegurar à educação uma autonomia ainda não alcançada. Isto ocorre na medida em que o desenvolvimento das competências cognitivas e culturais exigidas para o pleno desenvolvimento humano passa a coincidir com o que se espera na esfera da produção.

A forte influência da idéia de inserção social no mundo do trabalho, presente nas diretrizes curriculares para o ensino médio, demanda decerto que um olhar mais crítico acerca dessa inserção social pretendida, no momento em que vivenciamos uma nova divisão internacional do trabalho e todo um processo de reestruturação produtiva. Tais diretrizes devem ser discutidas e implementadas de uma forma que contemple os planos histórico, econômico, político e social para além de uma abordagem reducionista sobre o papel da educação na sociedade tecnológica.

Como bem já observara Lopes (2002, p.389) a esse respeito,

Defendo, igualmente, que as finalidades educacionais dos PCNEM visam especialmente formar para a inserção social no mundo produtivo globalizado. Em decorrência dessas finalidades é que defendo uma postura crítica em relação a esses parâmetros.

O debate que se coloca sobre a crise da sociedade do trabalho ou sobre o futuro do trabalho seria um reflexo do progressivo declínio do lugar que o trabalho ocuparia atualmente na vida das pessoas, sobretudo nos países de capitalismo avançado (DAHRENDORF, 1992), mas com forte tendência em alcançar a periferia do sistema econômico mundial em decorrência da cada vez mais crescente integração das esferas produtiva e financeira do modo de produção.

Podemos sugerir que a contextualização do trabalho indicada em Offe (1995) permeia a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), ao contemplar tanto a formação geral do educando quanto a preparação profissional do mesmo. Mas ainda estariam os parâmetros curriculares permeados por uma noção de centralidade do trabalho e pelo valor que o mesmo representaria para a vida social. Na justificativa apresentada para a instituição dos PCNEM, no tópico “Formação geral e preparação básica para o trabalho”, está descrito que:

Sobre esse aspecto é preciso destacar que a letra e o espírito da lei não identificam a preparação para o trabalho ou a habilitação profissional com a parte diversificada do currículo. Em outras palavras, não existe nenhuma relação biunívoca que faça sentido, nem pela lei nem pela doutrina curricular que ela adota, identificando a Base Nacional Comum com a formação geral do educando e a parte diversificada com a preparação geral para o trabalho ou, facultativamente, com a habilitação profissional. [...] Essa diferença presumida deve ser explicitada. Por opção doutrinária, *a lei não dissocia a preparação geral para o trabalho da formação geral do educando*, e isso vale tanto para a Base Nacional Comum como para a parte diversificada do currículo e é por essa razão que se dá ênfase neste parecer *ao tratamento de todos os conteúdos curriculares no contexto do trabalho*. (BRASIL, 1999, p.99, grifo nosso)

Na mesma direção observa Lopes (2002, p. 390, grifo nosso) que:

Nos parâmetros, uma afirmativa consagrada no campo educacional – “educar é para a vida” –, relacionada em seu contexto de produção a uma gama de sentidos progressivistas, é apropriada e refocalizada. Como pretendo demonstrar pela análise do conceito de contextualização, a educação para a vida nos PCNEM associa-se a princípios dos eficientistas: *a vida assume uma dimensão especialmente produtiva do ponto de vista econômico, em detrimento de sua dimensão cultural mais ampla*.

A noção de que *educar é para a vida* impõe necessariamente uma mudança de foco na abordagem interdisciplinar do currículo do ensino médio, pois se enfatizarmos a inserção social no mundo produtivo apenas com base no paradigma anterior, o de uma sociedade do trabalho que se apresenta em profunda transformação, estaríamos limitando em demasia a dimensão cultural do processo educativo.

A formulação de um projeto educativo é ainda afetada pelas novas concepções de ciência e pelas novas tecnologias comunicacionais e cognitivas, responsáveis tanto por significativas mudanças nas vidas dos indivíduos e das sociedades, como pelo questionamento das modernas noções de verdade, sujeito, história e mundo (Martins, 1996). Nessa ótica, concepções e grandes narrativas que informam a educação moderna têm seu poder explicativo reduzido e abrem espaço para as pequenas narrativas e as histórias de vida, ou seja, para a flexibilidade do pensamento pós-moderno. (MOREIRA, 1998, p.28)

Castells (1999) defende a idéia de uma sociedade guiada por uma complexa interligação de redes, erigida por meio de um processo crescente de globalização pautado, sobretudo, pela utilização da informação, delineando-se outra divisão social do trabalho não mais circunscrita necessariamente por espaços territoriais. A dimensão tecnológica, presente nos PCNEM, há de contemplar essa noção de sociedade em rede.

Sob essa ótica,

A produtividade e a competitividade constituem os principais processos da economia informacional/global. A produtividade origina-se essencialmente da inovação, e a competitividade, da flexibilidade. Portanto, empresas, regiões, países, unidades econômicas de todas as espécies preparam suas relações de produção para maximizar a inovação e a flexibilidade. *A tecnologia da informação e a capacidade cultural de utilizá-la são fundamentais no desempenho da nova função da produção, além disso, um novo tipo de organização e administração, com vistas à adaptabilidade e coordenação simultâneas, torna-se a base do sistema operacional mais efetivo, exemplificando pelo que rotulei de a empresa em rede.* (CASTELLS, 1999, p. 414, grifo nosso)

Numa visão epistemológica, apontam Lopes e Macedo (2002, p. 35-36, grifo nosso) que:

[...] Na medida em que o mundo moderno está em crise, torna-se necessário criar novas perspectivas para a tematização curricular.

Com essa argumentação central, os estudos sobre currículo e conhecimento em rede se afastam cada vez mais da discussão específica de currículo e passam a tematizar a crise do mundo moderno que se expressa em três esferas: no mundo do trabalho,

na produção científica e, fundamentalmente, no questionamento da razão como forma privilegiada de entendimento do mundo. [...] Na medida em que as relações contemporâneas tendem a maior fluidez, horizontalidade, criatividade e coletivização, a centralidade do conhecimento tradicional, que estaria na base do currículo moderno, começa a ceder espaço para outros saberes relacionados à ação cotidiana. Nesse sentido, a centralidade da razão, com seu espaço privilegiado de expressão – as ciências, passa a ser questionada. *Trata-se não apenas de uma redefinição sobre quais saberes devem ser valorizados, mas também sobre a forma como se dá a tessitura social do conhecimento.*

Ainda com relação aos conceitos de *contextualização* e de *hibridismo* presentes nos discursos curriculares, observa Lopes (2002, p.392-393) que:

[...] a aprendizagem contextualizada nos PCNEM visa que o aluno aprenda a mobilizar competências para solucionar problemas em contextos apropriados, de maneira a ser capaz de transferir essa capacidade de resolução de problemas para os contextos do mundo social e, especialmente, do mundo produtivo. Mais explicitamente, a contextualização situa-se na perspectiva de formação de performances que serão avaliadas nos exames centralizados e nos processos de trabalho.

Tomando o processo de consolidação das relações capitalistas no país como peculiar e, conseqüentemente, também as mudanças ocorridas nesse processo, as categorias enunciadas neste trabalho servem como uma diretriz norteadora, uma referência em bases amplas, sempre evitando a análise “modelar” da formação social capitalista, que supõe um modo universal de desenvolvimento capitalista. É preciso entender as formas de organização que aqui se produziram nas circunstâncias particulares e peculiares do nosso capitalismo periférico.

Nesse sentido, levando-se em consideração todos os aspectos abordados neste artigo, vale apontar que a análise das mudanças no mundo do trabalho e as suas relações com as propostas para o ensino médio brasileiro devem ser tomadas como marcos referenciais, porém são indispensáveis as análises específicas do papel que a escola brasileira assumiu e assume no contexto nacional.

À GUIZA DE CONCLUSÃO

Com o intuito de finalizarmos estas breves reflexões acerca do debate que envolve as questões atuais sobre a sociedade do trabalho e a contextualização dos conteúdos curriculares do ensino médio, poderíamos indicar que nos deparamos, atualmente, não com o suposto fim da sociedade do trabalho, mas com uma época de profundas transformações estruturais e conjunturais na vida social e política, que redesenha e reconfigura a questão social.

O reconhecimento de uma crise não se refere à condição de esgotamento da categoria trabalho na formulação da teoria social e política, e sim a necessidade de serem revistos os paradigmas que hoje não fariam mais sentido no mundo contemporâneo; já que o trabalho social não é mais aquele sobre o qual escreveu Marx no século XIX, época da Revolução Industrial nos países avançados:

O esquema analítico de Marx, baseado na teoria do valor-trabalho, que foi um instrumento eficiente para explicar o funcionamento do capitalismo liberal, tornou-se insuficiente para explicar a realidade de um capitalismo caracterizado por uma crescente intervenção estatal, e em que a ciência desempenha o papel de força produtiva principal. (SILVA, 1995, p.174)

Portanto, não é mais o trabalho manual por si só que acrescenta valor; com o advento da intervenção estatal e do investimento em grande escala seriam a ciência e a tecnologia que despontariam como as principais fontes de produtividade e, conseqüentemente, de produção e reprodução da riqueza social. Assim, ainda nas palavras de Silva (1995, p.181):

[...] o sentimento dominante é portanto o de uma sociedade para a qual o trabalho sempre desempenhou o papel de veículo para a cidadania social, mas que não pode mais oferecer trabalho a todos os seus membros em condições de trabalhar. Ora, não seria isso suficiente para caracterizar uma situação de crise? Crise que, aliás, atinge os principais fundamentos da sociedade de trabalho: o mercado, o trabalhador, o trabalho e a própria ética do trabalho. E, se os fundamentos da sociedade do trabalho estão em crise, como não reconhecer que a sociedade do trabalho, ela própria, esteja também em crise?

Nesse sentido, pelo exposto, teríamos como implicação imediata dessas considerações que, se de um lado o trabalho foi sempre o condutor para a cidadania social, atualmente, em função dos avanços tecnológicos,

este não possui condições de oferecer uma ocupação formal à totalidade de seus cidadãos. Temos, assim, configurada uma situação de crise.

Mas o problema fundamental não estaria apenas na caracterização dessa crise paradigmática. A questão central poderia ser colocada como a tentativa de se construir novas problematizações sob o ponto de vista político, econômico e social que estejam em sintonia com esse processo de transição, seja aproximando-nos das necessidades da sociedade, seja subsidiando uma contextualização apropriada que possa dar um embasamento fidedigno na implementação e no desenvolvimento do currículo prescrito do ensino médio brasileiro.

Por exemplo, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) acreditam que o ensino médio deve recuperar a relação entre educação e trabalho, ou seja, entre conhecimento e a atividade prática manifesta pelo trabalho. Igualmente, para Saviani (2007), o horizonte que deve nortear a organização do ensino médio é o de propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, não o mero adestramento em técnicas produtivas. Não a formação de técnicos especializados, mas de politecnias, que significam especialização como domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna.

Dessa maneira, compreendemos que essa é uma concepção distante da proposta ainda predominante no ensino médio brasileiro, caso em que a profissionalização é entendida como um adestramento em uma determinada habilidade sem o conhecimento dos fundamentos dessa habilidade e, menos ainda, da articulação dessa habilidade com o conjunto do processo produtivo e com o pleno desenvolvimento da cidadania.

TORRES, J. C.; DAVID, A.; LOPES, S. F. The crisis in the society of the work and its importance on the contextualization of the secondary school curriculum contents. *ORG & DEMO* (Marília), v. 11, n.2, p. 133-150, Jul./Dez., 2010.

ABSTRACT: this article has as objective to discuss some topics concerning the supposed crisis of the society of the work and its consequences for the debate in social sciences and also for the work category contextualization in the secondary school curriculum. As the work has represented an important explanation category for the classic social

thought, the contemporary paradigm of deep metamorphoses in the world of the work and the advent of the new question (CASTELS, 1995; ROSANVALLON, 1995) backward the necessity to rethink the theoretical shades that base the interpretation of the social life on the current context, when the center position of the work is being questioned. Having taken some theoretical references from the sociology of the work, we search to delineate on a brief way the quarrel about the dimensions of the social and political phenomena these days and the importance of this debate on the contextualization of the secondary school curriculum contents.

KEYWORDS: society of the work; education and work; contextualization of secondary school curriculum contents.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?* : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Brasília, DF: MEC/SEMTEC, 1999.

_____. Lei n. 9.394, de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: . Acesso em: 21 set. 2010.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

CASTELLS, M. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 3.

CASTELS, Robert. *Les métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat*. Paris: Fayard, 1995.

CASTRO, Nadya Araújo; GUIMARÃES, Antonio S. A. Além de Braverman, depois de Burawoy: vertentes analíticas na sociedade do trabalho. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n. 17, 1991. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_17/rbcs17_04.htm

DAHRENDORF, Ralf. *O conflito social moderno*. São Paulo: Jorge Zahar: São Paulo: EDUSP, 1992.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M., RAMOS, M. N. (Orgs.) *O ensino médio integrado: concepções e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

HABERMAS, Jürgen. *Theorie des kommunikativen handelns*. Frankfurt: Suhrkamp, 1982. 2v.

KUENZER, A. *Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2002.

LOPES, A. C. *Os parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio e a submissão ao mundo produtivo: o caso do conceito de contextualização. Educação e Sociedade.* São Paulo, v. 23, n. 80, p. 389-403, 2002.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. F. (Org.) *Currículo: debates contemporâneos.* São Paulo: Cortez, 2002.

MOREIRA, A. F. B. A crise da teoria curricular. In: COSTA, M. V. (Org.). *O currículo nos limiares do contemporâneo.* Rio de Janeiro: DP&A, 1998. p. 17-39.

OFFE, Claus. Trabalho como categoria sociológica fundamental? In: OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política.* São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. The utopia of the zero-option: modernity and modernization as normative political criteria. *PRAXIS International.* Oxford, n. 1, p. 1-24, 1987. Disponível em: <http://www.ceeol.com/aspx/issuedetails.aspx?issueid=174a4a28-f384-4d38-8ce9-45089d6f301c&articleId=dce03113-7652-4e4c-9c50-abffdfb520bd>

ROSANVALLON, Pierre. *La nouvelle question sociale: repenser l'État-Providence.* Paris: Édition de Seuil, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.* São Paulo: Cortez, 1997.

SAVIANI, D. *História das idéias pedagógicas no Brasil.* Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA, Josué Pereira. A crise da sociedade do trabalho. *Lua Nova.* São Paulo, n. 35, p. 165-181, 1995.

Submetido em: 03/10/2010

Aprovado em: 04/11/2010

TORRES, J.C.; DAVID, A.; LOPES, S.F.

RESENHAS/REVIEW

GÊNERO, EDUCAÇÃO, TRABALHO E MÍDIA

GENDER, EDUCATION, WORK AND THE MEDIA

Tânia Suely Antonelli Marcelino BRABO (org)¹

Rodrigo Biagini COSTA²

Publicado em 2010 pela editora Ícone, o livro *Gênero, Educação, Trabalho e Mídia*, organizado pela professora Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo, é resultado da V Semana da Mulher, evento realizado na Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília e promovido pelo Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania de Marília, tendo como tema central *Mulher e relações de poder no século XXI*. O livro possui um total de onze capítulos, que focalizam questões tais como: democracia, violência, sexualidade, identidade, movimentos sociais, educação, deficiência e política, os quais são desenvolvidos na perspectiva de gênero.

Findada a leitura dos capítulos foi possível compreender que as autoras analisam estereótipos, hierarquias, rupturas e permanências que perpassam o gênero, lançando, em alguns momentos, um olhar visceral, para si mesmas, mas também para outras mulheres que, assim como as autoras, são mães, trabalhadoras, militantes, ou seja, mulheres que convivem de uma forma ou de outra com as desigualdades existentes entre homens e mulheres.

No primeiro capítulo, Eva Alterman Blay discute os direitos das mulheres, feminismo e democracia. Temas estes que são focalizados numa interlocução entre passado e presente, como forma de tecer toda a complexidade social. Desta forma, faz uma análise sobre a atuação e

¹ BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. *Gênero, educação, trabalhos e mídia*. São Paulo: Ícone, 2010. 171p. Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo é professora da Universidade Estadual Paulista, Campus Marília e pesquisadora na área de educação, gênero e direitos humanos.

² Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília. Bolsista FAPESP. biagini_ufop@yahoo.com.br

os questionamentos de Olympe de Gouges, revolucionária francesa, que resultam na elaboração da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã. Analisa, além do mais, a participação e a inserção das mulheres na política brasileira, bem como a atuação do movimento feminista no desenvolvimento de políticas públicas, pautadas nas necessidades específicas das mulheres.

Após uma análise da constituição e atuação das mulheres no plano político, o segundo, o terceiro e o quarto capítulos do livro, elaborados respectivamente por Maria de Fátima Araújo, Ana Yara Paulino e Renata Biagioni, enfocam as diversas vivências de violência contra as mulheres, ou seja, nas relações afetivas, no mercado de trabalho e no sistema prisional. Seus estudos confirmam um dado preocupante, que “a violência contra a mulher continua sendo um grave problema social no Brasil e no mundo, apesar da luta feminista em torno da questão” (ARAÚJO, 2010, p. 19).

Araújo (2010), em seu texto, traz alguns dados referentes à pesquisa realizada na cidade de Assis, que desnudam os relacionamentos heterossexuais, na tentativa de evidenciar os meios de negociação, os motivos da agressão, além de tentar compreender a submissão feminina em relações afetivas consideradas abusivas.

Paulino (2010), como socióloga e pesquisadora do DIEESE, traz alguns dados referentes ao mundo do trabalho e à participação feminina, evidenciando que a conquista do direito de trabalhar nas mais diversas atividades existentes, não caminhou em conjunto com a equidade, pois há alguns entraves que permanecem na contratação feminina, tais como: menor salário em comparação com os homens; adoção de critérios discriminatórios no processo de seleção (idade, peso e beleza); assédio sexual e moral; entre outras situações que acabam por vitimizar as mulheres trabalhadoras.

Em relação ao sistema prisional, Biagioni (2010), enquanto juíza de execução criminal da cidade de Marília (SP), ressalta informações importantes sobre as mulheres encarceradas na Cadeia Pública de Vera Cruz. Segundo a autora, entre as mulheres presas, cinquenta por cento estavam ali por envolvimento com o tráfico de entorpecentes, em oposição aos homens que, em sua grande maioria, cometeram crimes contra o patrimônio, furtos, latrocínio e roubos. Adotando uma perspectiva comparativa, ainda observa que a reincidência entre os homens é maior do que entre as mulheres, assim como que as mulheres possuem uma escolaridade maior do que eles. Os dados ainda

evidenciam a diferença quanto ao motivo do crime, quanto ao abandono ou acompanhamento pela família da pessoa encarcerada, entre outras tantas questões presentes no capítulo.

Os três capítulos que abordam a violência contra as mulheres, não possuem a pretensão de esgotar a temática, pois, como observa Araújo (2010), mais pesquisas devem ser realizadas no Brasil para que seja possível traçar um quadro completo da situação e suas diversas faces.

Enquanto os capítulos anteriores trazem para o/a leitor/a a realidade da política e da violência, o quinto, o sexto, o sétimo e o oitavo capítulos nos convidam a refletir sobre a atuação da mídia que, por meio da televisão, revistas, filmes e livros, difunde imagens de um ideal feminino a ser seguido, criando, assim, uma idealização perspectivada pela padronização que, na maioria das vezes, ou não condizem com a realidade ou simplesmente reduzem a pluralidade de gênero a alguns modelos pré-estabelecidos.

Posto isso, Iara Beleli (2010), em seu texto, o quinto capítulo, busca desvendar os saberes difundidos por determinadas campanhas publicitárias, que reduzem os corpos femininos a objetos de consumo. Sendo assim, não é de se estranhar que as mulheres brasileiras sofram adjetivações, tais como: a cor do pecado; a mais sensual de todas as Evas; mania nacional; exótica; entre outros tantos adjetivos que criam no imaginário a morena quente, que é propagada não só no Brasil, como também no mundo, criando a imagem da mulher brasileira.

Dulce A. Adorno-Silva (2010), no sexto capítulo, ao analisar o texto *A farsa de Inês Pereira*, de Gil Vicente; e os livros *Senhora*, de José Alencar; *Fogo Morto*, de José Lins do Rego; e o *Código Da Vinci*, de Dan Brown, demonstra que os mesmos perpetuam o patriarcado através de suas personagens femininas que, de uma forma ou de outra, se vêm presas pela submissão ao pai, ao casamento, ao orgulho e à orientação daqueles que, supostamente, detêm o conhecimento, como no caso da personagem Sophie do livro de Dan Brown. No entanto, sua análise não se reduz apenas às obras literárias, também aborda filmes como *Ponto Final*, de Woody Allen, no qual as duas personagens femininas entregam os rumos de suas vidas para o personagem masculino. Para a autora, tal situação corrobora para reduzir a mulher a “[...] uma imagem a ser capturada por olhares: os que dirigem e os que recebem – e não chega a ser um dos sujeitos de uma relação de troca” (ADORNO-SILVA, 2010, p. 67).

No sétimo capítulo, escrito por Marlene de Figueiredo Avelar (2010), o foco da análise recai sobre a mídia e a construção das identidades

sociais. Por esta forma, a autora elabora uma revisão histórica que, apesar de ser breve, consegue abordar valores (produção e reprodução de símbolos e rituais) essenciais na sociedade pré-moderna. Nesta perspectiva, Avelar (2010) avança sua análise até chegar à indústria cultural, desenvolvida no século XIX que, com os seus folhetins reproduzidos através do rádio e que mais tarde chegariam aos lares por meio dos aparelhos televisivos, perpetuariam modelos de conduta para o público feminino, levando, assim, a uma dicotomização entre os gêneros.

Se até aqui a mídia foi apontada como um meio de divulgação de modelos pré-definidos, no que tange à questão de gênero, no capítulo oito, desenvolvido por Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo (2010), a mídia passa a ser vista, quando bem utilizada, como um meio de divulgação de novos padrões. Para a autora (2010, p. 111) “os meios de comunicação são instrumentos que podem estar a serviço da educação, da cidadania, da mudança” desde que haja uma conscientização em relação às lutas empreendidas pelos movimentos feministas e femininos, que contribuíram para o avanço dos direitos das mulheres e também cooperaram para uma revisão e sensibilização do olhar de todos/as para as desigualdades presentes na sociedade capitalista.

Após quatro textos trazerem à tona a relação entre gênero e mídia, os próximos três versam sobre a educação, considerando não apenas o gênero, mas também a realidade de um assentamento rural, a deficiência, a sexualidade e as políticas e práticas educativas.

Desta forma, Maria Aparecida de Moraes Silva (2010, p. 128) examina o assentamento *Bela Vista*, localizado no município de Araraquara, no Estado de São Paulo, considerando o processo de constituição do assentamento, assim como as mudanças e disputas advindas ao longo do tempo. Destarte, ao observar o papel das mulheres assentadas, acaba por fornecer alguns dados que apontam para o reconhecimento das mesmas enquanto agentes de transformação do local ocupado e da realidade agrária de uma forma geral. Na sua análise ainda destaca a importância das escolas e dos/as profissionais da educação no desenvolvimento dos assentamentos, contudo, faz a ressalva de “[...] que a implantação de qualquer projeto educacional para ter eficácia não pode ser feita de cima para baixo ou por meio de decretos e leis [...]”, mas através do reconhecimento das especificidades deste mundo social.

Tomando como eixo de análise a deficiência, Mary da Silva Profeta (2010), no décimo capítulo, reflete sobre as barreiras existentes nos países

industrializados para as mulheres com deficiência, empecilhos estes que podem ser visualizados ao analisar os dados publicados em pesquisas voltadas para a educação e para outros aspectos da vida, como saúde, salário, matrimônio, entre outros que perpassam a vida de qualquer ser humano independente de ser deficiente ou não. Para finalizar o texto, a autora chama a atenção para um dado preocupante, qual seja, apesar do Brasil se destacar pela grande quantidade de leis para proteção das pessoas com deficiência, também se destaca por não cumpri-las.

Por fim, no último capítulo, Cláudia Vianna (2010) busca compreender a forma como a escola trabalha a sexualidade, reconhecendo que a cultura escolar não se constrói de forma neutra e que carrega consigo as configurações e produções advindas da sociedade. Posto isso, avalia os referenciais curriculares produzidos para a educação infantil, como para o Ensino Fundamental (Parâmetros Curriculares Nacionais) e pondera sobre as formas que estes materiais discorrem sobre o corpo humano, sexualidade, gênero e doenças sexualmente transmissíveis, além de considerar os reflexos destas propostas sobre a produção dos livros didáticos. Demonstra, assim, os riscos de se desconstruir identidades, no período de escolarização das crianças.

Em suma, nos onze capítulos presentes no livro, os textos encontram-se interligados não só pela temática, a questão de gênero, mas por uma leitura crítica do que está posto, consolidado e deturpado em nossa sociedade.

Sendo assim, as autoras contribuem com o tema ao evidenciarem que o avanço dos direitos é um processo eminentemente histórico, e que pode ser dar de forma restrita em determinados setores da sociedade. Se na Revolução Francesa imperava o lema de *liberdade, igualdade e fraternidade*, não quer dizer que o mesmo atingisse a todos/as, a partir do momento que desconsiderou as mulheres que fizeram parte do processo revolucionário. Destarte, pessoas como Olympe de Gouges serviram para questionar as relações de poder, propondo assim uma nova possibilidade de se pensar o papel das mulheres na sociedade.

Os movimentos sociais do século XX, como o feminista, serviram para ratificar a luta por novos direitos, levando assim à produção de um corpo legislativo no Brasil e no mundo, que caminharia no intuito de superar a desigualdade, como se pode ver na Constituição Federal Brasileira, de 1988, que, graças ao movimento, à sociedade civil e à bancada feminina no processo constituinte trouxe mudanças

consideráveis para o corpo do documento. A Constituição ao reconceituar “[...] a família, abolindo o pátrio poder e a figura do chefe do casal, reconheceu a união estável, confirmou o divórcio [...] e previu a criação de mecanismos para coibir a violência doméstica” (BRABO, 2010, p. 106).

No entanto, a luta para a afirmação da mulher enquanto sujeito social, não se limita à produção de leis, mas também à reconfiguração de valores e atitudes presentes no cotidiano, conscientizando as pessoas de que a sensibilidade do olhar nos permite, enquanto seres históricos, construir um cotidiano, no qual a diferença se torne mais um ponto positivo da realidade.

Pareceristas no ano de 2010

André Ricardo de Souza – UFSCar

Candido Giraldez Vieitez - Unesp

Carlos Augusto Moraes e Araujo - Unesp

Célia Aparecida Ferreira Tolentino – Unesp

Edemir de Carvalho – Unesp

Erika Porceli Alaniz - UNIP

Gustavo Luis Gutierrez - Unicamp

Henrique Tahan Novaes – Unicamp

Felipe Luiz Gomes e Silva – Unesp

Fernando Aiziczon – Universidad Nacional de Córdoba

Graziela Zambão Abdian Maia - Unesp

Joana A Coutinho - UFMA

Jacob Carlos Lima - UFSCar

José Carlos Miguel - Unesp

Marcos Tadeu Del Roio – Unesp

Maria Eulina Pessoa de Carvalho - UFP

Maria Rita Aprile – UNIBAN

Martha dos Reis – Unesp

Miguel Juan Bacic – Unicamp

Pedro Ivan Christoffoli - Universidade Federal da Fronteira Sul

Tânia Suely A. Marcelino Brabo - Unesp

Vanderley Flor da Rosa - UTFPR

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

INFORMAÇÕES GERAIS

A Revista ORG&DEMO publica trabalhos originais de autores da UNESP e de outras instituições, organizações nacionais ou internacionais na forma de artigos, comunicações, traduções e também relatos de experiências autogestionárias ou de vivências democráticas das organizações.

NORMAS TÉCNICAS

Os trabalhos deverão ser redigidos em português ou espanhol. O título, o resumo e as palavras – chave que precedem o texto devem ser escritos no idioma do artigo, os que sucedem o texto, em inglês (*Title/Abstract/Keywords*).

É vedada a reprodução dos trabalhos em outras publicações ou sua tradução para outro idioma sem a autorização do Conselho Editorial. Os originais submetidos à apreciação do Conselho deverão ser acompanhados do documento de transferência de direitos autorais, contendo a assinatura do(s) autor(es).

PREPARAÇÃO DOS ORIGINAIS

Apresentação: Os trabalhos devem ser apresentados em disquetes 3 ½ acompanhados de duas vias impressas, com cópias das ilustrações em programa editor textos *word* 6.0, ou enviados por e-mail (org_demo@marilia.unesp.br ; neusa@marilia.unesp.br). Os textos devem ter no mínimo 15 laudas e no máximo 20 laudas, com a seguinte configuração:

- Margem direita e esquerda: 3,0 cm.
- Superior e inferior: 2,5 cm.
- Fonte: *times new roman*.
- Tamanho da fonte: 12
- Espaço entre linhas: 1,5
- Tamanho do papel: carta.

Estrutura dos artigos/ matérias: Os trabalhos devem obedecer à seguinte seqüência: **Título; Autor(es)** (por extenso e apenas o sobrenome em maiúscula); **Filiação científica** do(s) autor(es) (indicar em nota de rodapé: Departamento, Instituto ou Faculdade, Universidade – sigla, CEP, Cidade, Estado, País); **Resumo** (com máximo de 200 palavras); **Palavras-Chave** (de 3 a 5 palavras retiradas de Thesaurus da área, quando houver); **Texto; Agradecimentos; Title, Abstract e Keywords** (versão para o Inglês do **Título, Resumo e Palavras-chave** precedida pelas Referências do próprio artigo); **Referências Bibliográficas** (trabalhos citados no texto).

Referências bibliográficas: Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR 6023 da ABNT.

Citação no texto: O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, separado por vírgula da data de publicação (BARBOSA, 1980). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica – se apenas a data entre parênteses: Moraes (1955) assinala... Quando for necessário especificar página(s), esta(s) deverá(ão) seguir a data, separada(s) por vírgula e precedida(s) de p. (MUNFORD, 1949, p. 513). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por

letras minúsculas após a data, sem espaçamento (PESIDE, 1927a) (PESIDE, 1927b). Quando a obra tiver até três autores, os mesmos devem ser indicados ligados por ; (OLIVEIRA; LEONARDO, 1943), (MORAIS; ABREU; OLIVEIRA, 2001, p. 23) e quando tiver mais de três autores, indica – se o primeiro seguido de et al. (GILLE et al., 1960). Em citações com mais de três linhas, deve-se fazer o recuo (4cm) e utilizar fonte 10.

Notas: Devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé de página. As remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior.

Anexos e/ou Apêndices: Serão incluídos somente quando imprescindíveis à compreensão do texto.

Tabelas: Devem ser numeradas consecutivamente com algarismos arábicos e encabeçadas pelo título.

Figuras: Desenhos, gráficos, mapas, esquemas, fórmulas, modelos (em papel vegetal e tinta nanquim ou computador); fotografias (em papel brilhante); radiografias e cromos (em forma de fotografia). As figuras e suas legendas devem ser claramente legíveis após sua redução no texto impresso em tamanho carta. Deve-se indicar, a lápis, no verso: autor, título abreviado e sentido da figura. Legenda das ilustrações, nos locais em que aparecerão as figuras, numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e iniciadas pelo termo FIGURA.

Obs: Os textos deverão ser enviados à Revista, após passarem por rigorosa revisão.

Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas são de inteira responsabilidade dos autores. Os trabalhos que não se enquadrarem nessas normas serão devolvidos aos autores ou serão solicitadas adaptações.

Editoração Eletrônica e Arte Final:

Edevaldo Donizeti dos Santos

Capa:

Edevaldo Donizeti dos Santos

Impressão:

Giancarlo Malheiro Silva

Sobre a Revista

Formato: 16 x 23 cm

Tipologia: Book Antiqua 10

Papel: Polen soft 80g/m² (miolo)

Cartão Supremo 250g/m² (capa)

Impressão e acabamento

GRÁFICA DA FFC/MARÍLIA

(14) 3402-1305

**TRABALHO ASSOCIADO, COOPERATIVISMO, ECONOMIA
SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO**

Identities construídas en la lucha femenina por la recuperación de empresas
María de los Ángeles DICAPUA; Melina PERBELLINI

Notas críticas sobre o projeto político de Paul Singer: economia solidária e transição para o socialismo
Bárbara Geraldo de CASTRO

DEMOCRACIA, RELAÇÕES DE TRABALHO E GLOBALIZAÇÃO

El empleo rural en el contexto de la reconversión vitivinícola: una aproximación empírica al departamento de Tupungato,
Mendoza, Argentina
Adriana CHAZARRET

A terceirização do calçado em Franca e o desmonte do contrato formal de trabalho
Marina Stefani ALMEIDA

DEMOCRACIA, DIREITOS HUMANOS E GÊNERO

A construção histórico-sociológica dos direitos humanos
Elisabeth da Fonseca GUIMARÃES

Apontamentos sobre a liberdade de expressão na Constituição Brasileira e na sociedade brasileira
Rafael José Nadim de LAZARI

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO

A crise na sociedade do trabalho e sua importância na contextualização dos conteúdos curriculares do ensino médio
Julio Cesar TÓRRES; Alessandra DAVID; Silvana Fernandes LOPES

RESENHAS/REVIEW

Gênero, educação, trabalho e mídia
Rodrigo Biagini COSTA